

ÍNDICE

ÍNDICE DE QUADROS

ÍNDICE DE FIGURAS

LISTA DE SÍMBOLOS

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

Introdução.....	1
1. Evolução histórica das família (s) e criança (s).....	4
2. O estado, a família e a criança.....	8
2.1. A família e a criança hoje em Portugal.....	8
2.2 O Estado e a criança.....	12
2.3 Acolhimento institucional.....	17
3. Redes sociais.....	25
3.1 O conceito de redes sociais.....	25
3.2 Tipos de rede.....	27
3.3 Redes sociais e a institucionalização de menores em situação de perigo.....	27
4. Objetivos e metodologia de investigação.....	30
4.1 Técnicas e procedimentos de pesquisa.....	32
4.2 Objeto de estudo.....	35
5. Análise de resultados: redes sociais e trajetórias das crianças/jovens institucionalizadas	
5.1 Rede de apoio formal e informal	38
5.2 Redes sociais formais e informais das crianças e jovens institucionalizadas....	40
5.3 As trajetórias de vida das crianças e jovens institucionalizados.....	56
5.4 A vida na instituição.....	68

5.5 Família, criança e instituição.....	75
5.6 A comunidade.....	81
5.6.1 Atores coletivos.....	81
5.6.2 Atores singulares.....	82
Conclusão.....	84
Bibliografia.....	88

ANEXOS

Anexo I

Mapa das redes de apoio das crianças e jovens institucionalizadas

Anexo II

Guião da entrevista

Anexo III

Caraterização das pessoas entrevistadas e das situações

DEDICATÓRIA

À minha referência de vida e inspiração para enfrentar este desafio até ao final, Caetano N'tchama (in memoriam).

Aos meus pais, Carolina Intchama e Júlio Intchama, pelas breves e sinceras palavras de incentivo na concretização desta etapa. À minha irmã, Diana Intchama que desde o início aceitou e, mais tarde, foi compreendendo as minhas ausências, stress e ansiedade.

AGRADECIMENTOS

No momento da escrita desta página, confesso ter vivenciado a sensação de dever cumprido e, também, o de recompensa pelo esforço efetuado ao longo destes 11 meses. É verdade, foi possível superar tudo e conquistar. Mas, a concretização deste objetivo pessoal contou com o apoio de outras pessoas. Neste sentido, considero que este momento exige um olhar para trás no tempo de forma cuidada, recordando não só o percurso, mas quem foram as pessoas que estiveram direta ou indiretamente, próximas ou afastadas fisicamente, e que prestaram o seu apoio e encorajamento durante todo o percurso.

Em primeiro lugar, um especial agradecimento para todas as crianças e jovens com que trabalhei, partilhando através de “desabafos” as suas trajetórias de vida carregadas de ensinamentos. Ao responsável de Direção Administrativa e Diretora Técnica da instituição de acolhimento que, desde logo, revelaram a disponibilidade e deram a total abertura para as minhas entradas e saídas do Lar da Infância e Juventude.

À minha orientadora, Professora Sílvia Portugal, mais do que paciência e prontidão, pelo privilégio das conversas de encorajamento quando a tensão e nervosismo se apoderavam. Por mais palavras que escreva ou procure encontrar para descrever o poder das suas palavras, o meu agradecimento será sempre pouco.

Tendo terminado o meu agradecimento às pessoas e instituição de cariz profissional, em seguida, dirijo o meu agradecimento às minhas redes de amizade.

Um especial agradecimento às minhas duas companheiras de licenciatura, Joana Louro e Vânia Rodrigues, que mesmo afastadas geograficamente estiveram presentes durante esta caminhada de esforço, levo-vos comigo. Também, é fundamental não esquecer o meu profundo agradecimento por parte de toda a família Acácio de Carvalho que, desde o início da minha formação académica, estiveram sempre prontos a ajudar de forma amável e incansável.

O meu sincero agradecimento às minhas “Combatentes” de dois anos de residência universitária, especialmente para Cátia Pestana, Maria Carneiro, Mariana Melo e Sofia Mourisca. Meninas, que levo comigo e que, desde o primeiro dia até ao fim, mostraram-se sempre incansáveis em demonstrar o apoio e motivação necessária nesta jornada.

Ao casal de amigos mais especial que conheci até hoje, João Carvalho e Karina Carvalho, vai o meu obrigadão. Sem a vossa presença para me fazer desligar, por horas, fica a certeza que este percurso teria sido mais difícil de traçar.

Em último lugar, e não menos importante, dirijo o meu agradecimento ao meu núcleo de amizades de Inglaterra, concretamente, Alcídia Cabral, Carina Medina, Laércia Medina, Jacinira Nhaga, Juelma Mendes, Rosa Correia, Ofélia Saraiva e Tânia Mungambe. Para cada uma de vós retribuo o apoio incondicional, não há palavras para descrever a vossa amizade, um muitíssimo obrigado. A todos, o meu mais sincero agradecimento e reconhecimento.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura I Sistema de Promoção e Proteção de Crianças/Jovens em Perigo.....	16
Grafico I-Distribuição das crianças e jovens pelas respostas de acolhimento.....	23

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I- Caracterização sociodemográfica das participantes.....	37
Quadro 2- Percursos institucionais.....	37
Quadro 3- Caracterização sociofamiliar das participantes de agregados familiares nucleares.....	58
Quadro 4- Caracterização sociofamiliar das participantes de agregados familiares extensos.....	59
Quadro 5- Caracterização sociofamiliar das participantes de agregados familiares monoparentais.....	60
Quadro 6- Caracterização sociofamiliar das participantes de agregados familiares recompostos.....	60
Quadro 7- Ocupação dos elementos dos agregados familiares.....	61
Quadro 8- Caracterização geográfica do agregado sociofamiliar.....	61
Quadro 9- Tipologias das situações de perigo para criança/jovem.....	65

LISTA DE SÍMBOLOS

APCC- Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral

APACDM- Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

CASA- Caracterização Anual da Situação de Acolhimento

CAT- Centro de Acolhimento Temporário

CDC- Convenção sobre os Direitos das Crianças

CIDEM- Casa da Infância Doutor Elysio de Moura

CPCJ- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

LPCJP- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

RESUMO

A investigação acerca das crianças e jovens institucionalizadas, na Sociologia, tem sido centrada no processo de institucionalização. Todavia, considero existir outro objeto de interesse sociológico que merece atenção: as redes sociais de apoio formal e informal da criança ou jovem em situação de acolhimento institucional.

O estudo dessas redes é importante não só para compreender as trajetórias de vida das crianças e jovens, como, também, para compreender as relações entre o mundo institucional e o exterior. Esta dissertação pretende contribuir para este duplo conhecimento. Assim, este é um estudo exploratório acerca das redes de apoio formal e informal às crianças e jovens em risco, revelando, por um lado, a (des) articulação existente entre as relações formais e informais e, por outro lado, o impacto dos apoios prestados às crianças por parte de instituições, famílias e sociedade civil.

O presente estudo parte de uma abordagem micro, com o recurso a uma metodologia qualitativa. Realizaram-se 12 entrevistas semidiretivas a crianças e jovens acolhidas numa instituição de proteção à infância e juventude em situação de risco. Procurou-se dar voz às suas histórias de vida e construir a análise a partir das suas narrativas. O trabalho realizado revela a importância do papel das redes de apoio formal e informal, na construção das trajetórias de vida das crianças e jovens e, especificamente, as estratégias utilizadas por parte das famílias, instituição e comunidade envolvente na prestação de apoio.

ABSTRACT

The research regarding institutionalized children and youth, in the field of sociology, has been focused in a institutionalization process. However, I believe there is another sociological matter that deserves attention: formal and informal social communication network for children and youth in institutional care. The study of these networks it's important not only to grasp the path of these children and youth lives, but also to comprehend the connection between the institutional and outside world. This dissertation intends on contributing to such double knowledge.

With this in mind, the study reveilles that on one hand, the (dis)articulation between formal and informal relations, and on the other, the impact of institutions, families and societies aid towards the children.

A micro approach was used for this study, resorting to a qualitative methodology. There were 12 semi structure interviews done to children and young people within a protective institution for infants and youth at risk. An analysis was build from the narratives of these life stories. It is through the importance of these networks that give formal and informal support, which we try to comprehend the strategies applied by the families, institutions and surrounding community to provide care.

INTRODUÇÃO

Uma investigação pressupõe sempre a existência de um problema. Na opinião de Coutinho (2011), na definição do problema de estudo deverá o investigador adotar uma postura séria e cuidada procurando inserir os elementos fundamentais do estudo, ou seja, fazer a referência ao que se observa (objeto da investigação), sobre quem vai ser levada a pesquisa (sujeitos) e como se vai trabalhar o problema. A definição de um problema poderá surgir em resultado do interesse e da experiência do investigador; da vontade de testar a aplicabilidade de uma teoria a um problema social; na sequência da replicação de estudos anteriormente efetuados (Coutinho, 2011).

A presente dissertação apresenta um estudo exploratório sobre uma realidade social antiga e complexa, com diversas tentativas de resolução que têm variado ao longo dos séculos, dependendo das ideologias e das condições económicas e sociais de cada país e de cada época. Referi-me ao problema que representa, para a sociedade, a existência de crianças e jovens em risco, afastadas das suas famílias ou por elas submetidas a situações de maus-tratos, negligência e abandono. A investigação acerca destas crianças e jovens tem sido centrada nos processos de institucionalização. Todavia, considero existir outro objeto de interesse sociológico que merece atenção: as redes sociais de apoio formal e informal das crianças e jovens.

A escolha deste objeto deve-se, sobretudo, ao meu interesse pessoal revestido de um duplo carácter. Por um lado, o interesse precoce pela problemática da família, em especial, pelos dilemas e desafios que se colocam à família no mundo contemporâneo e que se constitui como principal fator na escolha do tema desta dissertação. Por outro lado, é impossível descartar o facto da minha própria trajetória de vida ter sido construída enquanto criança institucionalizada em Lar de Infância e Juventude.

A opção de desenvolver o estudo exploratório deste objeto de estudo possui, fundamentalmente, uma dimensão pessoal. A minha experiência no processo de acolhimento institucional, no passado, permitiu identificar os principais traços, as particularidades e especificidades das múltiplas relações que as crianças e jovens estabelecem com quem interagem.

A pesquisa que dá origem à presente dissertação pretende olhar para quem está numa instituição de acolhimento, no entanto, pretende-se conhecer as relações existentes entre o mundo institucional e o exterior. Assim, tomou-se como objeto analítico as

trajetórias de vida e as redes sociais de crianças e jovens institucionalizadas, com o objetivo de conhecer e compreender a relação existente entre o apoio formal e informal.

A questão principal que orientou a investigação pode ser colocada da seguinte forma: Que articulações se estabelecem entre as redes de apoio formal e informal das crianças institucionalizadas? Os desafios e dilemas que, atualmente, se colocam à família levantam a necessidade de refletir, debater e compreender a conexão entre as redes sociais formais e informais das crianças e jovens em regime de acolhimento institucional, uma vez que, a colocação em instituição pressupõe a retirada da criança do ambiente familiar, dado que, este não possui condições saudáveis para o seu desenvolvimento.

O conceito de rede social pode ser definido como “ um conceito operacional que permite analisar, simultaneamente, a forma e o conteúdo das relações sociais envolvidas na produção do bem-estar” (Portugal, 2011:39). Nesta linha, através das trajetórias de vida das crianças e jovens acolhidas, interessa neste trabalho, proceder simultaneamente, à caracterização da morfologia das redes e à identificação dos conteúdos dos fluxos existentes no seu interior. E, por conseguinte, compreender as características que apresentam as redes sociais das crianças institucionalizadas.

Partindo do conceito de rede social é-nos possível encontrar respostas para as seguintes questões: Quem são as pessoas que integram as redes das crianças e jovens institucionalizadas? Quais as relações que os diferentes indivíduos estabelecem uns com os outros? Quais são os tipos de apoio que cada membro da rede oferece à criança ou jovem em acolhimento? Quem são as pessoas a quem a criança ou jovem recorre quando precisa de apoio emocional?

As respostas a estas questões constroem-se a partir de uma abordagem de cariz qualitativo. A técnica de pesquisa central consistiu na realização de entrevistas semidiretivas. O recurso a esta técnica de pesquisa teve como principal objetivo a audição das participantes sobre as suas trajetórias de vidas, destacando os momentos e as figuras mais marcantes, de forma a explicar e interpretar as relações entre quem está institucionalizado e quem presta o apoio.

A população-alvo deste trabalho de pesquisa foram as crianças e jovens em acolhimento institucional, designadamente, com idades compreendidas entre os catorze e os dezanove anos.

O presente trabalho organiza-se em duas partes e estrutura-se em cinco capítulos. A primeira parte é de natureza eminentemente teórica, estabelecendo o “estado da arte” a partir do qual se define o modelo analítico. O primeiro capítulo teórico diz respeito às principais mudanças ocorridas na família e na infância nas sociedades contemporâneas. O segundo capítulo teórico refere-se ao papel do Estado e da família na proteção e promoção dos direitos da criança. Nesta linha, constrói-se uma perspectiva de abordagem teórica em torno da problemática da criança em situação de risco. Assim, olha-se a criança enquanto sujeito de direito, construindo uma análise à evolução da política social da infância em Portugal. Por fim, o terceiro capítulo centra-se na temática das redes sociais, salientando as principais perspectivas teóricas e a relevância do conceito de rede social para a análise do objeto de estudo.

Na segunda parte apresenta-se o estudo empírico nas suas diversas etapas de desenvolvimento: desde a etapa da preparação da pesquisa à análise e discussão dos resultados. O quarto capítulo apresenta o projeto de pesquisa, os objetivos da investigação e a metodologia utilizada para recolha e análise dos resultados. Em seguida, são descritos os principais resultados obtidos e é realizada uma análise à informação recolhida, destacando as principais questões relativas às trajetórias de vida, à vida institucional e ao papel das redes sociais.

I. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA (S) E CRIANÇA (S)

A família do Antigo Regime caracteriza-se por possuir atributos pertencentes ao paradigma da propriedade (Tomás, 2004). Nesta sociedade, a menoridade e paternalismo não eram evidentes quotidianamente, as crianças eram encaradas como sendo propriedade dos pais ou de outros adultos que possuíssem a responsabilidade por elas.

Assim, atendendo ao facto destas serem vistas como meras propriedades da pessoa adulta, conseqüentemente é-lhes privado o direito de participação ativa em todo o seu processo educacional. Neste sentido, os responsáveis adultos podiam recorrer sem restrição ao uso da força física e da punição como formas apropriadas para o processo de crescimento e formação da criança enquanto pessoa (Jenks *cit.* por Tomás, 2004).

Desta forma, podemos afirmar que o núcleo familiar caracterizava-se pela existência de um paradoxo. O paradoxo a que nos referimos prende-se com o facto de a família ter sido sempre criada e pensada com a presença da criança na dinâmica familiar. No entanto, a esta presença não era atribuída a significância merecida.

Nesta sequência, podemos dizer que a criança, neste período, era considerada apenas como "um dado adquirido, produto e destinatária de estratégias (conjugais e parentais) que lhe são exteriores" (Sirota, 2001:12). Desta forma, o protagonismo familiar é socialmente reconhecido aos adultos e não à criança. Sendo assim, a criança surge como um indivíduo ignorado e silenciado pela ordem social, uma vez que é remetida à não presença cívica. Ainda, o mesmo autor menciona que a infância corresponde à "época em que o indivíduo, tanto do ponto de vista físico e moral, não existe ainda" (Sirota, 2001:9). Também Tomás (2004), assumiu que a criança mantida longe da esfera social por parte dos indivíduos adultos, estes não reconheciam as crianças como merecedoras de distinção na ordem social e, para além disso, não lhes concediam "grandes possibilidades de assumirem uma identidade própria" (Tomás, 2004:349).

Sarmiento (2003) ao explicar a construção histórica da infância afirma que esta surge em "resultado do complexo de produção de representações sobre as crianças, de estruturação dos seus quotidianos e mundos de vida e, especialmente, de constituição de organizações sociais para as crianças" (Sarmiento, 2003:3). Assim, a partir do século XVII, a vida familiar mudou através da influência burguesa, com o aparecimento do processo de sentimentalização assente no zelo pelo sentimento e privacidade.

Desta forma, no meio familiar, assistiu-se à introdução de novos valores, culminando com o afastamento da concepção de família existente na sociedade do Antigo Regime. A partir desta mudança, a família passou a representar um espaço propício à partilha de sentimentos e afetividade. Nesta linha, foi eliminada a ideia de que o meio familiar representava um núcleo em que os elementos se reuniam somente pelo facto de precisarem do esforço de todos (incluído a criança) para a sobrevivência física. Ainda outra característica da família moderna é o facto de esta manifestar a partilha de laços afetivos somente no espaço privado e não publicamente, tal como acontecia no passado.

Estas alterações de comportamento no seio familiar influenciaram o modo como o casal decide construir e organizar o seu núcleo familiar, uma vez que os progenitores começaram a calendarizar e a controlar o número de filhos (Almeida, 2000; Cunha, 2006). Assim, podemos afirmar que a família moderna apresenta características pertencentes ao paradigma da proteção e do controlo (Tomás, 2004). De acordo com a mesma autora, nas práticas dos adultos face à infância, neste período, salienta-se o aparecimento de um novo sentimento da infância.

Em resultado deste novo olhar sobre a criança, esta passou a ser vista como produto do amor nutrido pelos pais, um sujeito frágil, incapaz e dependente e, por isso, merecedor da atenção e proteção do adulto. Deste modo, salientamos que o processo de modernização da família trouxe o afastamento da concepção dominante na sociedade do Antigo Regime, em que a criança era encarada como “adulto em miniatura” e integrada precocemente na dinâmica do mundo do trabalho (Tomás, 2004). Assim, importa referir que a infância enquanto processo de ordem biológica sempre existiu, todavia, a novidade reside no seu reconhecimento desta como estatuto social.

Dito isto, em resultado do processo de modernização das relações familiares a sociedade procurou criar os dispositivos sociais que fossem capazes de responder às situações que colocam a criança em perigo como, por exemplo, quando a menor exerce recusa perante a escola e foge do ambiente escolar; quando escapa do meio doméstico com o propósito de participar no trabalho de produção junto dos adultos (Almeida, 2000). O reconhecimento social da criança enquanto individuo portador de direitos, culminou com a vontade dos responsáveis familiares desenvolverem o esforço para garantirem à criança o cuidado e proteção, afastando-a do espaço de rua dado que este representava a desproteção.

No sentido de responder ao desamparo atribuído à criança em contexto de rua a partir do paradigma da perigosidade (Tomás, 2004), a sociedade estabeleceu como principais dispositivos para a aquisição de competências essenciais para o acesso ao mercado de trabalho e na formação da criança enquanto pessoa adulta, o lar e a escola (Almeida 2000).

Segundo Sarmiento (2003), a institucionalização da infância foi desenvolvida a partir de três esferas distintas: a escolar, o núcleo familiar e, por fim, a administração simbólica da infância.

A escola constitui o principal motor da institucionalização das crianças, atendendo à sua disseminação em massa e, também por esta contribuir para a retirada da criança do mundo do trabalho. Assim, o espaço escolar veio a permitir a "institucionalização educativa da criança", quer isto dizer, a separação formal por parte do organismo estatal entre as crianças e os adultos, durante o dia. E ainda por meio desta instância, procurou-se transmitir às crianças um saber homogeneizado, uma ética e uma disciplina mental e corporal (Foucault *cit. por Sarmiento, 2003*).

Sirota (2001), defende que o ambiente escolar potencia o desenvolvimento de "um ofício da criança", quer isto dizer a escola faz emergir a criança como sendo um indivíduo completo. A plenitude da criança surge na sequência do facto de o espaço escolar auxiliar os responsáveis adultos na formação das crianças para o exercício de cidadania (Tomás, 2004).

A institucionalização da infância efetuada pela escola trouxe consigo alterações no espaço doméstico. A este propósito Sarmiento (2003), chama a atenção para o facto de o espaço doméstico ter-se tornado, cada vez mais, um espaço da pessoa adulta do que da criança. Em resultado da saída da criança do espaço doméstico, tendo-se tornado no frequentador de múltiplas agências de ocupação e regulação do tempo como, por exemplo, os ateliês de tempos livres, as ludotecas, atividades de formação não escolar, do tipo de cursos de inglês, cursos de informática (Sarmiento, 2003).

Outro aspeto merecedor de atenção prende-se com o fato de a escola, de acordo com algumas abordagens, não conseguir cumprir a missão da luta pela integração social. Pelo contrário, acentua as desigualdades dado que dentro da infância surgem várias infâncias (Tomás, 2004). Quer isto dizer, este período de vida é condicionado consoante o contexto social, a etnia, o local de nascimento e subgrupo etário de cada criança e, deste modo,

através das diferentes características individuais a infância é marcada pela heterogeneidade (Sarmiento, 2003).

Importa-nos salientar outra contrariedade associada ao espaço escolar. Por um lado, corresponde a um espaço que possibilita o surgimento da criança como ator social. Por outro lado, simboliza a privatização da infância, através da retirada da criança dos espaços públicos (Sarmiento et al, 2007).

No que diz respeito à contribuição da família no processo de institucionalização da infância, é importante mencionar que esta, muitas vezes, foi reconhecida como sendo o espaço propício ao crescimento seguro das crianças.

Porém, a realidade de diferentes meios familiares veio a demonstrar que esta instituição possui uma dupla faceta. Em vez de corresponder a um ambiente benéfico para a realização pessoal, partilha de tarefas e igualdade de oportunidades para todos os membros (incluindo a criança), simboliza um espaço em que a vivência quotidiana da criança é marcada pela prática de violência e mau trato infantil. Por conseguinte, a família deverá ser pensada como uma instituição construída e estruturada socialmente (Almeida, 2000; Cansado, 2009; Sarmiento, 2003).

Posto isto, importa mencionar que a infância permaneceu, durante um longo período de tempo, afastada do interesse social tendo ficado conhecida como "fantasma omnipresente" (Sirota, 2001:8).

Em suma, o processo de modernização das relações entre os diferentes elementos da família, concretamente entre pais e filhos trouxe consigo um novo conceito a respeito da família. Afastada da visão existente na sociedade do Antigo Regime, a família moderna representa um espaço que potencia a afetividade e a educação, promotora da separação entre as crianças e os adultos através da nova forma de socialização da criança, ou seja, a escola (Cunha,2006).

2. O ESTADO, A FAMÍLIA E A CRIANÇA

2.1 A família e a criança hoje em Portugal

Atendendo ao que foi descrito no ponto anterior torna-se evidente que a família, hoje em dia, é uma instituição que reflete as mudanças ocorridas nas sociedades. Neste sentido, Almeida (1994) afirma que “Se há instituição que se têm adaptado às diferentes formas de viver em sociedade demonstrando a plasticidade e a flexibilidade das suas formas de organização, ela é certamente a família” (*idem*:117).

Em Portugal, desde os anos sessenta, começaram a registar-se alterações profundas que culminaram com a recomposição social e familiar (Almeida,1998). Segundo a mesma autora, estas modificações sociais tornaram-se evidentes através da descida da taxa de nupcialidade, o aumento dos divórcios, a entrada da mulher no mercado de trabalho, a subida da escolaridade feminina, o decréscimo dos casamentos realizados pela Igreja Católica, o controlo da taxa de natalidade.As mudanças identificadas relaciona-se de forma direta com o aparecimento de novas formas de viver o casamento e, também, com o facto de os filhos terem ganho um novo lugar na família. Nesta linha, podemos afirmar que no nosso país, começou a ser reconhecida “a importância da família no processo de socialização e educação das suas crianças” (Almeida, 1994:106).

No nosso país, a família tem sido marcada pela profunda reestruturação ao longo de diferentes períodos que, por sua vez culminaram a emergência de diferentes configurações no núcleo familiar. Consequentemente, desde1960 até aos nossos dias, podemos afirmar que a família moderna portuguesa encontra-se num duplo movimento, designado por familismo renovado. A partir desta designação, a nossa estrutura e organização da família caracterizam-se pelas seguintes modificações: o aumento do nível de nupcialidade; rejuvenescimento da idade média no casamento; menos celibato definitivo, menos crianças nascidas fora do casamento, consequentemente, reflete-se na redução das famílias simples e das mães sozinhas com filhos ilegítimos; e, por fim, o aumento dos casais com um ou sem filhos.

De acordo com Almeida et al. (1998), muitos são os casais que começaram a planear ter um número reduzido de filhos. Igualmente, as transformações coincidiram com o modo como a criança passou a ser encarada pela família. Atualmente, a criança possui um lugar central, protegido e privilegiado no seio familiar.A decisão de construir família para o casal

passou a ser encarada de forma séria e ponderada, pois os filhos para a implicar “investimentos elevados no plano dos afetos, do bem-estar material que as gerações anteriores não tiveram, de percursos escolares longos tendo em vista a inserção e a promoção socioprofissional” (Almeida, 1998:47).

Em resumo, as transformações desencadeadas no meio familiar representam a família como um nicho propício à afetividade, segurança e bem-estar da criança. No entanto, por vezes, simboliza um pólo de violência física, psicológica e de abuso (Almeida, 1994).

2.1.1 Família: um palco de violência

A problemática da violência familiar, embora constituindo um tema recorrente desde que a família existe, agudizou-se com a Segunda Guerra Mundial, dado o abandono a que foram votadas milhões de crianças. Mas existem outros factores de diferente natureza (demográfica, económica, social, cultural) que têm vindo a agravar o problema. Para além de a opinião pública se ter tornado muito mais sensível à violação das obrigações familiares para com as crianças e jovens destaca-se, também, o facto de as situações de maltrato a crianças terem contribuído para a criação de uma consciência pública. Logo, tem sido ressaltado o paradoxo que consiste no facto de, devendo ser um fator de afeto e proteção, a família constitui, muitas vezes, um meio de violência.

Por esta razão, sujeitas a situações de maus tratos muitas crianças são por vezes levadas a integrar-se em ambientes de marginalidade e delinquência, levando a que seja proposta a sua colocação em ambientes institucionais (Cansado, 2009). Ao falar-se de ambientes familiares desfavoráveis e de crianças e jovens em risco, faz-se referência à família contemporânea, caracterizada como um quadro vivencial formado por zonas de sombras e de luz, em que os perigos e problemas que a marcam são dificilmente apercebidos por aqueles “que quotidianamente a observam e julgam (os vizinhos, os parentes, mas também os profissionais da infância” (Almeida, 1999:29). Canha (2003) esclarece que os casos de violência são mais frequentes nos meios desfavorecidos, não deixam de estar presentes no seio de famílias economicamente endinheiradas.

De acordo com Almeida (1999), o ato de maltratar a criança por parte da família não é uma novidade para sociedade contemporânea, ressaltando que a novidade está na visibilidade que este fenómeno tem vindo a ganhar. A mesma autora aponta os fatores que explicam a visibilidade que os maus tratos têm ganho na sociedade, sendo eles:

1. A tomada de consciência através de olhares exteriores à família que, perante as situações de abuso, mau trato e negligência sobre as crianças, procuram resolver os efeitos que este fenómeno tem reproduzido junto dos menores.
2. Os conhecimentos de diferentes situações por parte dos especialistas da pediatria e medicina que, por sua vez, trabalharam arduamente com a finalidade de elaborarem uma abordagem científica em torno da criança maltratada.
3. Conhecimento de situações referentes aos maus tratos infantis de origem familiar na esfera pública, uma vez que, antigamente estes problemas familiares eram como que inexistentes sendo que pertenciam à vida privada da família dificultando o acesso de outros olhares observadores oriundos do exterior.

Em Portugal, também, o mau trato infantil torna-se numa problemática social com visível preocupação pública, neste sentido, foram sendo criadas respostas para a resolução deste problema social. De acordo com Almeida (1999) o Hospital Pediátrico de Coimbra e o Hospital de Santa Maria, em Lisboa, surgem como os primeiros mecanismos de intervenção sobre este fenómeno. No campo jurídico-legal, assistiu-se à reformulação da legislação e ao sistema judicial, uma vez que, também passam a envolver a temática da infância e do mau trato infantil nos diferentes dispositivos que possuem. Ainda, importa salientar a criação das comissões de proteção de menores e instituições oficiais, sem caráter jurídico, que trabalham com uma equipa polivalente funcionando nas câmaras municipais.

2.1.2 A criança em risco

À instituição familiar é reconhecida socialmente, desde sempre, o papel preponderante no processo de educação e socialização de cada criança. Portanto, podemos afirmar que a família representa um importante vínculo de segurança e afetividade no processo de desenvolvimento a menor. Dito desta forma, socialmente espera-se que esta instituição social cumpra sempre com cada criança todas as responsabilidades inerentes, garantindo a existência de condições que zelam pela segurança, estabilidade e a integração social de cada indivíduo. Nesta linha, podemos considerar quando se verifica a existência estas condições no ambiente familiar, estamos perante um meio familiar que tem reunidas as condições asseguram o desenvolvimento harmonioso e integral da criança.

No entanto, a realidade social denuncia que nem sempre esta situação se verifica, sendo as trajetórias de vida de algumas crianças marcadas por situações de risco que colocam em causa o desenvolvimento. Assim, quando o ambiente familiar não tem as condições necessárias para o crescimento de cada criança atendendo às suas características particulares (físicas e mentais) e idade, podemos afirmar que esta encontra-se em situação de perigo/risco. Em resultado da ausência de garantia de condições que assegurem o seu bem-estar, é solicitada a intervenção do Estado e da sociedade na proteção de cada criança.

Deste modo, no nosso país, a atuação do Estado na proteção da criança ou jovem considerado/a em perigo é efetuada quando de acordo com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), uma pessoa que tenha idade inferior a 18 anos ou um indivíduo que tenha menos de 21 anos e que tenha solicitado a continuação da intervenção já existente antes de completar os 18 anos. Também a mesma base legal estabelece que a criança ou jovem está em situação de perigo quando (art.º 3º, Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro): a) “Está abandonada ou vive entregue a si própria”; b) “Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais”; c) “Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal”; d) “É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento”; e) “Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional. Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação”.

Gomes (2010) identifica um conjunto alargado de fatores e vulnerabilidades que refletem a situação de perigo em que as menores são colocadas. Segundo a autora, nas famílias crianças e jovens em risco surgem fatores como: a existência de contexto de violência doméstica no meio familiar, sobrelotação habitacional, a doença mental de uma dos progenitores, a separação/divórcio das figuras parentais e, por último, a precaridade a nível laboral, conduzindo ao agravamento das dificuldades económicas destas famílias.

2.2 O Estado e a criança

2.2.1 Evolução da política social da infância em Portugal

A partir de 1974 surgem os primeiros avanços nas políticas associadas às crianças, com a elaboração de um organismo que trabalhavam juntamente com entidades pertencentes ao concelho com a finalidade de obterem um conhecimento preciso da situação real das crianças (Tomás e Fonseca, 2004). Assim, verificou-se a mudança política em matéria de infância, quer isto dizer, a preocupação com a criança deixou de ser exclusiva da família.

Pacheco (2010) refere que, em Portugal, anos anteriores à década de 90 existia uma pequena informação legal orientada para a área de proteção da infância e juventude. Neste sentido, em 1911, surge a promulgação de um documento fundamental na história das medidas estatais de proteção à infância, em Portugal, Lei de Proteção à Infância; em 1919, foi constituído um órgão com a responsabilidade em coordenar as ações tutelares em torno das crianças e, mais tarde, em 1926 a este órgão foram atribuídas as competências de definição e intervenção nas situações de perigo moral para a criança.

Em 1944, foi efetuada a alteração do nome do órgão de Tutorais de Infância, para a denominação de Tribunais de Menores. O ano de 1962 correspondeu à altura em que foi criada a Organização Tutelar de Menores, revista em 1978. Este documento representa uma evolução significativa, na medida em que a orientação estatal e o enquadramento penal da Lei de Proteção à Infância são complementados por uma visão em que se “privilegia a família, e o seu papel de proteção do menor, reconhecendo a sua importância na aplicação de medidas decretadas pela intervenção judicial” (Cansado, 2009:5). Ainda, importa salientar o fato de, em 1978, terem sido criados os Centros de Observação e Ação Social.

Em 1979, através do Decreto-Lei nº 288/79, de 13 de Agosto, foi criado o Instituto de Acolhimento Familiar e, por último, destaco o ano de 1986 correspondendo à data em que foram construídos os regulamentos direcionados para os Lares de Acolhimento (Pacheco, 2010).

A partir do século XX, em Portugal, foram implementados importantes dispositivos legais em torno da matéria de proteção à infância e juventude. Nesse sentido, o ano de 1990 foi marcado pela ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre dos Direitos da Criança. A adoção dos propósitos desta Convenção, em Portugal, representou «a substituição do conceito tradicional de proteção pelo conceito de participação,

reconhecendo à criança direitos semelhantes aos adultos sujeitos de direitos» (Gomes,2010:35).

Em 1991 é que as Comissões de Proteção de Menores foram criadas, beneficiando da colaboração das Câmaras Municipais. Estes organismos desenvolvem a sua intervenção social junto de indivíduos até aos 18 anos que estejam a ser/tenham sido abusados, desprotegidos, ou que tenham os cuidados de saúde, educação ou segurança em causa.

Em Portugal, o ano de 1998 foi importante para a proteção à infância, concretamente na área da infância em situação de risco. Assim, nesta data, assinala-se a publicação do regime jurídico de adoção, sendo mais tarde alterado com o Decreto-Lei n.º 120/98 de 8 de Maio. Neste mesmo ano, foi criada a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e, também foi realizada a apresentação do diploma que vem a estabelecer os regulamentos fundamentais para o funcionamento dos Lares de Infância e Juventude.

Em 1999, a Proposta de Lei que veio dar origem à Lei Tutelar Educativa, aprovada pela Lei n.º 166/99, prevê (p. 3) que “um modelo protecionista, guiado pela ideia de que é possível responder do mesmo modo a problemas tão diversos como o abandono do menor ou o da prática, por este, de condutas antissociais ligadas ao mundo do crime organizado, condena-se por si próprio”, representando, por isso, um sintoma de fracasso. Este assunto revela-se de grande importância, dado Portugal ser, ao lado da Grécia e da Espanha, um dos países da União Europeia com maior número de crianças e jovens institucionalizados (Quintãns,2009). Ainda, este ano foi marcado pela criação da LPCJP (Lei n.º 147/99, de 01/09/99) reconhece a figura do Lar como um dos locais de acolhimento institucional destinado a prover o internamento de menores.

Em 2003, por meio da lei n.º31/2003, de 22 de Agosto, assistiu-se à alteração ao Código Civil, à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, ao Regime Jurídico de Adoção através do Decreto-Lei n.º185/93, de 22 de Maio e, por ultimo, à Organização Tutelar de Menores.

Em Março de 2007 do Plano DOM da Segurança Social (“Desafios, Oportunidades e Mudanças”), com o objetivo de implementar medidas de qualificação da Rede de Lares de Infância e Juventude, prevendo “dotar os Lares de equipas multidisciplinares, com 14 competências e conhecimentos que lhe permitam em curto espaço de tempo, de uma forma consistente definir o projeto de vida para cada criança ou jovem que seja acolhido em instituição” e que “o acolhimento institucional tem que ser sempre visto numa perspetiva

transitória e nunca deverá ser considerado projeto de vida para a criança ou jovem”. A este respeito, já Luís Villas-Boas vinha afirmando (in Diário de Notícias, 26/01/2006), que "temos um acolhimento doente e uma adoção anestesiada" e que é "necessário repensar todo o sistema de acolhimento nacional", uma vez que “as instituições têm excesso de crianças e por tempo demasiado que, depois, não têm capacidade para responder eficazmente nas situações de emergência”.

Em 2012, a partir do despacho n.º 9016/2012, o programa DOM chega ao fim, tendo sido substituído pelo Plano SERE + (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS), cujo objetivo principal de passa na “implementação de medidas de especialização da rede de lares de infância e juventude, impulsionadoras de uma melhoria contínua na promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas, para que no menor tempo útil, da sua educação para a cidadania, sentido de identidade, de autonomia e segurança resultar a sua desinstitucionalização” (Diário da República, 2.ª Série, N.º 128, de 4 de Julho de 2012). Também, em resultado desta alteração, assistiu-se à transição automática das instituições que beneficiavam até à data do Plano Dom para o Plano SERE+, a não ser que estas instituições manifestassem intenção contrária.

2.2.2 Intervenção estatal na proteção à criança

De acordo com Oliveira (2013), a intervenção estatal assente no princípio de subsidiariedade, quer isto dizer, a atuação dos organismos do Estado responsáveis pela proteção da criança, acontece quando a família denuncia a incapacidade ou falta de recursos fundamentais para o desenvolvimento íntegro da criança. Por conseguinte, o Estado assume a responsabilidade na prestação de cuidados da criança em situação de perigo, através da implementação de medidas legalmente previstas, desde a sinalização até, caso seja preciso, ao acolhimento institucional (Almeida, 2000; Tomás et al., 2004).

A ação do Estado na proteção das crianças em perigo é orientada pela LPCJP. Este instrumento legal que atribui ao Estado o papel de participante ativo na proteção das crianças e jovens em situação de perigo e, também na promoção de direitos desses mesmos indivíduos. Para além disto, esta lei invoca a colaboração ativa e responsabiliza à comunidade, por meio das Comissões de Proteção de Menores, e outras entidades sociais com os quais os indivíduos se relacionem (escolas, centros de saúde), com legitimidade para proteger a criança/ jovem em perigo promovendo, simultaneamente, os seus direitos.

Atualmente, a importância atribuída à criança coincide, simultaneamente, com o reconhecimento de que se trata de um cidadão com direitos próprios e ajustados ao seu período de desenvolvimentos como, por exemplo, o direito de participar nas decisões que lhe dizem respeito consoante a sua maturidade, o direito de ter uma família de afetos que lhe permita o desenvolvimento harmonioso e uma inserção saudável na sociedade, o direito de ser criança, o direito de brincar, o direito de ser feliz.

Neste sentido, o cumprimento destes princípios enunciados, anteriormente, na aplicação de medidas que visam assegurar a promoção de direitos das crianças e jovens em perigo pretende-se, de acordo com art.º34: em primeiro lugar, afastar a criança/jovem da situação de perigo identificada; garantir a existência de condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral; por último, assegurar a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de abuso ou exploração.

2.2.3 Sistema de proteção de crianças e jovens em perigo

O sistema de proteção de crianças e jovens em perigo, em Portugal, é de caráter misto (Oliveira,2014), uma vez que, tem uma intervenção que é desenvolvida por entidade profissionais que constituem a equipa administrativa e uma outra que trabalha no campo jurídico.

A principal missão do nosso sistema de promoção e proteção de menores é garantir a aplicação das medidas de promoção de direitos e proteção das crianças e jovens em situação de perigo de acordo com as características e especificidades de cada criança em perigo.

Ainda, importa salientar que a existência de um conjunto diversificado de níveis de atuação na procura da proteção e promoção de direitos (Gomes, 2010;Alves,2007).

Fig. I Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo



Primeiramente, qualquer cidadão que tenha conhecimento de situações de perigo relativas às crianças ou jovens deve fazer a denúncia dessas situações, comunicando os fatos às entidades competentes na matéria de infância e juventude, aos responsáveis policiais, à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e autoridades jurídicas para que seja prestada atempadamente a proteção junto da criança ou jovem em perigo. Assim, a partir da intervenção de entidades com competência em matéria de infância e juventude, procura-se alcançar o consentimento junto da família, representante legal da criança ou jovem para se seja efetuada a retirada do/a menor da situação de perigo.

Tendo sido conseguido o consentimento, através da celebração do Acordo de Promoção e Proteção, é efetuada a recolha de dados concretos que se refiram à situação de perigo sinalizada para que, mais tarde, seja elabora um diagnóstico detalhado acerca da situação e todo o meio envolvente que coloca a criança em perigo.

No entanto, quando as entidades com competência em matéria de infância e juventude não conseguem desenvolver o trabalho de forma adequada e satisfatória para retirar a criança ou jovem da situação de perigo, a Segurança Social tem a tarefa de enviar um relatório à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigos, solicitando a sua intervenção no processo em causa.

Na terceira fase de intervenção, quando as entidades com competência em matéria de infância e juventude não conseguem desenvolver o trabalho de forma adequada e satisfatória para retirar a criança ou jovem da situação de perigo, solicitam a intervenção do Ministério Público. A atuação do Ministério Público centra-se na instauração de um Processo Promoção e Proteção Judicial para a situação em causa. Nesta etapa, cabe ao Tribunal de Menores a tarefa de solicitar a elaboração de relatórios junto das entidades

com competência em matéria de infância e juventude, ou seja, uma Equipa de Assessoria Técnica dos Tribunais (Segurança Social) e a proposta de medida a aplicar (Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro; Oliveira, 2013).

2.3 Acolhimento institucional

2.3.1 Papéis e funções das instituições de acolhimento

Antes de conhecermos a atual caracterização do acolhimento institucional, em Portugal, torna-se pertinente efetuar algumas considerações conceituais referindo-nos, concretamente, à evolução histórica das instituições de que trabalham na área da infância e juventude. Assim, torna-se fundamental realizar uma retrospectiva na história das instituições sociais para conhecer as definições que teóricos outorgaram aos conceitos de instituição e institucionalização e, simultaneamente, compreender de melhor forma o papel que os Lares de Infância e Juventude desempenham na sociedade contemporânea.

Dito isto, Quintañs (2009) ao realizar uma retrospectiva dos diferentes papéis que as instituições de internamento foram adotando ao longo dos tempos, salienta a existência de dimensão assistencial e punitiva/educativa da infância. Segundo a mesma autora, em resultado da falha das figuras parentais no cumprimento das suas obrigações, as sociedades conceberam meios para dar resposta a esta problemática social e prestar o cuidado às crianças.

Neste sentido, centramo-nos em compreender a evolução histórica da dimensão assistencial para infância. Assim, Quintañs (2009) menciona que a institucionalização de crianças, na sociedade ocidental, é uma realidade que perdura de longa data, sendo que existe documentação na Grécia Antiga e no Império Romano que revela esse facto. Em Roma, pela mão do Imperador Trajano, foram criadas as Instituições Alimentares que possuíam quintas destinadas a prestar acolhimento a crianças com idade até aos dezasseis anos.

No período medieval, no contexto europeu, surgiram as instituições afastadas dos centros populacionais associadas às ordens religiosas e situadas nas áreas periféricas da comunidade central. Estes espaços procuraram responder às necessidades sociais dos indivíduos provenientes de países marcados por contextos de guerra e dificuldades económicas (Capdevila, 1996; Ferreira, 2007 *apud* Quintañs, 2009). Na sequência desta ação pela ordem religiosa, foram criados os “asilos” para acolher as crianças por parte da Igreja Católica.

A partir do século XVII, o processo de institucionalização de menores começa a ter o caráter assistencial, quer isto dizer, prestar a proteção às crianças órfãs, vagabundas e portadoras de deficiência (Cansado, 2009; Alberto, 2007). Logo, no meio social a criança ganha visibilidade na sociedade, uma vez que “até ao séc. XVII, a criança ocupa um papel muito reduzido, quer na família quer na sociedade. Quase não havia distinção entre crianças e adultos, pois partilhavam todo o tipo de trabalho, divertimentos e até roupa” Reis (2009:26).

Todavia, neste período, a intervenção na proteção de crianças em perigo continuou a alimentar a desigualdade e a discriminação. A falha reconhecida a esta forma de atuação junto dos menores desprotegidos pretendia, essencialmente, proteger a pessoa normal da pessoa não normal, pois a sociedade não tinha que suportar o contato com a pessoa portadora de deficiência (Alberto, 2003).

Após a Revolução Industrial, começou a registar-se a comunhão de esforços entre os sectores público e o privado, este último mais vocacionado para o cuidado dos menores negligenciados e abusados, alargando a sua intervenção para assegurar a satisfação das necessidades básicas a cada criança acolhida. Nesta linha, Alberto (2003) afirma que se assistiu à substituição da intervenção assistencial para a de proteção dos menores.

No período da Segunda Guerra Mundial, constatou-se o aumento considerável da institucionalização de crianças e, conseqüentemente o acolhimento institucional ganha visibilidade social. Desta forma, atendendo ao contexto de abandono em que muitas crianças ficaram, surgiram os estudos de psicologia infantil e de novas profissões que, levaram a que os Estados passassem a atribuir um novo protagonismo no campo da formação especializada de profissionais de assistência à infância e que aumentasse drasticamente o número de menores abrangidos.

Mais tarde, no período da Idade Moderna em resultado do crescimento urbano e do aumento significativo dos níveis de criminalidade, as autoridades legais adotam um novo mecanismo de intervenção com o recurso à disciplina e trabalho, como forma de “reeducar” os comportamentos dos infratores.

Por conseguinte, o processo de acolhimento em ambiente institucional marca-se pela introdução de novas formas de intervenção na proteção da infância desprotegida. Neste sentido, torna-se pertinente conhecer e compreender a evolução histórica da dimensão punitiva/educativa para a infância, destacada por Quintañs (2009).

Quintãns (2009) menciona que até ao século XVII, as sociedades eram marcadas pela sistemática utilização dos castigos corporais como forma de alertar a criança para os seus atos errados. Esta situação persistiu durante muito tempo, pois a base legal existente e o sistema de justiça apenas tinham respostas sociais para os indivíduos condenados pela prática de crime.

No século XX, no contexto europeu, assistiu-se ao aparecimento de dois modelos distintos para o tratamento de assuntos em matéria da infância, concretamente a problemática social da delinquência infantil. Segundo Carvalho (1999 *apud* Quintãns 2009), na primeira parte no século passado, foram diversos os países que adotaram um tratamento assente na punição dos atos desviantes dos menores e, também, a reeducação social dos mesmo sujeitos. Todavia, na segunda metade do século XX, o modelo de proteção à infância e juventude foi alvo de crítica por parte de diferentes movimentos religiosos e laico que, por sua vez manifestavam-se a favor da despenalização dos delitos praticados por jovens (Quintãns 2009).

Assim, desta forma, um novo conceito passa a vigorar na Europa, levando a uma alteração das práticas punitivo-ressocializadoras vigentes: a noção de “risco” passa a substituir a de “culpa”. Desta forma, que diz respeito delitos cometidos pelos menores o foco das atenções foi centrado nos seus autores, que se considerava terem sido influenciados por ambientes malévolos. Sendo assim, surge o modelo da proteção em que defende a ação do Estado no tratamento dos jovens delinquentes ou em situação de risco.

Posto isto, podemos afirmar que atualmente, o processo de institucionalização de menores em situação de perigo possui um carácter de intervenção diferente da que se verificava, até ao século XVIII, pois esta visava somente “proteger a pessoa normal da não normal, ou seja, está ultima era considerada um perigo para a sociedade» (Alberto,2002:228).

Assim, esta institucionalização de crianças caracterizava-se por se tratar de uma resposta social direcionada essencialmente a crianças portadoras de deficiência sendo que, dessa forma, seria possível tranquilizar a consciência pública, uma vez que, era prestado o cuidado e a assistência junto dos carenciados e, deste modo, a sociedade não era obrigada a «suportar o seu contato».

2.3.2- A institucionalização

Atendendo que muitas crianças são sujeitas a maus tratos, por vezes, estas são levadas a frequentar ambientes marcados pela marginalidade e delinquência. E, conseqüentemente, esta situação leva que os menores sejam colocadas em ambientes institucionais que asseguram a segurança e a tranquilidade. Partimos da ideia de que as instituições sociais são fundamentais para o funcionamento e organização das sociedades. Neste sentido, torna-se pertinente conhecermos as diferentes definições pelas quais o processo de institucionalização atravessou, ao longo dos tempos.

Erving Goffman (2001) apresenta-nos a definição de instituição total como sendo “um lugar de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos, com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e fortemente administrada” (p.6). Dito isto, as instituições de proteção do passado caracterizavam-se pela particularidade de funcionarem como barreiras para a fomentação de relações sociais com o meio exterior e, também pela existência de regras claras que proibem os residentes de abandonarem a instituição.

Atualmente, como foi dito em pontos anteriores, a decisão de colocar a criança em ambiente institucional surge quando se constata que o ambiente familiar é desfavorável para a proteção e promoção de direitos dos/as menores. A partir deste cenário, o Estado tem a responsabilidade de garantir a existência das condições necessárias para que cada criança possa fazer uso dos direitos reconhecidos e consagrados nos princípios da Constituição da República Portuguesa e na Convenção sobre os Direitos da Criança.

Nesta linha, por meio do artigo 49º da LPCJP é-nos apresentada uma definição de acolhimento institucional, como sendo “colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral”.

Assim, contrariamente às instituições totais de Goffman, o processo de institucionalização deverá, de acordo com a Lei 147/99 de 1 de Setembro (secção IV), ser desenvolvido em regime aberto e de forma organizada para que seja permitida a existência de unidades favoráveis à criação de uma relação afetiva semelhante ao existente numa

família comum e, para além disto possibilitar uma rotina personalizada e a integração na comunidade envolvente.

As instituições que se destinam a prestar o acolhimento de crianças e jovens em situação de risco, a partir do artigo 53º da LPCJP, definem-se como espaços que “funcionam em regime aberto e são organizadas em unidades que favoreçam uma relação afetiva do tipo familiar, uma vida diária personalizada e a integração na comunidade”. Posto isto, podemos afirmar que estes espaços de proteção de crianças, diariamente, procuram desenvolver um trabalho sério tendo em vista a promoção da participação da família no quotidiano da criança ou jovem e a abertura da instituição à comunidade envolvente.

No contexto atual, em Portugal, a institucionalização da criança ou jovem em perigo procura proporcionar aos menores as estruturas de vida semelhantes a uma família com vista ao seu desenvolvimento individualizado quer a nível físico, moral e intelectual e à inserção na sociedade.

A este propósito, Martins (2005), reconhece que esta medida de proteção constitui a oportunidade de alcançar ganhos quer para a criança como também para sua família biológica. De um lado, a criança é afastada da situação de perigo em que colocada pela sua família, simultaneamente, é apagada a imagem negativa da família. De outro lado a família tem o ensejo de se reestruturar de forma a eliminar a situação que, simultaneamente, constituía um perigo. Assim, o processo de institucionalização traz para a criança a imagem positiva da família, uma vez que, reconhece a importância da interação entre a criança ou jovem em acolhimento e a sua família biológica ou representante legal.

Segundo Gomes (2010), as menores em acolhimento «São, na sua maioria, crianças ou jovens que foram vítimas de abusos, maus-tratos, negligência; apresentam problemas de relação com os pares e/ou com os adultos cuidadores; têm problemas de aprendizagem, comportamentos violentos, problemas ao nível da saúde mental» (p.85). Sendo assim, atualmente as instituições de acolhimento e equipas técnicas que desempenham funções nas Instituições de Particulares de Solidariedade Social (IPSS), caracterizam-se por apostarem fortemente na qualificação da formação dos profissionais. Esta aposta na competência dos profissionais prende-se com o fato de, de acordo com Gomes (2010), as trajetórias das crianças serem marcadas por conjunto multivariado de problemáticas com enorme gravidade física e psicológica. Dito isto, acredita-se que por meio de maior

investimento na formação dos profissionais, tornar-se-á possível lidar com os diferentes problemas que trazem consigo efeitos negativos, muitas vezes, irremediáveis.

Relativamente ao impacto que a experiência de vida em acolhimento institucional exerce nas crianças e jovens, mencionamos que se trata de uma questão em que as opiniões se dividem. Sendo o principal objetivo do acolhimento institucional a adoção de uma intervenção centrada na proteção da criança/jovem, Martins (2005) defende que este processo traz consigo experiências benéficas para o desenvolvimento emocional e psíquico da criança. Nesta linha, Quintães (2009), menciona que a institucionalização é:

- Securizante – a instituição de acolhimento surge como meio de reparação da desorganização e instabilidade que são comuns no ambiente familiar das crianças/jovens em regime institucional.

- Contentora de angústias – através da promoção de condições que permitam que a criança possa usufruir da liberdade de expressar os seus sentimentos e opiniões. Para tal, torna-se fundamental que, os adultos tenham atitudes de compreensão, paciência e cuidado na forma de conversar com a/o menor.

- Promotora do desenvolvimento pessoal e da construção da identidade – a oportunidade para a criança reconstruir com base no seu passado a sua personalidade e história de vida para o presente e futuro.

- Promotora de relacionamentos positivos- estimula o estabelecimento de vínculos entre os adultos com que a criança/jovem se relaciona e desencadeia os laços que surgem entre pares.

Todavia, nem tudo o que diz respeito ao acolhimento institucional é vista de forma positiva. Deste modo, são apontados aspetos negativos à institucionalização. Alberto (2010), aponta os aspetos negativos que, na sua opinião, estão relacionados com o processo de acolhimento institucional de crianças e jovens em situação de perigo/risco: o sentimento de punição, a demissão/diminuição da responsabilização familiar, a estigmatização e discriminação social, a função de controlo social/reprodução das desigualdades sociais, as possibilidades mais reduzidas de experimentação/estimulação de vinculação mais segura.

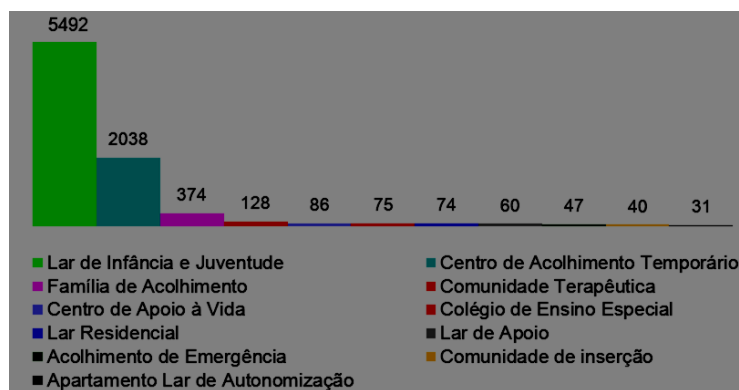
2.3.3- Caraterização do acolhimento institucional em Portugal

A partir do relatório de Caraterização Anual da Situação de Acolhimento (Casa) (2013), atualmente, existem 8.445 crianças e jovens que efetivamente se encontram em

situação de acolhimento. Entre o total das menores em situação de acolhimento, 6.192 iniciaram o acolhimento em anos anteriores e 2.253 crianças e jovens iniciaram o acolhimento no ano em análise. E importa destacar ainda um aspeto que reside no fato de o total das 8.445 crianças e jovens em situação de acolhimento, 5.492 encontram-se em Lares de Infância e Juventude.

Como foi referido anteriormente, atualmente, o acolhimento institucional corresponde à medida de proteção à infância mais aplicada, em Portugal. E de acordo com CASA (2013), (**gráfico 1**) quanto à especificidade de cada uma das respostas de acolhimento, verifica-se a predominância da colocação da criança /jovem em perigo nos Lares de Infância e Juventude e nos Centros de Acolhimento Temporário, representando o total de 7.530 indivíduos, ou seja, 89,2%. Seguidamente, a resposta social com maior representatividade, em 2013, é a Família de Acolhimento com uma taxa de 4,4% (374 crianças ou jovens). As restantes respostas de sociais para as crianças e jovens em perigo representam o total de 6,4%, quer isto dizer, 541 crianças e jovens acolhidas.

Gráfico 1: Distribuição das crianças e jovens pelas respostas de acolhimento



Fonte: Casa, 2010

Estes dados (gráfico 1) vêm reforçar o facto que em Portugal, o acolhimento institucional surge com maior representatividade, embora exista uma forte crítica ao acolhimento institucional que focalizam esta como resposta de última instância para situação de perigo em que a criança ou jovem se encontra.

Sandra Alves (2007), justifica o aparecimento do acolhimento institucional como primeira resposta perante a situação de perigo em que a criança/ jovem se encontra.

Acrescenta ainda, que a aposta nesta solução se deve à inexistência de uma intervenção preventiva junto das famílias.

Relativamente à distribuição etária, verifica-se que permanece a tendência de as crianças e jovens acolhidos se situarem mais na faixa etária correspondente à adolescência, concretamente, com 56,2%, o período referente à infância surge com o peso de 32,6% e, por fim, a faixa etária dos 18-20 apresenta a percentagem de 67,4% dos acolhidos.

No que diz respeito aos problemas comportamentais, constata-se, comparativamente ao ano anterior, o aumento generalizado de 10% na identificação de jovens que possuem alguma das situações acima descritas. Importa, ainda, salientar o aumento 13% dos problemas referentes aos problemas comportamentais, por sua vez, 26 justificado pelo aumento de crianças com idade compreendidas entre os 6 e os 9 anos e, também, com o aumento da entrada de jovens situados na faixa etária dos 15 a 17 anos de idade.

Constata-se através da análise do mesmo relatório, em 2013, a 1.046 casos de crianças e jovens acolhidos foram definidos o projeto de vida e, contrariamente, 7.396 pessoas não tinham delineado o projeto de vida surgindo com maior predominância a Autonomização, em seguida, a (Re) integração na família nuclear. Assim, verifica-se tal como, nos anos anteriores, que outros projetos de vida que possibilitam a reintegração da criança e jovens como, por exemplo, a adoção, a confiança à guarda terceira pessoa (tutela) continuam a seguir como apostas menos requisitadas para autonomização da pessoa institucionalizada.

Ao proceder à análise à situação jurídica de crianças e jovens acolhidos em LIJ verifica-se uma inversão positiva da tendência que, em anos anteriores, caracterizava o acolhimento institucional. Nesse sentido, importa salientar que, em 2013, apenas 97 crianças e jovens tinham por regularizar a sua situação jurídica. Assim, podemos constatar que as restantes 5.393 de crianças tinham a situação jurídica regularizada.

Por fim, o tempo médio de duração do acolhimento institucional em Lares de Infância e Juventude, em 2013, refere que do total de 5.492 crianças e jovens acolhimentos nestes espaços para a promoção e proteção dos menores em perigo constatou que 2.419 crianças e jovens em LIJ há 4 ou mais anos.

Atendendo ao interesse de encarar o acolhimento como uma medida de proteção e promoção da criança ou jovem em perigo, é visível o esforço por parte dos responsáveis

em matéria de infância e juventude em «alertar todos os interventores e responsáveis para a necessidade de atenção aos motivos que estarão subjacentes nomeadamente aos tempos demasiadamente longos a que se assiste no sistema de acolhimento, fazendo prever que os Planos de Intervenção Individuais serão, nesses casos, insuficientemente dinamizados para cumprir o caráter instrumental e temporal que define cada uma das respostas» (ISS, 2013:108).

3- REDES SOCIAIS

3.1- O conceito de rede

De acordo com Portugal (2007), o conceito de “rede social” é um termo difícil de definir, existindo, hoje, um crescente interesse por esta temática no seio das ciências sociais. Este crescente interesse pelo conceito de rede social fez com que alguns autores falassem do aparecimento de uma «racionalidade reticular». A mesma autora menciona que embora a terminologia da palavra “rede” seja antiga, continua a ser um termo bastante atual. Portanto, e com a finalidade de compreender diferentes perspetivas existentes entre os vários autores na Sociologia que desenvolveram o seu trabalho em torno das redes sociais, importa apresentar algumas definições.

Inicialmente, o termo era utilizado para a descrição de determinados objetos, atualmente, assiste-se à utilização da palavra “rede” num conjunto alargado de áreas científicas. Lemieux (*apud* Portugal 2007) identificou e salientou duas razões para este sucedido. O primeiro aspeto mencionado prende-se com a sua influência na vida quotidiana dos indivíduos, uma vez que, se tornou possível o encurtamento de distâncias e a melhoria dos meios de comunicação entre indivíduos que se encontram fisicamente afastados. A outra razão relaciona-se com a valorização das relações em vez dos objetos (Portugal, 2007).

Neste estudo exploratório, estabelecemos como noção de rede aquela que foi defendida por Wellman e Berkowitz (1981) - a rede social corresponde ao “conjunto nós (ou membros do sistema social) e conjuntos de laços que representam as suas interconexões, ou seja, referimo-nos a empresas, instituições, pessoas e grupos que, por sua vez, estabelecem relações uns com os outros” (p.6).

Portugal (2011) argumenta que o recurso à definição de rede social permite que o investigador consiga “analisar, simultaneamente, a forma e o conteúdo das relações sociais envolvidas na produção do bem-estar” (p.39). Dito isto, entendemos que a rede social

permite ao investigador estudar e compreender os vínculos que os indivíduos, instituições ou grupos estabelecem uns com os outros. Também, por meio deste conceito torna-se possível analisar a rede relacional dos indivíduos compreendendo, concretamente, o comportamento adotado pelos diferentes membros integrados na rede.

Relativamente à teoria das redes, importa salientar o contributo da Antropologia Social britânica, com as perspetivas de Elizabeth Bott e John Barnes. Barnes, segundo Portugal (2013), no seu estudo pioneiro identificou três campos no sistema social: o territorial, sistema industrial e, por último, o campo social. Para o autor, o campo social deve ser entendido como uma rede independente dos outros dois sistemas, pois nela estão integrados os “laços de parentesco, amizade vizinhança que atravessa a estrutural social” (p.14).

Elizabeth Bott, de acordo com Portugal (2013), desenvolveu um estudo com o recurso à teoria das redes sociais procurando compreender a variação no modo como maridos e mulheres desempenham os seus papéis conjugais. Neste sentido, a partir de um olhar para o ambiente próximo das famílias, relações com família, amigos, vizinhos, clubes, lojas, lugares de trabalho, conseguiu compreender que o grau de segregação de papéis entre marido e mulher varia diretamente com a conexão da rede social da família.

Mais recentemente, Portugal e Martins (2011), citando Marsden e Lin (1985), consideram que o recurso à teoria das redes permite que o investigador consiga proceder a uma análise das relações que os indivíduos estabelecem uns com os outros, uma vez que, “oferece novas abordagens para a descrição e estudo da estrutura social e para lidar com o problema complexo de integrar diferentes níveis de análise: o modo como a ação individual cria a estrutura social; o modo como a estrutura social, uma vez criada, constrange a ação individual e coletiva; o modo como as atitudes e comportamentos dos atores são determinados pelo contexto social em que a ação ocorre” (p.8).

Ainda, de acordo com os mesmos autores, citando Bruno Latour, torna-se possível compreender a capacidade utilitária que a teoria das redes continua a desempenhar nas sociedades contemporâneas “a força da teoria das redes vem da capacidade de tornar visível e descritível os trabalhos dos atores” (p.9). Desta forma, compreende-se a importância que a teoria das redes desempenha no âmbito das ciências sociais, pois permite a visualização das ligações e formas de relação que as pessoas estabelecem umas com as outras.

Em suma, o conceito de rede social é-nos possível observar as relações que os elementos integrantes da rede estabelecem uns com os outros.

3.2-Tipos de rede

Guadalupe (2001) identifica dois tipos de redes, uma sendo definida como a primária e a outra como a secundária. Relativamente à rede primária, menciona que se trata um conjunto de interação entre os indivíduos pertencentes, normalmente, ao mesmo meio familiar.

No entanto, para além do núcleo familiar, a rede primária integra também as relações que os indivíduos criam juntos dos amigos, vizinhança e as que são de companheirismo social. Esta rede diferencia-se da rede secundária atendendo a dois aspetos: “são eles o tipo de afinidades (pessoais) e o nível de estruturação da relação (colocando-as a nível informal)” (p.70).

Os vínculos estabelecidos entre os membros pertencentes à rede de apoio primária, são de carácter afetivo, ausentes da formalidade no trato e, também, trata-se uma rede bastante ativa e que não possui sempre a mesma configuração. Neste sentido, este tipo de rede que esta sempre em alteração.

Contrariamente, a rede secundária que corresponde ao “conjunto de pessoas reunidas por uma mesma função, num quadro institucionalizado” (Blanchet et al. 1981, *apud* Guadalupe 2001, p. 2), quer isto dizer, referimo-nos ao conjunto de indivíduos com os quais estabelecemos relações inseridas num quadro marcado pela formalidade e atendendo a objetivos concretamente institucionais. Guadalupe (2003), refere também que dentro das redes secundárias existem as redes secundárias formais e informais.

3.3- Rede social e institucionalização de menores em situação de perigo

Por meio da utilização da teoria das redes, pretendemos dar a conhecer a composição das redes de apoio formal e informal das crianças e jovens colocadas em ambiente institucional. Partimos do pressuposto de que o processo de colocação da criança e jovem em ambiente institucional requer a reconfiguração da sua rede de apoio social. Esta reconfiguração da rede de suporte da pessoa institucionalizada é fruto da sua retirada do

ambiente familiar, uma vez que este não reúne as condições satisfatórias para o seu desenvolvimento integral.

Assim, a partir do momento em que a criança é posta numa instituição de acolhimento, surgem outras figuras para desempenhar funções e papéis que anteriormente pertenciam aos seus elementos familiares. Atendendo, à recomposição da rede de apoio à pessoa institucionalizada, torna-se fundamental procurar identificar quais os papéis que cada elemento da rede desempenha e de que forma presta o apoio à criança institucionalizada, relativamente à família e elementos das instituições de acolhimento, redes de vizinhança e relações comunitárias.

Para conhecer e compreender «simultaneamente, a forma e conteúdo das relações sociais envolvidas na produção do bem-estar», concretamente, das crianças e jovens em acolhimento institucional iremos recorrer à teoria das redes. Assim, análise das redes sociais torna possível a discussão acerca de como a via do cuidado/proteção formal e informal se relacionam na proteção dos direitos legalmente reconhecido à criança ou jovem em instituição.

Na presente investigação, pretende-se mapear as redes formais e informais das crianças jovens de modo conhecer a relação entre o formal e informal das suas redes de suporte. Neste sentido, Guadalupe (2001) menciona que as redes de apoio poderão dividir-se de acordo com a natureza da sua estrutura em rede de apoio formal e informal:

- rede de apoio formal- integra os elementos profissionais que trabalham nos diferentes serviços da instituição de acolhimento, as organizações da comunidade envolvente.

- rede de apoio informal- é composta pela família da criança/jovem institucionalizada, as relações grupo de amigos e vizinhança.

Fernando Ruivo (2011) menciona que a formalidade apresentou-se, por muito tempo, como a única verdade absoluta constituindo-se como portadora exclusiva das regras no que diz respeito às formas de regulação da vida social. Desta forma, o mundo da formalidade conseguia “atrair a generalidade dos olhares e a concentrar as atenções, por essa via se ocultando um outro mundo”, ou seja, falamos da esfera informal normalmente ignorado e posta de parte na explicação da realidade social (p.55).

Todavia, a partir da década de quarenta do século passado, ocorreu a alteração na forma como os fenómenos sociais e políticos são encarados, uma vez que, através dos vários

trabalhos efetuados concluiu-se que seria importante “assumir da coexistência de um modelo hierárquico-formal com um outro de cariz mais horizontal-informal” (p.58). Na prática, o apoio prestado às crianças e jovens em acolhimento institucional, requer a existência dos dois tipos de apoio, porque o processo de institucionalização traz consigo realidades sociofamiliares particulares que exigem a articulação do formal e informal.

Assim, olhar sociologicamente para as redes de apoio das crianças e jovens e para as suas trajetórias de vida exige a construção ampla do conceito de rede social que, por sua vez, é fundamental na compreensão da vida dinâmica quotidiana de qualquer indivíduo. Desta forma, torna-se fundamental a compreensão acrescida quer dos elementos que compõem o mundo formal, como informal, pois as trajetórias de vida das crianças ou jovens em instituição de acolhimento relativizam a distinção entre o formal e informal. Também, consideramos que é crucial salientar a importância destas formas de apoio, uma vez que, a institucionalização é uma realidade que decorre em resultado de contextos e problemáticas diversificadas que exigem uma atenção especial quer por parte da instituição de acolhimento quer por parte das famílias das crianças e jovens.

Por fim, atendendo ao facto de os/as menores se encontrarem a residir em ambiente institucional, podemos considerar que estas duas formas de prestação de apoio diferenciam-se pela sua tipologia e pela intensidade em que o apoio é prestado e, conseqüentemente, realçam os níveis de envolvimento que distinguem quem apoio formal ou informalmente a criança ou jovem.

PARTE II – REDES SOCIAIS FORMAIS E INFORMAIS DAS CRIANÇAS E JOVENS INSTITUCIONALIZADAS

I. Objetivos e metodologia de investigação

A presente investigação tem como finalidade identificar a relação existente entre a rede de apoio formal e informal das crianças e jovens em acolhimento institucional. Para tal, parte de uma amostra de indivíduos em situação de institucionalização em acolhimento prolongado. Neste sentido, estabeleceu-se o seguinte objetivo geral da investigação: mapear as redes de apoio formal e informal das crianças e jovens de modo a conhecer a relação existente entre o universo formal da instituição e as relações sociais informais das crianças e jovens institucionalizadas. Deste objetivo geral, decorrem os seguintes objetivos específicos:

1. Mapear as redes de apoio formal e informal das crianças e jovens institucionalizadas;
2. Identificar o tipo de apoio recebido por parte dos elementos das redes de apoio formal e informal das crianças e jovens em regime de ambiente institucional;
3. Descrever as trajetórias de vida das crianças e jovens em acolhimento institucional;
4. Conhecer o papel da família no processo de vida institucional da criança ou jovem.

A metodologia qualitativa é pertinente para ajudar o investigador na pesquisa “de ideias, de descobrir significados nas ações individuais e nas interações sociais a partir da perspectiva dos atores intervenientes no processo” (Coutinho, 2011:28). Para o desenvolvimento do seu trabalho de pesquisa o investigador procura compreender os significados atribuídos às vivências e situações por parte dos participantes na investigação e, desta forma, conhecer com profundidade a realidade que se propõe estudar.

Para Uwe Flick (2013), ao realizar o seu trabalho de investigação com o intuito de descobrir as ideias e significados, o investigador devesse adotar uma postura atenta e carregada de sensibilidade, em resultado da “individualização dos modos de vida e padrões biográficos” (Habermas, 1996 *apud* Flick 2013, p.2). Assim, o investigador quando se situa no terreno de investigação em contato direto com as pessoas deverá intervir de forma cuidada, uma vez que, a sociedade é carregada de um conjunto diversificado de histórias individuais que requeem uma maior sensibilidade por parte de quem investiga.

Coutinho (2011), menciona que a abordagem qualitativa distingue-se por “centrar-se em problemas da realidade social e na prática dos sujeitos nela implicados, é orientada para a ação, para a resolução de problemas que formam parte dessa realidade, num processo

em que a teoria é emancipatória porque nasce na busca da modificação da situação real, assumindo uma visão democrática do conhecimento“ (Coutinho, 2011, p.29). A investigação que dá origem ao presente estudo segue uma metodologia qualitativa, quer isto dizer, um posicionamento metodológico interpretativo do objeto de estudo, composto por um conjunto diversificado de métodos de recolha de dados e análise de informação.

Relativamente ao desenvolvimento do trabalho no terreno, os investigadores com o recurso a esta metodologia de investigação, segundo Bell (2010) “adotam uma perspetiva qualitativa estão mais interessados em compreender as perceções individuais do mundo. Procuram a compreensão, em vez da análise estatística. Duvidam da existência de fatos «sociais» e põem em questão a abordagem «científica» quando se trata de estudar os seres humanos”. Ainda, importa salientar que procurarei centrar o meu trabalho de pesquisa tentando perceber cada uma das trajetórias de vida das crianças e jovens sem generalizar, pois como refere Coutinho (2011), na investigação qualitativa “Não se buscam factores universais abstratos, aos quais se chega através de uma generalização estatística de uma amostra de uma população inteira, mas sim factores universais concretos, aos quais se chega estudando um caso específico em detalhes e logo comparando-o com outros casos estudados de forma igualmente detalhada” (idem, 27).

Uwe Flick (2013), apresenta as oito características da investigação qualitativa: a adequação dos métodos e teorias; as perspetivas dos participantes na sua diversidade; a reflexão do investigador sobre a investigação; a *Verstehen* (compreensão) como princípio epistemológico; a reconstituição dos casos como ponto de partida; a construção da realidade como base e, por fim, o texto como material empírico.

Na presente investigação, as características da investigação qualitativa constituíram-se como os princípios orientadores para a realização do trabalho de pesquisa. Assim, seguimos estes princípios para a presente investigação, nomeadamente: o recurso a entrevistas que, posteriormente, foram alvo de uma análise de conteúdo de acordo com os princípios de Bardin (1979).

Em suma, na prática podemos mencionar que o investigador qualitativo e a sua capacidade de comunicação surgem como instrumento preferencial para a recolha de dados. Esta recolha ocorre em resultado de um trabalho de observação e contacto direto com a sua população alvo.

4.1- Técnicas e procedimentos de pesquisa

4.1.1-Entrevista

De modo a atingir os objetivos definidos para a investigação elegeu-se a entrevista como técnica de recolha de dados para a investigação. Segundo Quivy e Campenhoudt (2008, p.182), a entrevista constitui uma técnica de recolha de informação útil, uma vez que, se trata de “uma verdadeira troca, durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas perceções de um conhecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou as suas experiências, ao passo que, através das suas perguntas abertas e das suas reações, o investigador facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objetivos da investigação e permite que o interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e de profundidade”

Isabel Guerra (2010), define a entrevista como sendo uma “técnica de recolha de informação decorrente do estabelecimento de uma relação de confiança: neutralidade e controlo dos juízos de valor, confidencialidade, clareza de ideias para as poder transmitir e devolução dos resultados” (p.22). Luc Albarello *et. Al* (1997) mencionam que a esta técnica permite ao investigador ter conhecimento das representações sociais dos indivíduos. No entanto, salientam que a construção dessas representações pode resultar de uma elaboração imperfeita das suas práticas – uma «ilusão da transparência». Assim, podemos considerar a entrevista como sendo a uma técnica interpretativa e de compreensão da realidade social, que atribui importância às vivências particulares de cada indivíduo.

A técnica de entrevista, método de recolha de informação, é composta por um conjunto diversificado de variantes: não-diretiva, semidiretiva ou semidirigida e diretiva ou estandardizada. Neste trabalho de investigação, optou-se pela entrevista semidiretiva, no sentido em que permite capturar a realidade do sujeito entrevistado pois, “utiliza-se quando importa obter dados comparáveis de diferentes participantes” (Coutinho,2011:291).

Albarello *et al.*, relativamente à entrevista semidiretiva, acrescentam que trata de uma técnica de recolha de informação marcada pela contradição. Esta contradição prende-se no facto de a entrevista semidiretiva “permitir que o próprio entrevistado estruture o seu pensamento em torno do objeto perspectivado” e, também, “a definição do objeto de estudo elimina do campo de interesse diversas considerações para as quais o entrevistado se deixa naturalmente arrastar, ao sabor do seu pensamento, e exige o aprofundamento de pontos que ele próprio não teria explicado”. (Albarello *et. al*, 1997:87).

Portanto, trata-se de uma técnica de pesquisa científica que auxilia o investigador na compreensão, interpretação e reconhecimento da realidade do indivíduo, uma vez que, permite ao investigador um maior conhecimento da área em que pretende desenvolver o seu trabalho de pesquisa.

Atendendo aos objetivos estabelecidos na investigação, foi elaborado um guião de entrevista para trabalhar junto das crianças e jovens em acolhimento institucional. As leituras acerca da temática e as investigações já desenvolvidas na área das redes sociais e da institucionalização sustentaram a formulação de um guião de entrevista (anexo I) delineado a partir dos seguintes tópicos de discussão: (i) pré-instituição de acolhimento, (ii) relacionamento com a família de origem ou adotada, (iii) comunicação com a família de origem ou adotada, (iv) papel da família, da comunidade e da instituição no apoio às pessoas institucionalizadas, (v) ganhos e perdas com a entrada na instituição de acolhimento, (vi) sentimentos e emoções vivenciados com a «institucionalização».

As entrevistas da presente investigação foram desenvolvidas junto de doze crianças e jovens, acolhidas na Casa da Infância Doutor Elycio de Moura. Para a realização das mesmas houve sempre cuidado na disposição da sala, de forma a permitir o contacto visual e a proximidade entre a investigadora e a entrevistada. Antes de dar início, foi solicitado às participantes o preenchimento de um questionário sociodemográfico, com a finalidade de efetuar a sua caracterização. As entrevistas tiveram uma duração média de 45 minutos. Cada momento de entrevista foi iniciado com uma introdução explicativa, em que foram apresentados os objetivos da investigação e são referidas as orientações solicitando a gravação áudio do diálogo, garantindo a confidencialidade da informação obtida. No final, agradeceu-se a disponibilidade e a colaboração. A seguir à gravação, todas as entrevistas foram organizadas de acordo com os tópicos de análise previamente estabelecidos para o reconhecimento de semelhanças e diferenças nas informações recolhidas.

4.1.2- Análise de conteúdo

No sentido de conhecer e compreender a problemática, de modo a atingir os objetivos definidos para a investigação, foi efetuada análise de conteúdo das entrevistas das crianças e jovens institucionalizadas. Isabel Guerra (2010) descreve a análise de conteúdo como sendo uma técnica que permite ao investigado colocar em confronto o seu quadro de referência teórico com a informação empírica obtida do trabalho de investigação., uma

vez que, “despreza os aspetos formais da linguagem, centrando-se a análise dos conteúdos” (p.63).

Quivy e Campenhoudt (2008) defendem que a análise de conteúdo é uma técnica usada sobretudo para facilitar a examinação do discurso do entrevistado, marcado por expressões faciais e momentos de hesitação, sobre o qual o investigador pretende produzir conhecimento. Os autores argumentam, também, que se trata de um importante instrumento de pesquisa para a compreensão lógica das sensibilidades, das reações e das representações que os sujeitos constroem.

Segundo Coutinho, a análise de conteúdo corresponde a “uma técnica que consiste em avaliar de forma sistemática um corpo de texto (ou material audiovisual), por forma a desvendar e quantificar a ocorrência de palavras/frases/temas considerados “chave” que possibilitam uma comparação posterior” (2011, p.193).

A análise de conteúdo representa uma ferramenta de tratamento da informação que implica a compreensão da comunicação desenvolvida entre o entrevistado e o investigador, assumindo-se como uma técnica de tratamento da informação e, constituindo-se como uma técnica orientada para o conhecimento e a compreensão da vida real do sujeito. Neste sentido, esta técnica de investigação procura ir para além da primeira evidência das palavras proferidas por parte de quem participa no trabalho de pesquisa.

A utilização desta técnica de investigação requer por parte de quem investiga, segundo (Vala, 1986), a existência de determinadas condições para produção da análise de conteúdo “os dados de que dispõe o analista encontram-se já dissociados da fonte e das condições gerais em que foram produzidos; o analista coloca os dados num contexto que constrói com base nos objetivos e no objeto de pesquisa; para proceder a inferências a partir dos dados, recorre a um sistema de conceitos analíticos cuja articulação permite formular regras de inferência. (...) Trata-se da desmontagem de um discurso e da produção de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre as condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção da análise” (Vala, 1986:104).

A análise de conteúdo constitui um conjunto de técnicas em que se pretende proceder à avaliação sistemática um corpo de texto, por forma a desvendar e quantificar a ocorrência de palavras/frases/temas considerados “uma técnica de investigação para fazer inferências válidas e repetíveis a partir dos dados e em relação ao seu contexto. Implica na

realidade a contagem do número de vezes de certos termos particulares ou «unidade de registo» ocorrem numa amostra de fontes” (Krippendorff *apud* Bell, 1993:107).

Portanto, a análise de conteúdo pode ser entendida como uma técnica que o principal objetivo do investigador é “efetuar inferências, com base numa lógica explicativa, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas” (Vala, 1986:104). Assim, podemos afirmar que o papel do investigador ao fazer uso desta técnica de tratamento de informação passa por procurar descobrir e descrever a realidade social do sujeito e compreender as relações causa-efeito entre os diferentes fenómenos.

Para Amado et al. (2013), o investigador ao recorrer a esta técnica de investigação para além da descrição dos conteúdos recolhidos, tem o propósito de dar resposta três importantes questões “o que foi dito, como se disse e a quem se disse? (descrever as características da comunicação); *porque* se disse? (formular inferências acerca dos antecedentes e, portanto, acerca do que leva a formular determinada proposição); com *que* efeito? (formular inferências quanto aos possíveis efeitos da comunicação)” (Amado et al. 2013:304).

4.2 Objeto de estudo

4.2.1- Breve caracterização da instituição de acolhimento

A Casa da Infância Doutor Elycio de Moura (CIDEM) é uma instituição privada de solidariedade social, sem fins lucrativos, que desenvolve o seu trabalho de intervenção social junto de crianças e jovens em situação de risco.

A instituição tem como objetivo principal o acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo (art.3º, da lei 147/99 de 1 de Setembro, Lei da Proteção de Crianças e Jovens em Perigo- LPCJP), procurando assegurar a existência de condições básicas e fundamentais para a promoção dos direitos da criança legalmente reconhecidos na Convenção dos Direitos da Criança (CDC).

Esta instituição de acolhimento funciona em regime aberto¹ e desenvolve o seu trabalho de intervenção junto das crianças em situação de perigo sob a orientação dos

¹ De acordo com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, o funcionamento das instituições de em regime aberto “implica a livre entrada e saída da criança e do jovem da instituição, de acordo com as normas gerais de funcionamento, tendo apenas como limites os resultantes das suas necessidades educativas e da

valores cristãos/católica com a finalidade de assegurar o desenvolvimento consonante, procurando facultar às crianças as melhores condições para a inserção na comunidade envolvente. Assim, a educação das crianças e jovens institucionalizadas na CIDEM é desenvolvida sob a vertente pedagógica, moral e de formação é assegurada por parte da Congregação das Irmãs do Amor de Deus ².

Relativamente aos recursos humanos, a CIDEM é composta pela seguinte equipa de trabalho: uma equipa técnica, constituída pela diretora técnica residencial, duas técnicas assistentes de serviço social e uma técnica de psicologia, por sua vez, responsáveis na gestão de processos de acolhimento institucional de menores; a equipa educativa composta por três religiosas responsáveis pelos grupos; uma equipa de apoio: formada por uma auxiliar de ação educativa, duas técnicas de secretaria, um capelo, uma cozinheira, uma auxiliar de cozinha, uma despenseira, uma funcionária de limpeza, uma funcionária de atendimento e vigilância, uma funcionária de lavandaria e um funcionário de serviços gerais.

4.2.2 Caracterização da amostra

O processo de seleção das participantes para a participação no trabalho de investigação, foi realizado com base em contactos exploratórios junto das responsáveis técnicas gestoras dos processos de acolhimento institucional com o intuito de identificar quais as crianças ou jovens que seriam as indicadas para participar de forma livre e autónoma, ou seja, sem a interferência de uma pessoa adulta durante o período de realização da entrevista.

As entrevistas de estudo foram desenvolvidas junto de doze jovens do sexo feminino com idades compreendidas entre 14 e 20 anos de idade (**quadro 1**).

proteção dos seus direitos e interesses” de acordo com as normas internas da instituição de acolhimento (art.º 53.º, LPCJP).

² Trata-se de uma congregação religiosa fundada pelo Padre Jerónimo Usera, em 1864, com a principal missão de é “Educar por Amor, em Amor e para o Amor”. Na Casa da Infância Doutor Elycio de Moura, a Congregação das Religiosas do Amor de Deus tem desenvolvido o seu trabalho educativo desde 31 de Julho de 1938.

Quadro 1: Caracterização sociodemográfica das participantes

Nome ³	Idade	Escolaridade	Ocupação
Beatriz	20	12º ano	Trabalhadora
Camila	20	12º ano	Trabalhadora
Carla	18	10º ano	Estudante
Daniela	14	9º ano	Estudante
Joana	17	10º ano	Estudante
Margarida	14	9º ano	Estudante
Matilde	14	7º ano	Estudante
Raquel	14	8º ano	Estudante
Rita	17	11º ano	Estudante
Sónia	14	7º ano	Estudante
Vanessa	14	5º ano	Estudante
Vera	14	6º ano	Estudante

Quanto aos níveis de escolaridade das entrevistadas temos a frequentar o ensino escolar 11 participantes, sendo que, estudantes do ensino básico (sete participantes), estudantes do ensino secundário (quatro participantes) e com o nível secundário concluído (uma participante).

Referentemente à ocupação das entrevistadas, somente duas jovens estão à procura do primeiro emprego - Beatriz e Camila. Assim, a principal ocupação das participantes na investigação é a de estudante (10 entrevistadas).

Quadro 2: Percurso institucional das participantes

Participante	Tipologia de instituição de	Nºde instituições
Joana	Lar de Infância e Juventude	3
	Centro de Acolhimento Temporário	
	Lar de Infância e Juventude	
Margarida		2
	Lar de Infância e Juventude	
Matilde	Lar de Infância e Juventude	3
	Centro de Acolhimento Temporário	

³ De forma a preservar a confidencialidade das participantes, neste trabalho de pesquisa, foram usados nomes fictícios para as doze crianças e jovens, bem como para todas as pessoas mencionadas pelas entrevistadas.

	Lar de Infância e Juventude	
Vanessa	Centro de Acolhimento de Emergência	2
	Lar de Infância e Juventude	

O **quadro 2** descreve o percurso institucional de cada participante. Neste quadro, apenas constam as entrevistadas que foram alvo de dois ou mais processos de acolhimento institucional. Assim, para as restantes oito participantes na investigação a colocação em regime de ambiente institucional na CIDEM constitui a primeira experiência de acolhimento.

Ainda, importa salientar que entre as 4 jovens, em causa, 3 participantes foram acolhidas no mesmo distrito do agregado familiar. Somente 1 participante foi acolhida em outro distrito que não o da residência da família de origem, ou seja, a Joana. Desta forma, para as restantes 8 participantes na investigação a Casa da Infância Doutor Elycio de Moura constitui a primeira instituição de acolhimento.

5. Análise dos resultados: redes sociais e trajetórias das crianças e jovens institucionalizadas

Portugal e Alves (2011), numa análise à centrada no cuidado das doenças raras a partir da teoria das redes sociais, identificam as características do cuidado formal e informal. Posto isto, para compreender de forma completa a realidade da institucionalização, concretamente, as redes de apoio das pessoas acolhidas em ambiente institucional, iremos recorrer a estas duas esferas de conhecimento da realidade social. Assim, importa salientar as diferenças existentes entre o apoio formal e informal das redes das crianças e jovens em acolhimento.

5.1- Redes de apoio formal e informal

O universo informal é que é carregado de argumentos para explicar a atual situação da criança e jovem institucional. Assim, o apoio formal, no que diz respeito contexto social e político, podemos mencionar que se trata de um cuidado prestado pelo Estado, sob a representação dos profissionais e técnicos da instituição.

Este apoio é desenvolvido de forma quotidiana de acordo com as regras e horários estabelecidos, portanto, constitui uma atividade profissional remunerada com um contrato

de trabalho. Surge em resultado da ausência de cuidado por parte da rede familiar da criança ou jovem, sendo economicamente visível. Aqui estão abrangidos os apoios de carácter instrumental, técnico, regulação, aconselhamento, a companhia social e, por vezes, o emocional. Os diferentes tipos de apoio podem ser oferecidos pela mesma pessoa.

Em suma, o cuidado formal procura responder de forma específica às necessidades particulares de cada criança ou jovem e também surgem na sequência das necessidades de que é cuidado. As pessoas responsáveis na instituição de acolhimento que dão à criança ou jovem organização às suas vidas com o intuito de orientar e responder às necessidades do/a menor.

Referentemente ao apoio informal, este é executado por elementos das suas famílias, amigos, vizinhança, sendo que surge em resultado da relação familiar e afetiva estabelecidas. O apoio é dado pela família que assume a responsabilidade de cuidar a pessoa institucionalizada. Este não é social e economicamente visível. Este tipo de apoio é desenvolvido sem qualquer frequência temporal definida, ou seja, diariamente, aos fins-de-semana ou períodos de férias, sendo muitas vezes prestado sem visibilidade social e económica. Estão incluídos os apoios de carácter emocional, aconselhamento, instrumental, companhia social, regulação. Os diferentes tipos de apoio podem ser oferecidos pela mesma pessoa.

A importância da rede de apoio informal reside no facto de a família ser o primeiro e principal agente de socialização da criança ou jovem, um vez que é responsável pela função de proteger e cuidar dos/as menores. Neste sentido, cabe à família a função de garantir uma socialização primária segura, ou seja, ter a capacidade de transmitir à criança ou jovem as normas, os valores e regras socialmente reconhecidas.

No entanto, quando nos deparamos com o incumprimento das responsabilidades familiares, são as instituições sociais de protecção à infância que tomam essas funções de proteger e cuidar das crianças ou jovens.

5.2-Redes sociais formais/informais das crianças/jovens institucionalizadas

A partir da narrativa das trajetórias de vida das adolescentes participantes no trabalho de pesquisa, mapearam-se as suas redes de apoio social. Para a construção das tipologias de redes formais e informais das crianças e jovens em acolhimento institucional, optou-se por uma abordagem egocentrada, ou seja, pretende-se identificar quais os indivíduos com quem a pessoa institucionalizada tem maior proximidade relacional.

No entanto, Portugal, (2007) a respeito da utilização da abordagem egocentrada na teoria das redes, identificou uma complicação associada a esta perspetiva. Esta «consiste na dificuldade de identificar a totalidade dos membros da rede de um indivíduo», quer isto dizer que, através da elaboração das redes de interação social das crianças e jovens institucionalizadas obteremos somente uma parte do total dos elementos com que se relacionam. (idem:40).

No que concerne às tipologias de rede sociais formais e informais das crianças e jovens institucionalizadas, desde logo, importa salientar que existem duas categorias distintas: a) redes sociais formais e informais de crianças e jovens com um percurso institucional; b) redes sociais formais e informais de crianças e jovens com um ou mais percurso institucional.

Partindo de uma abordagem egocentrada pretende-se identificar os nós (os elementos das redes) e os laços (as relações que os elementos das redes estabelecem uns com os outros) das redes sociais das crianças e jovens em acolhimento institucional. Neste sentido, decidimos mapear as redes de relacionamento das crianças e jovens institucionalizadas, uma vez que a partir da representação gráfica dos diferentes indivíduos que têm uma participação ativa nas trajetórias de vida, é-nos possível conhecer a capacidade destas redes sociais, identificar quais são as carências que as adolescentes entrevistadas sentem e quais são os tipos de apoio que os diferentes atores ativos prestam. Também, e não menos relevante, identificar os fatores que potenciam ou bloqueiam a uma relação articulada entre as famílias e a instituição de acolhimento.

Em seguida, serão apresentadas as tipologias das redes formais e informais das crianças e jovens institucionalizadas (**ver anexo I**) através do mapeamento das redes de suporte das participantes, sendo estas classificadas como articulada- quando é verificado o acompanhamento regular do processo de desenvolvimento da criança ou jovem acolhida

por parte da família junto dos profissionais da instituição de acolhimento- ou desarticulada- situações em que se verifica a ausência de comunicação por parte dos elementos familiares com responsáveis da instituição de acolhimento de forma a ter o conhecimento atualizado do processo de crescimento e integração da criança ou jovem acolhida.

Redes formais e informais das jovens com um percurso institucional

A rede de Beatriz

Ao observamos a rede de Beatriz (fig.2) (ver anexo I), é-nos possível identificar a existência de três núcleos de interação: a família, escola e instituição de acolhimento. Em primeiro lugar, iremos analisar o conteúdo das relações com elementos familiares. Relativamente relação com a sua progenitora, esta foi desde sempre marcadamente negativa, problemática e conflitual. No momento da entrevista, quando fala acerca da sua mãe, Beatriz recorda-se que «Uma vez veio cá ao colégio, há uns anos atrás, disse-me que não me sentia como filha. Eu mandei-a embora, nunca mais a vi». Quanto à relação com a sua irmã Carlota, esta foi também marcada pela perda de contato durante um longo período de tempo mas, no momento presente, a relação retomada entre ambas vai para além dos laços de sanguinidade, possuem uma relação de amizade e partilha. Beatriz menciona que sente que tem um apoio muito forte por parte da irmã, sendo o contacto entre ambas diário.

Por último, importa mencionar que estas duas pessoas da família da adolescente estabeleceram contacto apenas com uma responsável técnica da instituição de acolhimento, a técnica gestora do processo de acolhimento de Beatriz, Dra. Antónia. Todavia, esta interação partiu sempre da instituição para a família e não na forma inversa. Neste sentido, podemos desde já concluir que estamos perante um tipo de rede desarticulada.

No que respeita aos laços na instituição, concretamente referindo-nos aos elementos formais, Beatriz considera que nenhuma das responsáveis religiosas é importante. Referentemente aos laços formais ativos, é junto das três profissionais técnicas (Dra. Antónia, Dra. Filomena e Dra. Eunice) que a adolescente vincula uma ligação assente na amizade, sendo que existe uma orientação preferencial junto das duas primeiras, com quem confia as suas preocupações quotidianas e partilha os momentos de alegria vividos.

Ainda, no que respeita aos elementos formais da rede de Beatriz, surge o “Senhor” Alfredo da equipa de administração da instituição de acolhimento, sendo o único que desde

sempre demonstrou, de forma direta, apoiar a jovem. Relativamente à sua relação com colegas de instituição, Beatriz apontou duas pessoas que considera que desempenham importância na sua trajetória de vida. Camila, é considerada «a melhor amiga» desde os primeiros anos de acolhimento em instituição. Já a ligação com Rita é mais recente. Nestas relações Beatriz menciona que recebe todo o tipo de apoio de que necessita, entre os quais o apoio emocional, aconselhamento, a regulação e o apoio instrumental.

A rede de Camila

Numa primeira apreciação da rede de Camila (fig.3) (ver anexo I), podemos constatar quatro núcleos de interação: família alargada, instituição de acolhimento, pessoas singulares e relações a pares em ambiente exterior à instituição.

Para Camila, a única pessoa da sua família que desempenha um papel preponderante na sua trajetória de vida é a sua tia materna. Sendo esta relação ilustrada da seguinte forma: «é como se fosse a minha mãe». Ao ilustrar este laço, mostra-nos que a institucionalização potencia a relação com os elementos da família alargada. No entanto, a tia de Camila não estabelece qualquer interação com elementos formais da instituição. Assim, estamos perante uma rede de apoio que é desarticulada.

No que diz respeito aos laços na instituição de acolhimento, Camila reconhece importância à religiosa Ir. Armanda, responsável pelo apoio emocional, aconselhamento e regulação. No entanto, revelou a dificuldade de atribuir à mesma o estatuto de “amiga”. A desconfiança existente na interação entre as adolescentes e as religiosas é enorme, e surge como um contraponto à confiança nas relações de amizade desenvolvidas entre pares. Também como parte da rede formal da jovem, é destacado o contributo de Dra. Constança. Camila recorda a importância desta profissional no seu período de adolescência, para o acesso a atividades de tempos livres, e a relação de amizade e confiança sustentada desde esse momento. Outra figura merecedora de destaque é a D. Luísa, esta representa um papel preponderante na vida da jovem, uma vez que mostra-se incondicionalmente pronta para ajuda-la.

Ainda dentro da instituição de acolhimento, são identificados outros nós que representam as relações informais. Para Camila, os laços são fundamentais na sua trajetória, pois tratam-se de relações positivas. No seu discurso acerca destes laços, a jovem

reconhece a importância simbólica, uma vez que convive com pessoas com percursos e problemáticas que lhe são familiares. Neste sentido, as colegas de instituição são uma importante fonte de desabafo e de encorajamento.

Através da observação do seu mapa de rede, constatamos que os nós referentes às pessoas singulares desempenham um papel preponderante na vida da jovem. Os laços estabelecidos em contexto exterior à instituição são cruciais, uma vez que possibilitam uma renovação das redes sociais, alargando a esfera relacional da criança ou jovem institucionalizada.

A rede de Carla

O mapa de rede de Carla (fig.4) (ver anexo I) chama-nos a atenção para uma particularidade em relação às restantes redes de apoio analisadas até então. Esta particularidade reside na existência de um núcleo de interação denominado de pessoas coletivas. Tal como as outras redes de suporte, este mapa de rede é formado por um conjunto diversificado de interação: família de adoção, instituição de acolhimento, pessoas coletivas e, por último, pessoas singulares. Primeiramente, centrar-nos-emos na análise do conteúdo dos laços familiares de Carla. A jovem considerou como indispensável o apoio oferecido pela sua família restrita (de adoção), sendo estes os agentes essenciais na prestação de cuidados informais. Quanto à sua família biológica, apontou apenas o padrinho. Desta forma, a institucionalização releva-nos que a base familiar representa o principal suporte no processo de acolhimento. Todavia, tal situação não coloca de parte a valorização de outros membros da família mais afastados como os padrinhos, visto que «está sempre disponível» para ajudá-la. Posto isto, podemos considerar este tipo de apoio como sendo um suporte de retaguarda.

No que diz respeito à articulação entre o universo formal e o informal, através do discurso de Carla é-nos possível concluir que a sua rede é desarticulada, uma vez que a interação parte somente da esfera formal para a família da adolescente.

Na instituição de acolhimento, Carla considera que a religiosa Ir. Clemente, no momento da sua infância, foi o seu pilar chegando a ser-lhe reconhecido o papel de uma mãe. Relativamente aos nós em ambiente exterior à instituição, referimo-nos às pessoas singulares e aos colegas de escola, onde estabelece o vínculo da amizade. Estas ligações são caracterizadas pela grande confiança. Por último, as pessoas coletivas identificadas na sua

rede de suporte emocional e afetivo são fundamentais na sua trajetória de vida, uma vez que a relação que Carla possui com estes vai para além dos estatutos de “paciente” e de “profissionais de saúde”. Nos momentos mais difíceis de sua vida, os dois profissionais manifestaram a sua amizade e compreensão.

A rede de Daniela

A partir da observação do mapa de Daniela (Fig.5)- (ver anexo I)-, é-nos possível identificar a existência de diferentes núcleos de interação, a saber: a família, família alargada, escola, instituição de acolhimento, comunidade próxima da instituição e a vizinhança familiar. Na identificação de pessoas do seu meio familiar que sejam significativas na sua trajetória de vida, mencionou ter laços ativos junto dos elementos mais próximos (mãe e irmãs) e com os mais afastados geneologicamente (tias, avós, primos).

No que respeita aos elementos familiares mais próximos, concretamente o laço entre a adolescente e sua progenitora, esta relação é marcada, atualmente pelo distanciamento físico, uma vez que a sua mãe reside no estrangeiro. No entanto, o apoio desta continua a ser fundamental na sua trajetória de vida, sendo que este laço nunca foi desativado. A permanência desta ligação é alimentada semanalmente por via telefónica. A figura materna oferece a Daniela «tudo o que precisa» a nível emocional, através do aconselhamento, a regulação e apoio instrumental. Ainda menciona, que é notório o interesse de sua mãe na sua vida e de sua irmã, dado que semanalmente esta procura saber junto das responsáveis técnicas e religiosas a situação das filhas. Posto isto, podemos considerar que esta rede é marcada pela articulação entre a família e a instituição de acolhimento. Também neste núcleo de interação, é identificada a sua irmã Sónia. Daniela descreve que tem uma relação positiva com ela, sendo que recebe o apoio que precisa e também responde da mesma forma, às necessidades de sua irmã.

Relativamente aos elementos da família alargada, importa salientar que estes sempre estiveram presentes na sua vida, mesmo quando foi colocada em ambiente institucional os laços não foram desativados. Antes pelo contrário. Atendendo à ausência da progenitora (única base de suporte familiar da adolescente aquando da institucionalização), os laços junto desses familiares foram reforçados, uma vez que são atualmente o principal suporte da adolescente. Tal como a sua progenitora, a madrinha de Daniel procura entrar em

contato com a instituição para saber das suas sobrinhas. Desta forma, para além da função simbólica, a importância dos parentes afastados é significativa.

No que respeita aos laços desenvolvidos na instituição de acolhimento junto dos profissionais, tal como Beatriz, Daniela não identifica nenhuma responsável religiosa como sendo importante na sua vida. No que diz respeito à equipa técnica é sublinhado o papel da Dra. Filomena, como a animadora sociocultural que trouxe dinâmica à vida das crianças e jovens em acolhimento, pois é graças ao trabalho desta profissional que começaram a ser inseridos em diferentes atividades de tempos livres. As restantes profissionais são companhias fundamentais, pois oferecem o apoio emocional, aconselhamento e companheirismo de que necessita.

Já quanto aos laços entre os colegas de instituição, entre as pessoas identificadas, existe uma orientação preferencial sob a Camila, Matilde, Raquel, Samantha, Sónia e Vanessa. Atendendo a falta de uma relação de continuidade com os familiares, muitas vezes os outros são reconhecidos como parte integrante de sua família. Quanto às restantes colegas de instituição, Daniela afirma «apoiam-me de todas as formas que preciso», fornecendo o suporte de regulação, companhia social, aconselhamento, emocional e instrumentalmente (através de empréstimos das mesadas).

No ambiente exterior à instituição, estabelece contatos com cinco pessoas importantes da comunidade próxima da instituição de acolhimento, sendo uma delas uma antiga institucionalizada (Madalena). Distingue-se pelo facto de Madalena sempre manifestar preocupação e proteção em relação à Daniela. Neste sentido, a adolescente vê em nela a imagem de «mana mais velha».

Por fim, no núcleo da vizinhança familiar, em resultado da sua institucionalização, ao longo do decorrer dos tempos, a relação com os amigos, os conhecidos e outros elementos foram mudando. Junto destes, sente que «estão sempre para me apoiar».

A rede de Raquel

Agora, centrando a nossa análise nos nós e nos laços do mapa de rede de Raquel (fig. 6) - (ver anexo I) -, numa observação imediata, é-nos possível identificar a existência de três núcleos de interação, a saber: a família, instituição de acolhimento e ambiente escolar.

No que diz respeito aos vínculos familiares, Raquel afirma que a participação da sua mãe na sua trajetória de vida é indispensável, pois recebe desta todo o apoio que precisa

«Posso contar com a minha mãe para tudo que precisar». Neste sentido, podemos afirmar que os laços de parentesco, para a criança ou jovem em acolhimento, representam a segurança, o conforto e porto de abrigo a que se pode recorrer sempre. Esta figura materna estabelece interação com duas responsáveis da instituição Ir. Guilhermina (a religiosa responsável pelo grupo de Raquel) e Dra. Eunice (a técnica gestora de processo de institucionalização). Todavia, importa salientar que a ligação entre a sua família e a instituição ocorre fundamentalmente na aproximação do período das férias letivas. Logo, designamos esta rede como sendo desarticulada.

Na instituição de acolhimento, junto dos elementos formais da rede, esta reconhece que são importantes na sua vida, uma vez que são responsáveis pela prestação de aconselhamento, companhia e apoio a nível instrumental. Relativamente aos laços informais dentro da instituição, as colegas identificadas são as que apoiam diariamente a adolescente em questão, sendo que a auxiliam em tudo o que precisa, com exceção do suporte emocional, dado que Raquel menciona que consegue lidar sozinha com as suas preocupações. Todavia reconhece uma preferência na relação que possuiu com Sónia, uma vez que «é a minha melhor amiga e nos vários momentos da minha vida, mostrou sempre que podia contar com ela».

Em ultimo lugar, as relações estabelecidas na escola, mais especificamente junto de Solange e Débora, são positivas e asseguram a abertura no acesso a novos contatos e companhia social. No entanto, similarmente às relações que estabelece com as colegas de instituição, estes vínculos são marcados pela ausência de apoio emocional.

A rede de Rita

O mapa de rede de Rita (fig.7) -(ver anexo I)- mostra-nos seis núcleos de interação diferentes: a família, a família alargada, a instituição de acolhimento, a escola, pessoas singulares e coletivas.

No que diz respeito à família restrita (pai, mãe e irmã), menciona que tem uma relação distante, uma vez que aos progenitores foi retirada a guarda parental. Ainda importa salientar que esta relação entre a adolescente e a família restrita é marcadamente instrumental, dado que apenas entra em contacto com estes quando precisa. Posto isto, podemos mencionar que estes laços não se encontram permanentemente ativos, ou seja, o contato com as figuras parentais não tem nenhuma frequência especificada em contraponto

com o da família alargada. Contrariamente ao relacionamento que tem com os seus pais, a relação com a sua irmã (Mônica) melhorou.

Referentemente à família alargada, o conteúdo relacional com estes é marcado pela positiva, sendo que os tios para Rita «surgem como os meus pais». O vínculo junto destes familiares ganha importância na trajetória de vida da adolescente a partir do momento em que foi colocada em ambiente institucional. No período anterior à institucionalização, as únicas referências de apoio familiar eram os seus pais, atualmente esses apoios passaram a ser prestados pelos familiares mais distantes. Neste sentido, podemos reforçar a ideia que a institucionalização implica a reconfiguração nas redes sociais. Ainda é pertinente mencionar que, a articulação existente entre a instituição e a família de Rita é garantida e sustentada pela família alargada.

No que concerne aos laços estabelecidos dentro da instituição de acolhimento, especialmente referindo-os às figuras religiosas, confessa que estão «sempre por perto». Já quanto às profissionais técnicas e animadoras socioculturais, a jovem confessa que representam uma importante fonte de conforto e superação dos problemas que marcam o seu quotidiano, sendo que desenvolve com estas uma relação assente na confidencialidade e afeição. Refere por último que as profissionais responsáveis de cozinha, D. Maria e D. Luísa, são uma ótima companhia «basicamente, se estou menos boa eu vou para junto dela e fico logo boa». Ao identificar os laços de amizade que possui, fez questão de fazer a seguinte distinção, «tenho as minha amigas de verdade e aquelas com quem costumo estar ou tenho algum tipo de carinho especial». A partir desta diferenciação, é-nos possível afirmar que entre as colegas identificadas, apenas Beatriz e Carla são «as minhas melhores amigas», sendo que é junto delas que procura todo o tipo de conforto que precisa e a “palavra amiga” nos momentos menos positivos.

Em contexto escolar Rita estabelece vínculo relacional com apenas uma pessoa, ilustrando essa relação da seguinte forma «Ela dá-me a amizade dela, é o mais importante».

Outras relações significativas para a jovem estabelecidas em ambiente exterior à instituição de acolhimento é com a sua psicóloga, Dra. Sílvia, na qual reconhece um crucial apoio na gestão dos seus problemas com a sua família restrita, concretamente com os seus pais. Esta relação é revestida de uma significância, uma vez que vai para além da relação profissional-paciente.

Por último, importa salientar que as pessoas singulares referenciadas por Rita são as relações de amizade construídas no período anterior à institucionalização, sendo que estes laços encontram-se grande parte do tempo desativados. Ao falar acerca do conteúdo das relações com estes amigos, a jovem confessou que a sua institucionalização culminou, de forma geral, com a perda de contactos com estas pessoas ou, nos casos em esporadicamente se verifica o contato físico, a comunicação, confiança e a intimidade sofreram alterações no sentido negativo.

A rede de Sónia

Quanto ao mapa de rede de Sónia (fig.8)- (ver anexo I)-, conseguimos destacar cinco núcleos de interação: a família restrita, família alargada, instituição de acolhimento, escola e, por fim, as pessoas singulares.

Relativamente à família restrita, Sónia aponta a sua mãe e as suas irmãs como sendo «o meu pilar». No entanto, em resultado da estadia da figura materna no estrangeiro, a sua base de suporte familiar e afetivo foi reconfigurada. Esta reconfiguração culminou com a colaboração de outras figuras familiares com as quais, no período antecedente à institucionalização, tinha uma relação de proximidade. Junto da família alargada, sente o conforto e a proteção. No seu discurso, revelou que esta relação, no caso com as suas tias, é marcada por uma convivência harmoniosa e de trocas materiais e afetivas intensas.

Na instituição de acolhimento, em relação às figuras formais identificadas, confessa que sente todo o tipo de apoio que realmente precisa por parte de todas as profissionais apontadas, sendo que estes apoios são a nível de aconselhamento, afetividade e de carácter instrumental.

As relações criadas em ambiente escolar, onde se inclui também Matilde, por frequentarem a mesma turma escolar, são fundamentais porque «elas ajudam-me em tudo como, por exemplo, quando tenho dificuldades nos estudos ou em qualquer situação, elas estão sempre lá».

Também menciona que o apoio recebido junto das ex institucionalizadas (Ticiania, Madalena e Vânia) são cruciais na sua trajetória de vida, uma vez que estas pessoas já conhecem a realidade com que lida diariamente. Neste sentido, estes apoios ajudam-na a aceitar e perceber as regras e normas de funcionamento estabelecidas pela instituição.

Por fim, quanto aos laços de amizade estabelecidos no período anterior à institucionalização (vizinhança familiar), Sónia ilustra as alterações vivadas: «Agora, já não tenho contatos que estes meus amigos do bairro».

A rede de Vera

O mapa de rede de Vera (fig.9)- (ver anexo I)- mostra-nos cinco núcleos de interação diferentes, a saber: a família adotiva, a instituição de acolhimento, a escola, as pessoas singulares, pessoas coletivas e, por fim, a vizinhança familiar. Vera, quando fala acerca dos seus progenitores reconhece que junto deles recebe todo o apoio necessário. Nos momentos em que se desloca para a residência dos seus pais, Vera refere que conforto e o afeto são visíveis. Ainda, a jovem acrescenta que, independentemente de os seus pais se encontrarem separados, tal circunstância não interfere no nível de intensidade das trocas materiais e afetivas. Quando a jovem se encontra na instituição, os pais procuram através do contato com o telefónico do acolhimento junto da responsável religiosa pelo grupo de Vera informa-se acerca da menor. Posto isto, estamos perante uma rede marcadamente articulada. No entanto, existe um aspeto a referir relativamente à sua rede familiar. Vera menciona que a institucionalização culminou com a rutura de contato com a sua família biológica «perdi o contato desde que vim para a instituição de acolhimento». Neste sentido, podemos denominar esta rede como sendo uma rede desejada, uma vez que, a realidade revela que Vera está impedida de se relacionar com os parentescos sanguíneos.

Relativamente aos nós estabelecidos em ambiente institucional, concretamente, as pessoas com competências profissionais, sendo que referem que «Quando estou triste elas falam comigo, ajudam-me a resolver as coisas. Se estiver a porta-me mal, elas chamam-me a atenção». Quanto às suas amigas de instituição Vera menciona que essas são fundamentais para o seu bem-estar emocional, dizendo sentir uma ótima relação com todas as colegas identificadas na sua rede.

Na escola, tem uma relação equilibrada e consolidada com os colegas e professores. Vera ilustra o auxílio prestado «Tenho uma ótima relação com a minha professora Estrela, desde sempre contei com o seu apoio». Por último, a vizinhança familiar são a companhia de Vera, em períodos de férias na casa da figura materna.

Redes formais e informais das adolescentes com um ou mais percurso institucional

A rede de Joana

No que diz respeito à sua primeira institucionalização, em Arouca, Joana mencionou que não tinha memória das pessoas com quem diariamente interagira (colegas e funcionários). Nesse sentido, optamos por não construir o mapa de rede que ilustrasse as relações de Joana nesse período de sua vida. No entanto, no momento da entrevista, releva que «passei lá bons momentos e outros maus. Havia momentos em que não podia ver a minha família durante muito tempo. E, recordo-me que quando comecei a poder vê-la a minha mãe fez má figura».

A rede de Joana, na segunda instituição de acolhimento (fig. 10)- (ver anexo I)- , revela que a base de suporte se desenvolviam entre três esferas: a família e instituição de acolhimento, onde incluímos as relações a formais e as que foram estabelecidas entre pares. Ao referir-se ao apoio recebido por parte da família, Joana ilustra-o mencionando «Houve muito tempo que deixaram de nos visitar, depois passado uns anos é que começaram a vir, mas era muito raro. Mas, recordo-me que as despedidas é que custavam-nos muito por causa das saudades». Relativamente aos nós criados em ambiente institucional, Joana confessa que tinha uma relação espinhosa com a sua Professora Heloísa, uma vez que, esta era uma profissional demasiado exigente com os alunos. Por último, nas relações a pares na instituição a adolescente recorda-se que “apoiavam-me bem, porque quando eu me encontrava triste ou assim, eles vinham e ajudavam-me”. Tal como se sucedera na institucionalização anterior Joana confessou que o seu regresso ao ambiente familiar conduziu à perda de vínculos com as pessoas que residiam e trabalhavam nesta instituição, ou seja, assiste-se a uma segunda reconfiguração das redes de suporte da jovem.

Mais tarde, a jovem é novamente retirada do contexto familiar, uma vez que, a figura materna não assegurava as responsabilidades que lhe era exigidas na proteção e promoção de condições essenciais para o seu desenvolvimento integral. Nesse sentido, Joana foi colocada na instituição em que o estudo foi realizado, CIDEM (fig 11)- (ver anexo I)-, onde destaca quatro esferas de interação que lhe oferecem todo o apoio de que precisa: a família, instituição de acolhimento, pessoas coletivas.

Na família, a jovem refere que sente todo o tipo de apoio, sendo que esse apoio é manifestado de forma a procurar responder a todas as necessidades de Joana. Junto dos

elementos familiares, Joana vê melhorias na sua relação com a sua progenitora e dos restantes membros, dado que, atualmente é visível através das chamadas telefónicas quer para o seu telefone pessoal como para o da instituição de acolhimento. Neste sentido, podemos afirmar que estamos perante uma rede articulada, sendo essa articulação descrita «quando eu não vou a casa, eles vão ligando para aqui para saberem de mim e perguntam à Irmã do meu grupo como eu me encontro, se me porto bem ou não, essas coisas».

Centrando-nos nos laços em ambiente institucional, precisamente, nos profissionais da instituição de acolhimento, Joana reconhece que o apoio oferecido pelas duas pessoas sempre respondeu às necessidades e problemas familiares com que foi lidando. Ainda dentro da instituição de acolhimento, mas centrando-nos nas relações a pares importa salientar, desde logo, que da institucionalização anterior Joana reencontra, na Elysio de Moura, a sua amiga Biana, sendo que este o único laço ativo da anterior instituição. No que diz respeito às restantes colegas, a jovem reconhece que o apoio recebido por parte de cada uma é crucial para a superação de situações complicadas. Assim sendo, junto das amigadas em ambiente institucional recebe o conforto, consolo, a motivação e a esperança necessárias para dar continuidade com os seus planos de vida. Ainda, com a exceção de Beatriz e Daniela, as restantes colegas identificadas desempenham uma importância redobrada na vida de Joana, dado que, são essas as pessoas com quem Joana se relaciona em ambiente escolar.

Por último, analisamos as relações junto das colegas e profissionais na Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APACDM), com exceção de Paula com quem tem mais intimidade e partilha, as restantes colegas são importantes no companheirismo social. A formadora Perpétua é um importante suporte emocional, uma vez que, esta representa um porto de abrigo, consolo e de encorajamento.

A rede de Margarida

Primeiramente, no que diz respeito ao mapa de rede de Margarida é fundamental justificar a razão pela qual não optamos por elaborar o mapeamento das relações estabelecidas naquela que foi a sua primeira instituição de acolhimento. Neste sentido, torna-se pertinente mencionar que primeira institucionalização de Margarida ocorreu quando esta tinha apenas três meses, sendo que não tem memória das pessoas nem do espaço físico desse estabelecimento institucional.

No que diz respeito à sua rede de suporte na CIDEM (fig.12)- (ver anexo I)- , está é composta por cinco núcleos de interação: a família recomposta, instituição de acolhimento, escola, as pessoas singulares. Atendendo ao facto de, no momento da entrevista, jovem ter partilhado que se encontra privada de estabelecer contacto com a sua família, Margarida confessa que o apoio recebido por parte das figuras formais da instituição ter sido crucial o apoio recebido por parte de quem trabalha, uma vez que procurava todos “o bem-estar de cada uma de nós aqui do colégio». Contudo, Margarida recorda que no momento que o contacto com a sua família era regular sentia «todo o apoio que precisava». Ainda, importa salientar que a família da jovem não estabelece contanto com a instituição de acolhimento, nesse sentido, esta rede é desarticulada tanto pela não existência de contacto com a jovem como com a instituição.

Relativamente às relações a pares na instituição, a jovem menciona que o apoio é incondicional, sendo que “Eu já fiz muitas asneiras a cada uma das meninas e, mesmo assim, continuaram a manifestar o seu apoio de uma forma emocional, nas chamadas de atenção de alguns comportamentos que tomo e, também, dão-me todo apoio a nível de aconselhamento. Ajudam-me a crescer e a saber lidar com algumas situações”.

No que diz respeito aos laços construídos em ambiente escolar, Margarida confessa que apenas é com a amiga Isabel que divide o tempo livre das aulas, sendo a relação entre ambas ilustrada como se fosse equiparada a uma ligação familiar. Assim, Margarida afirma “é como se fossemos irmãs”. Referentemente às pessoas singulares identificadas, que isto dizer, as antigas institucionalizadas estas são as fontes de «desabafo e motivação» para Margarida.

A rede de Matilde

Centrando a nossa análise no mapa de rede de Matilde (fig.13) -(ver anexo I)- , verificámos que nesta primeira institucionalização da adolescente existiam três núcleos de interação que desempenhavam uma contribuição fundamental na sua trajetória de vida: a família alargada, a instituição (incluindo as relações formais e informais).

No que diz respeito à participação da família alargada, concretamente, os avós maternos de Matilde a presença desta figuras neste processo de institucionalização prende-se com o facto de a família nuclear da menor (mãe), no momento da colocação de Matilde e sua irmã Cristina em acolhimento, não ter tido a capacidade de assegurar a existência de um ambiente familiar seguro e harmonioso para o desenvolvimento saudável das duas

crianças, na altura. Neste sentido, Matilde reconhece que durante aquele período em que esteve neste acolhimento institucional, o apoio era manifestado quer pelos avós como pela figura materna de igual modo, uma vez que, eram de tenra idade.

Assim, a jovem menciona que a relação com elementos familiares nunca deixou de existir e, também, que esta procura sempre junto dos profissionais acompanhar as duas crianças. Assim sendo, a reconfiguração do tecido familiar no apoio à criança ou jovem em acolhimento institucional, a institucionalização procura afastar do/a menor a existência da ideia de que a família é única e exclusivamente um centro de conflitualidade e insegurança. Neste sentido, a entrega da guarda familiar a outros elementos da rede familiar visa, fundamentalmente, assegurar a continuidade de laços com o núcleo familiar.

Na instituição de acolhimento, Matilde estabeleceu relação com figuras formais e informais, ou seja, junto de funcionários e colegas do acolhimento. Junto da figura formal identificada pela jovem, reconhece a relação criada com esta tornou-se fundamental para a sua estabilidade emocional e superação das falta de sentia da sua família, dado que, encontrasse afastada do seu contexto familiar. Relativamente aos laços estabelecidos junto dos colegas da instituição de acolhimento, Matilde menciona que com exceção de Cristina com que tinha uma enorme envolvimento emocional e confidencialidade, as relações com as restantes pessoas assentavam apenas na companhia social.

Contudo, anos mais tarde, já a residir junto da figura materna as duas jovens são novamente integradas em contexto institucional, em resultado de do absentismo escolar, a ausência por tempo indeterminado e sem o consentimento da progenitora do lar familiar. Com o propósito de alertar quer Matilde quer a Cristina para as práticas de comportamento desadequadas adotadas pelas menores, estas foram colocadas num Centro de Acolhimento Temporário (CAT).

Nesta instituição de acolhimento temporário (fig.14) - (ver anexo I)- , as jovens permaneceram, durante apenas o período de um mês, tendo as menores fugido deste ambiente institucional e regressado ao contexto familiar. Posto isto, atendendo à curta permanência de Matilde neste estabelecimento de proteção à infância e juventude, a adolescente confessa não ter criado vínculos com as restantes colegas, sendo que a sua irmã era a sua única companhia: “Não interagia com os meus colegas. Andava sempre com a minha irmã, a Cristina.”

Ainda, dentro do contexto institucional, Matilde identificou outra relação importante foi junto da Dra. Elsa com quem interagiu diariamente, sendo que recebia todo o apoio emocional e aconselhamentos: “Lembro-me de Dra. Elsa procurou desde início explicar-nos o porque de estarmos ali e apoiava-me muito mesmo em tudo”. Como havia mencionando, anteriormente, a estadia de Matilde e sua irmã no CAT foi curta, uma vez que, as jovens fugiram dessa instituição passado um mês para a casa da figura materna.

Em resultado do cumprimento de todos os procedimentos legais conhecidos para a localização das duas menores e, também, com o propósito de zelar pelo desenvolvimento integral de Matilde. Nesse sentido, as autoridades responsáveis pelo seu processo de proteção e promoção reintegraram-na Casa da Infância Doutor Elysio de Moura (fig. 15) - (ver anexo I) .

Observando o mapa de rede, podemos numa análise rápida identificar a existência de quatro pólos de interação, a família, instituição de acolhimento (formal/informal) e os laços criados em contexto escolar.

Na instituição de acolhimento, Matilde menciona que o apoio recebido por parte das pessoas que trabalham diariamente na instituição, com a exceção de D. Maria e D. Luísa, que para Matilde a relação é assente no companheirismo, as restantes pessoas são fundamentais, uma vez que, “aqui, ajudam-me a mudar como pessoa e a pensar no que quero para o meu futuro. Eles todos desde o primeiro disseram que as coisas iam melhorar e que podia contar eles todos”.

Nos laços informais, Matilde faz a distinção entre aquelas com quem uma relação assenta na partilha e confidencialidade das que destacam pela companhia, uma vez que, estão integradas no mesmo grupo. Assim sendo, a jovem confessou que tinha maior intimidade com a Camila, Daniela e, por último, Sónia. Para a Matilde, a relação estabelecida junto destas colegas «é como se fossem minhas irmãs, então com a Sónia que é a minha melhor amiga. A Camila é a mana mais velha, está-me sempre a ralhar porque tenho um comportamento, por exemplo, com a Ir. Guilhermina que estraga tudo».

Relativamente à relação com a sua família, Matilde refere que continua a ser o mesmo tipo de apoio que sentia nas outras instituições que em esteve anteriormente, sendo necessário salientar que a ajuda oferecida pela sua irmã mais velha tornou-se evidente. De forma contrária, a comunicação entre a instituição e a família é somente assegurada pelo estabelecimento de acolhimento, dado que, «a minha família quando quer saber de mim liga

para o meu telemóvel. Mas não comunicam com o colégio», sendo assim estamos perante uma rede desarticulada.

Por último, as relações estabelecidas em ambiente escolar, onde integramos também Sónia, uma vez que, são ambas da mesma turma. Nestas relações de amizade, Matilde refere que as colegas identificadas são importantes a nível de companhia social e no acesso a novos contatos. Ainda, Matilde destacou a docente coordenadora do estabelecimento de ensino que frequenta, dizendo que esta relação é negativa atendendo aos conflitos que já teve com os seus colegas de escola.

A rede de Vanessa

Agora, focalizando a nossa observação sob a trajetória de vida de Vanessa, concretamente, através da sua primeira institucionalização (fig.16) - ver anexo I)- salientamos a existência de dois núcleos de interação: a família, a instituição de acolhimento.

Durante o período em que estive no CAT, juntamente com a sua irmã Rute, apenas estabelecia uma relação de proximidade com esta e com Maryline, sendo que relação com ambas marcada por um enorme grau de confidencialidade e afinidade.

Relativamente à sua base familiar, mencionou que contou sempre com o apoio da figura materna, sendo que esta procura manifestar a sua ajuda quer acarinhando como repreendendo a filha quando foge do acolhimento. Ainda relacionado com a família da jovem importa salientar que a progenitora, nas vistas regulares à instituição de acolhimento, sempre manifestou interesse e preocupação de acompanhar o processo de institucionalização de Vanessa junto dos profissionais do CAT. Posto isto, podemos afirmar que se tratava de uma rede articulada.

Em resultado da fuga de Vanessa do CAT e atendendo ao facto desta jovem no lar familiar continuar a manifestar o absentismo escolar, foi tomada a decisão de colocar a menor na CIDEM (fig.17) (ver anexo I) .

Nesta instituição de acolhimento, Vanessa considera que os cinco núcleos de dinâmica relacional presente na sua rede de suporte são de igual modo fundamentais na sua atual trajetória de vida.

Relativamente ao apoio familiar, Vanessa reconhece que este é dos mais importantes, sendo que coloca em destaque todo o suporte emocional, instrumental e aconselhamento recebido por parte da sua progenitora. Por parte dos seus três irmãos (Leonor, Rute e

Simão), estes asseguram uma ajuda assente no aconselhamento e regulação, uma vez que, na instituição antecessora a jovem envolvia-se em situações de conflitos com funcionários e colegas e manifestava desinteresse pela vida escolar. Ainda, importa salientar que a articulação entre a família e instituição é inexistente, uma vez que, quando os elementos familiares precisam de conversar com a jovem, fazem-no de forma direta através do equipamento telefónico pessoal da jovem.

Na instituição de acolhimento, referindo-nos às figuras formais identificadas a jovem menciona que o apoio dado pela religiosa responsável pelo seu grupo é crucial, uma vez que, o contacto com esta é diário. Neste sentido, Vanessa considera que a Ir. Guilhermina procura sempre acompanhar-la e revelar a sua ajuda de diferentes formas, sendo a relação entre ambas identificada como «boa amizade». Ainda, dentro da instituição de acolhimento, junto das colegas com quem reside quotidianamente a adolescente refere que «tenho relações boas com algumas meninas e com outras não». Neste sentido, com a exceção de Eugênia e Rita com quem possui um relacionamento marcado pela conflitualidade, junto das restantes colegas tem o apoio emocional, aconselhamento e regulação de que precisa.

Referentemente aos laços construídos no meio escolar são considerados por Vanessa como sendo importantes, no entanto, salienta que estas relações são caracterizadas de forma recíproca pela companhia social. Por fim, as duas pessoas singulares integradas desempenham uma especial importância na vida da jovem, uma vez que, procuram sempre manifestar o seu apoio dado por meio dos conselhos, das chamadas de atenção quando a jovem adota comportamentos desadequados às normas da instituição e as palavras de confronto quando se encontra desmotivada.

5.3 As trajetórias de vida das crianças e jovens institucionalizadas

5.3.1 Família: características, trajetórias e problemáticas

No sentido de efetuar a caracterização sociofamiliar das crianças e jovens entrevistadas, na primeira parte das entrevistas, foi realizado o preenchimento de quadro referente ao levantamento de informação acerca do agregado familiar das participantes.

Em resultado dos dados obtidos, nesta presente investigação, quando nos referimos à composição do agregado familiar das entrevistadas importa salientar dois aspetos fundamentais. O primeiro aspeto a destacar é o facto destes agregados familiares serem marcados pela pluralidade. Esta pluralidade característica dos agregados familiares das

crianças e jovens participantes na pesquisa prende-se com o facto de as trajetórias de vida das participantes ser marcada, muitas vezes, pela ausência das figuras parentais, separações e aparecimento de outras figuras familiares que compõem a rede de suporte familiar e afetivo.

Assim, de forma a conhecer a composição do agregado familiar das crianças, a partir das informações recolhidas foram elaborados quatro critérios para a diferenciação dos agregados identificados:

1. Agregados familiares característicos de uma família nuclear⁴
2. Agregados familiares característicos de uma família extensa⁵
3. Agregados familiares característicos de uma família monoparental⁶
4. Agregado familiar com característica de uma família recomposta⁷

Também, torna-se pertinente referir que os agregados de família mencionados pelas participantes no trabalho de pesquisa correspondem às suas representatividades no momento presente. Assim, para a caracterização sociofamiliar das famílias das crianças e jovens institucionalizadas, os agregados familiares foram estruturados de acordo com as tipologias de famílias identificadas.

Ainda, importa salientar que como agregado familiar as participantes destacaram a sua família nuclear ou de adoção e os elementos familiares que surgiram em resultado da ausência das figuras parentais. Neste sentido, primeiramente será a apresentada a informação relativa à composição dos agregados familiares das crianças e jovens característicos de uma família nuclear, a partir do quadro 5.

Em seguida, a informação referente aos agregados familiares extensos, com base no quadro 6. E, por último, o quadro 7 apresenta-nos a caracterização sociofamiliar das famílias monoparentais identificadas. Posteriormente, segue a informação recolhida para a caracterização da ocupação dos elementos integrados no agregado familiar das

⁴ Composição do agregado familiar formada por dois elementos adultos de sexo diferente e os respetivos filhos bilógicos ou adotados.

⁵ Formada pelos elementos que compõem a família nuclear, no entanto, distingue-se com a presença de outros membros da família como, por exemplo, os tios, os avós e primos.

⁶ Tratam-se de agregados familiares, emergentes em resultado, da separação dos adultos ou a morte de uma das pessoas adultas. Assim, assiste-se à presença de apenas uma figura adulta (pai/mãe) e os seus filhos.

⁷ Tal como a família monoparental, a recomposta surge na sequência do divórcio do casal ou da perda de um dos elementos. Normalmente, os indivíduos adultos já tem filhos das relações anteriores.

entrevistadas. Por fim, surge a caracterização sociogeográfica dos agregados familiares das crianças e jovens institucionalizadas.

Quadro 3- Caracterização sociofamiliar de agregados familiares nucleares

Participante	Agregado familiar	Idade	Profissão
Beatriz	Mãe	45	Auxiliar de idosos
	Irmã	28	Esteticista
Carla	Pai adotivo	62	Carpinteiro
	Mãe adotiva	63	Empregada doméstica
	Irmão	22	Estudante
Vanessa	Mãe	53	Empregada de limpeza
	Irmã	18	Estudante
	Irmão	36	Desempregado por invalidez
Vera	Pai adotivo	59	Reformado
	Mãe adotiva	57	Empregada de limpeza

A partir do **quadro 3**, é possível observar que entre as doze participantes na investigação, apenas quatro crianças e jovens estão integrados nos agregados familiares com características de um meio familiar nuclear. Centrando a análise na composição destes agregados, importa referir que é notória a presença da figura materna em todos os casos, sendo a que ausência da figura paterna é evidente em dois casos, Beatriz e Vanessa.

Assim, entre os elementos que compõem o agregado familiar das crianças e jovens entrevistadas, verificamos que seis pessoas que compõem os agregados familiares são do sexo feminino e quatro são do sexo masculino, com idades compreendidas entre 18 e 63 anos de idade. Relativamente às profissões, maioritariamente, os elementos dos agregados familiares possuem profissões, de modo geral, pouco qualificadas.

Quadro 4- Caracterização sociofamiliar de agregado familiar extenso

Participante	Agregado familiar	Idade	Profissão
Daniela⁸	Madrinha	34	Empregada de limpeza
	Padrinho	39	Desempregado por invalidez
	Prima materna	9	Estudante
	Primo materno	12	Estudante
	Irmã	14	Estudante
Joana	Mãe	41	Agricultora
	Irmã	20	Educadora de Infância
	Irmão	14	Estudante
	Irmão	11	Estudante
	Avó materna	73	Reformada
Matilde	Mãe	47	Auxiliar de ação médica
	Irmã	13	Estudante
	Irmã	22	<i>Barman</i>
	Avó materna	62	Reformada
Rita	Tio paterno	50	Pedreiro
	Tia paterna	48	Empregada doméstica
	Primo paterna	27	Promotora

Com base na observação ao **quadro 4**, é possível constatar que este tipo de agregado integra cinco participantes do trabalho de investigação. No momento da entrevista, houve quem mencionasse pertencer a agregados familiares constituídos por outros elementos familiares que não as figuras parentais, Daniela (irmã de Sónia) e Rita.

Por conseguinte, procuramos perceber a razões que estão por detrás deste sucedido. De um lado, as duas irmãs afirmaram que a situação se justificava pela estadia da figura materna num outro país. De outro lado, Rita identifica os seus tios como seu agregado familiar de referência, devido à ausência física das figuras parentais antes do período do acolhimento institucional. Dito isto, podemos mencionar que durante todo o processo de institucionalização “devem ser facilitados os contatos da criança com a sua família, ou adultos de referência.” (Gomes, 2010:79).

⁸ A Daniela e a Sónia são irmãs, nesse sentido, para a composição do agregado familiar apenas foi solicitada a informação a uma delas.

Ainda relativamente à caracterização deste tipo de agregado familiar, importa salientar a predominância do sexo feminino nos agregados familiares nucleares representados por onze elementos e do sexo oposto surgem cinco indivíduos, com idades compreendidas entre 9 e 50 anos de idade.

Por último, quanto às profissões, maioritariamente, os elementos integrados nos agregados familiares destas participantes detêm profissões pouco qualificadas.

Quadro 5- Caracterização sociofamiliar de agregado familiar monoparental

Participante	Agregado familiar	Idade	Profissão
Camila	Tia paterna	50	Comerciante
Raquel	Mãe	35	Desempregada

O **quadro 5** ilustra a caracterização de agregado familiar tipicamente monoparental, sendo o que surge com menor representatividade. No momento do preenchimento da informação, Camila identificou a tia como pertencente ao seu agregado familiar, uma vez que nos primeiros períodos da institucionalização as figuras parentais desapareceram. Consequentemente, a sua tia paterna surgiu como a sua rede de suporte familiar.

Centrando-me agora na análise a esta tipologia de agregado familiar, importa salientar que é unicamente feminina e as pessoas integradas têm idades compreendidas entre os 35 e 50 anos de idade.

Quadro 6- Caracterização sociofamiliar de agregado familiar recomposto

Participante	Agregado familiar	Idade	Profissão
Margarida	Mãe	36	Serralheiro
	Padrasto	37	Empregada de limpeza
	Irmão	14	Estudante
	Irmã	16	Estudante

Analisando o **quadro 6**, no que concerne à posição deste agregado relativamente ao género, constata-se que se encontra distribuído de forma equitativa. As idades dos elementos que compõem este agregado familiar são compreendidas entre os 14 e os 36 anos, sendo que os adultos detêm profissões pouco qualificadas e as restantes pessoas estão em idade escolar.

Quadro 7 - Ocupação dos elementos do agregado familiar

Ocupação	Nº de elementos do agregado familiar
Estudante	11
Desempregado/a	1
Desempregado por invalidez	2
Empregado/a	16
Reformado/a	3
Total	30

A partir do **quadro 7**, é possível constatar que a principal ocupação dos elementos integrados na composição do agregado familiar é o facto estarem empregados no mercado de trabalho (16 elementos).

Também, importa salientar que em seguida surgem os/as irmãos/ãs e primos/as que estão em idade escolar (5 elementos). Em menor representatividade numérica idêntica, surgem duas pessoas em situação de desemprego por invalidez e outras três em situação de reforma.

Quadro 8- Caracterização geográfica do agregado sociofamiliar

Participante	Local de residência	Concelho de residência
Beatriz	Casa Novas	Coimbra
Camila	Proença-a-Nova	Castelo Branco
Carla	Águeda	Águeda
Daniela	Bobadela	Loures
Joana	Gafanha de Areão	Vagos
Margarida	Condeixa-a-Nova	Coimbra
Matilde	Moscavide	Loures
Raquel	Moscavide	Loures
Rita	Aveiro	Aveiro
Sónia	Bobadela	Loures
Vanessa	Rio de Mouro	Sintra
Vera	Figueira da Foz	Figueira da Foz

Através da observação atenta do **quadro 8**, relativamente à localização do agregado familiar das participantes na investigação importa referir que apenas uma participante, concretamente a Beatriz está acolhida no mesmo concelho de residência que o seu agregado familiar. Nesta linha, podemos afirmar que a colocação da criança/jovem em ambiente institucional resulta na separação física da sua família ou de indivíduos com que estabeleceram uma relação de proximidade e afetividade antes da situação presente.

5.3.2 Pré- institucionalização: trajetórias e problemáticas familiares

No discurso das famílias das crianças e jovens envolvidas na investigação, são apontados pelas participantes os factores de risco que condicionaram as suas trajetórias de vida e que culminaram, simultaneamente com das menores colocação em situações de perigo para a sua integridade e estabilidade emocional, física e social.

No sentido de conhecer e compreender o aparecimento destes fatores de risco nas trajetórias de vida das participantes, foi-lhes solicitado que elaborasse a construção uma narrativa cronológica em torno das sua histórias de vida, apontando os momentos mais marcantes antes do período de institucionalização. Assim, tonou-se possível identificar de forma particular as motivações que conduziram à entrada de cada uma das participantes em ambiente institucional.

A partir da recolha de informação conseguida é possível afirmar que a decisão de retirar a criança e jovem do seu ambiente familiar esta relacionada com uma pluralidade de fatores de risco. Atendendo ao discurso das participantes, podemos identificar e agrupar os seus percursos em quatro tipos de cenários para a colocação da menor em ambiente institucional, a saber:

- a) Morte de um dos progenitores;
- b) Violência doméstica
- c) Ausência de suporte familiar
- d) Divórcio e separação dos progenitores;
- e) Comportamentos desviantes e marginais por parte das crianças e jovens

No primeiro cenário, surge um conjunto de fatores de risco articulados essencialmente com as situações de perda de uma dos progenitores, ao que se associa o abandono da figura paterna como fatores determinantes na exposição da jovem a situação de perigo.

Quando nasci a minha mãe morreu e o meu pai não quis saber de mim. Nessa altura, a senhora Domingas, minha família naquela altura, com os meus 4 anos, nessa altura, pôs-me neste colégio (...), como cá tinha as filhas achou melhor que entrasse também e ficasse junto delas. Estou cá desde os meus quatro anos, porque a minha família não tinha possibilidade para ter as condições de acompanhamento que preciso para a minha doença mental. (Carla, 18 anos)

Em segundo cenário, surgem as situações de violência doméstica entre os responsáveis progenitores, estamos perante um fator que podem, mais tarde, sequelas no

processo de crescimento e formação da criança e jovem enquanto cidadão. Ainda, associada às situações de violência familiar surge a alteração constante da morada de residência do agregado familiar:

Lembro-me que era agradável o ambiente familiar (...) havia a união familiar. Outro acontecimento foi o meu pai e a minha mãe a discutirem sempre em casa. Lembro que eles começaram a andar à “*porrada*” (...) A partir daí, a minha vida mudou, já não era um mar de rosas. E, aos 7 anos vim para aqui. (Raquel, 14 anos)
Passado um tempo, o meu pai e minha mãe começaram com conflitos e (...) fomos para Espanha, acho que tinha 4 anos (...) não, afinal tinha 3 e fiz lá os 4 (...) vivemos lá um ano. Viemos para Portugal, porque o meu pai começou a bater muito na minha mãe (...) a minha mãe separou-se do meu pai e (...) decidiu-nos meter no colégio para procura trabalho, tinha eu 5 anos, viemos para aqui. (Sónia, 14 anos)

No terceiro cenário identificado, podemos dizer que estamos perante um fator determinante para o processo de desenvolvimento da criança ou jovem em instituição. Tal como as outras problemáticas, a ausência de um suporte familiar é um factor de risco que exerce influência nos tradicionais padrões emocionais e na forma da criança e jovem se relacionar com os outros membros da sociedade em que inserem.

Assim, desta forma, a família surge representada pela falta de suporte emocional para assegurar a estabilidade da criança ou jovem. Logo, associada a esta problemática, são apontados pelas entrevistadas os problemas de maus tratos físicos e emocionais, o abandono, a negligência, abuso sexual e a instabilidade emocional no exercício do poder parental.

O meu pai nessa trabalhava fora, a minha mãe ficou doente, primeiro AVC (...) viemos para Coimbra, quando tinha 9 anos. A minha começou a adoecer muito e minha irmã começou a se isolar (...) o meu pai era quem cuidava de nós (...) a minha mãe batia-me, 67 nessa altura, constantemente (...) e foi nessa altura que, também, o meu pai começou se afastar da família. Aos 13 anos, eles divorciaram-se. (...) A minha mãe quando eu tinha 14 anos, foi viver com a vizinha, portanto, eu e a minha irmã ficamos isoladas (...) e partir daqui, foi trinta por uma linha. (Rita, 18 anos)

Lembro-me de quando era pequenina e fui para um colégio, fui separada da minha mãe, tinha 7 anos, estive lá até aos 8 anos. Depois, sai e fui viver com a minha mãe e minha avó. Passado um tempo, a minha mãe deixava-nos sozinhos (...) ficávamos sozinhos com a minha avó. Um dia, a minha irmã fez queixa a uma senhora (...) a senhora depois foi dizer ao Juiz e (...) tirou-nos. (Joana, 17 anos)

Então a minha mãe meteu-se com o cunhado dela. Eu nasci fruto de uma traição. Ela queria-me dar para a adoção mas diz que não conseguiu. A minha mãe nunca quis saber de mim. A minha avó é que me criou. Entretanto, eu e ela (avó) começamos a andar à *porrada* e ela disse que não me conseguia mais ter lá em casa. Então, depois, vim para o colégio (instituição de acolhimento) (...) Já quando estava aqui no colégio, num fim-de-semana, na casa da minha mãe ela viu-me a ser violada e não fez nada. (Beatriz, 20 anos)

Na quarta circunstância identificada, os fatores de riscos centralizam-se na ideia dos divórcios e separações das figuras parentais que resultaram no encaminhamento da criança/jovem para a instituição de acolhimento. Em resultado da recolha de informação das entrevistas, as jovens mencionaram que associada a esta problemática surge a rutura de laços com os progenitores e ausência de um suporte familiar.

Vim para Portugal tinha mais ou menos 3 anos. Viemos para cá, eu, a minha mãe e o meu pai. Eles estiveram juntos um ano. Mas, o meu pai era casado com outra mulher e, depois, a minha mãe acabou de se separar do meu pai (...) o meu pai juntou-se com a minha madrasta. Passado dois ou três meses a viver com a minha madrasta e meu pai, vim para o colégio, tinha para aí uns seis anos. (Camila, 20 anos)

Gostava de lá estar, em casa do Quim (pai adotivo) e da minha mãe. O Quim separou-se da minha mãe adotiva e com 8 anos vim para aqui. (Vera, 14 anos)

Outro cenário identificado nas narrativas das crianças e jovens entrevistadas e que desencadearam retirada da jovem da família surge a adoção de comportamentos desviantes e marginais das menores, que por sua vez trazem consigo a prática de comportamentos individuais e sociais graves.

A minha vida começou quando vim para Portugal com a minha mãe. Eu tinha um ano e meio (...) fomos para casa do meu tio (...) a relação entre eles não era agradável. E, mais tarde, a minha mãe mudou-se novamente e entrei na escola. No terceiro ano, começo a haver problemas, eu agredia as pessoas, os colegas. Uma vez, no quinto ano, houve problemas com uma menina (...) saltei para o pescoço dela e, por isso, ela meteu-me em tribunal. Mudei de escola (...) aí o ambiente era bem pior, os miúdos eram conflituosos, fumavam e usavam drogas. Nessa escola, lembro que um dia fui com as minhas colegas ao supermercado e elas levaram coisas sem pagar e quando chegamos à porta aquilo começou a apitar e, por isso, fui levada à esquadra (...) Entretanto, em casa, parti o braço a descer as escadas do prédio e atendendo aos vários acontecimentos que falei (...) a doutora da CPCJ decidiu que não valia a pena eu estar com a minha mãe porque, eu já não estava a obedecer nada ela me dizia, eu fazia o que queria. (Vanessa, 14 anos)

Mais tarde, passado uns anos, quando eu tinha uns 12 ou 13 anos, eu comecei a portar mal; fugia de casa; queria sair para a noite; dizia mentiras às vizinhas que era para deixar a minha mãe; chegava tarde a casa; roubava dinheiro há minha mãe; não ia à escola e, também fugia da polícia. Então, me puseram num Centro de Acolhimento Temporário, para eu estudar e melhorar o comportamento. Mas, quando fui para la, também começava a fugir, porque queria ficar ao pé da minha mãe. (...) Então, depois, as senhoras da instituição disseram que já não era daquele colégio, porque já tinha fugido muito tempo e que eu iria para um sítio mais longe, onde estou agora (Matilde, 14 anos).

Por fim, embora tenhamos procurado sempre enquadrar as trajetórias de vida das jovens nas problemáticas centrais destacados, tal situação não se tornou viável para todos os casos em estudo. Neste sentido, atendendo a construção de um discurso e formulação de respostas vagas e confusas, tornou-se difícil encaixar todas as histórias de vida nas problemáticas mencionadas.

Assim, atendendo à descrição breve das trajetórias de vida das crianças e jovens participantes na investigação, é-nos possível afirmar que a família surge como a principal razão do acolhimento institucional, uma vez que, estes discursos apresentam-nos “o lado negativo da família” (Giddens, 1997). Desta forma, os discursos formulados vêm a reforçar a ideia de que as crianças e jovens institucionalizados provém de contextos familiares onde predominam uma vivência familiar marcada por contornos problemáticos.

Para além destas problemáticas apontadas, existe um outro fator comum em todas as histórias de vida em estudo e não menos importante, prende-se com o facto de estas famílias serem economicamente carenciadas. Em resultado da informação recolhida, para além dos quatro cenários identificadas anteriormente, foram mencionados outros aspetos relevantes que estiveram na origem na decisão de colocação da menor em ambiente institucional. Assim, torna-se essencial destacar as outras motivações que desembocaram no processo de acolhimento institucional, a partir do quadro 9.

Quadro 9-Tipologias das situações de perigo para criança/jovem

Situações de perigo para a criança/jovem	Maus tratos psicológicos/abuso emocional
	Exposição a modelos de comportamento desviante
	Abuso sexual
	Abandono escolar
	Uso de estupefacientes
	Maus tratos físicos

Neste sentido, de acordo com a Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, (LPCJP), através dos discursos das entrevistadas, as situações de perigo identificadas foram: a negligência, a exposição a modelos de comportamento desviante, o abandono, o abuso sexual, o uso de estupefacientes, o abandono escolar, os maus tratos físicos e, por fim, os maus tratos psicológicos/abuso emocional.

Desta forma, com base nas trajetórias de vida das crianças e jovens em situação de perigo refletindo, concretamente em torno do conceito de família surgem duas observações a considerar. Por um lado, a família é uma instituição insubstituível, pela sua capacidade de promover a socialização e educação da criança (Almeida, 1998; Gomes, 2010). Logo, a sociedade espera que sistema social tenha a capacidade de através das suas competências assegurar a proteção e promoção da integração social dos indivíduos. Nesta linha, podemos declarar que cabe à família a responsabilidade de garantir a existência de um ambiente familiar harmonioso e propício ao desenvolvimento das suas crianças, procurando zelar pela proteção destas de qualquer forma de violência e ajudando-as na sua formação enquanto sujeito com personalidade, fazendo cumprir um dos princípios fundamentais reconhecidos na Convenção sobre os Direitos das Crianças (Preâmbulo, CDC). Por outro lado, as narrativas das participantes vem a corroborar a ideia de que o sistema familiar nem sempre funciona e nem é capaz de fazer cumprir as funções. Desta forma, a família pode constituir um palco de perigo para a criança. Sendo assim, as crianças e jovens são geralmente expostos às situações de precariedade que são inerentes à sua condição de menores. Neste sentido, existe frequentemente uma relação opositiva entre as suas necessidades e a concretização das mesmas por parte dos adultos, podendo constituir tal facto um germen do risco social.

Em suma, as crianças e jovens em situação de perigo apresentam maior fragilidade no seu processo de desenvolvimento, uma vez que, que as suas trajetórias de vidas “comprometidas por factores intrínsecos ao sistema familiar e também extrínsecos, isto é, depende se o ambiente social e económico onde a família está inserida se apresenta como fator potenciador, ou como fator que provoca constrangimentos ao próprio desenvolvimento da família” (Gomes, 2010: 58).

5.3.3 Mudanças institucionais

No que concerne às mudanças decorrentes do processo da institucionalização na relação que, anteriormente tinham com as suas famílias o conjunto de respostas foi diversificado atendendo à história particular de cada participante. Através do testemunho de Rita, a institucionalização constitui uma resposta benéfica para a trajetória de vida das crianças e jovens.

Com a minha vinda para aqui, com a minha mãe continua tudo na mesma, só falo com ela quando lhe ligo, de resto...Com o meu pai de vez em quando falo com ele. Não há assim grandes mudanças, ele agora trabalha, conseguiu arranjar emprego, e raramente falamos. Acho que a minha relação com a minha irmã é que melhorou, porque nos andávamos sempre à “*porrada*” e mal nos falávamos mas, agora melhorou muito. (Rita, 17 anos)

Por conseguinte, podemos afirmar que o acolhimento institucional representa “a forma mais simples e cómoda de a sociedade «solucionar» o problema das crianças vítimas de maltrato” (Alberto, 2003:258). Desta forma, o acolhimento institucional contribui para atenuação da tensão e conflitos entre a família e a criança, uma vez que, o ambiente familiar marcado pela insegurança, inconstância e imprevisibilidade. Neste seguimento, o acolhimento contribui para a melhoria do relacionamento entre a menor e a família, embora se encontrem fisicamente distanciados

No entanto, para outras a sua colocação em instituição culminou com a rutura relacional com a família biológica ou de criação.

Quando vim para aqui, estava com a Domingas [mãe de criação], uma mãe com três filhos (...) No entanto, a partir dos meus quatro anos, quando entrei aqui, ela apresentou-me o meu pai adotivo. A partir daí, ela [mãe de criação, Domingas] desligou-se partitamente de mim. A relação com as minhas irmãs [que estiveram na instituição de acolhimento juntamente com a Carla, no passado], basicamente, também cortou. Elas são da mesma cidade que eu (...) e quando passo por elas digo ‘bom dia’ ‘boa tarde’, mas não é nada de mais. A minha vinda para aqui (...) fez com que perdêssemos aquele laço de família. (Carla, 18 anos)

Assim, o processo de institucionalização carregar consigo efeitos negativos para a menor, uma vez que coincide com o afastamento/ rutura de laços de afetividade e de proximidade com a sua família. A perda de contato com a família ou pessoas de referência no período antecedente à institucionalização tem repercussões nas crianças, dado que, provoca o sentimento de angústias e tristeza profunda para a menor.

Referentemente às relações de amizade construídas, no período anterior à institucionalização, as jovens entrevistadas confessam que a colocação em ambiente institucional fez com que os laços de amizade existentes se perdessem.

Na escola que eu andava lá, não sei porque mas eu não brincava com ninguém (...) eu tinha la amigos [referindo-se à vizinhança da zona de residência] só que não nos relacionávamos assim muito (...) eles faziam mais coisas que eu, porque eu já tinha vindo para aqui (...) mudou muito a partir daí (...) já não estão minha rede de amigos (Raquel, 14 anos)

A partir do conteúdo exposto, constatamos que o processo de acolhimento institucional desencadeia a reconfiguração das relações de amizades estabelecidas, muitas situações, com a rutura dos laços de amizade construídos.

5.4 A VIDA NA INSTITUIÇÃO

5.4.1- O quotidiano institucional

As participantes na investigação foram bastantes esclarecedoras relativamente aos horários e rotinas fixas da instituição de acolhimento. Foi possível constatar, durante as entrevistas, o rigor existente no controlo de tempo e rotinas diárias que compõem a dinâmica de vida na instituição, descritas pormenorizadamente, durante a semana e o período de fim-de-semana.

Os horários apontados foram os seguintes: o horário de acordar e de deitar, os horários das refeições e a hora de entrada e de saída da instituição; no que respeita às rotinas são mencionadas as ocupações diárias de cada uma (escola, trabalho) e as rotinas obrigatórias (assistir à missa, participar na catequese, na oração). A regulamentação diária dos horários é descrita e considerada, por parte das doze participantes, como parte crucial para o funcionamento da vida quotidiana na instituição de acolhimento. No entanto, a rigidez dos horários de entrada na instituição foi identificada como um aspeto negativo, tanto durante a semana como ao fim-de-semana, consideram que não se adaptam às necessidades de cada adolescente.

As rotinas enumeradas pelas doze participantes foram: a missa, a catequese, e a oração. Ainda, como parte integrante das rotinas das participantes, foram identificadas por todas as participantes as tarefas domésticas que cada uma tem a responsabilidade, o tempo livre e as atividades extracurriculares.

No que respeita aos dias da semana, foram destacadas rotinas como: as tarefas domésticas, a oração, a escola e as atividades dos tempos livres, por parte de dez adolescentes. No entanto, a rotina semanal de duas participantes Beatriz e Camila são diferentes das restantes. Camila frequenta o ensino escolar com o objetivo de concluir os módulos em atraso. Estas duas adolescentes, de momento, já estão à procura de trabalho. Neste sentido, enquanto não surge a oportunidade de trabalho, estão na instituição a colaborar com as atividades dos serviços de cozinha, lavandaria e outras tarefas para as quais são solicitadas, por exemplo, levar as mais novas à escola.

Referentemente aos fins-de-semana foram destacadas rotinas como: a missa, a catequese, as tarefas e o tempo livre, os passeios no exterior da instituição, e a participação em atividades extracurricular (escuteiros), atividades lúdicas (jogos tradicionais e televisão). Assim, através dos discursos das participantes relativamente às rotinas e os horários que caracterizam vida institucional, importa salientar que as instituições de acolhimento têm procurado fazer o esforço e adaptação às necessidades de quem é acolhido.

No momento da entrevista, após já ter recolhido esta informação junto todas as participantes na investigação, apercebi-me de que as crianças e jovens conseguiram fazer a descrição detalhada dos horários e rotinas, enquadrados nos respetivos tempos e espaços. Dito isto, constatou-se que a organização das rotinas das crianças e jovens em acolhimento estão de acordo com a sustentação legal que reconhece importância nos horários, uma vez que, “ são importantes para o seu funcionamento adequado e para o estabelecimento de rotinas, as quais desempenham um papel essencial como elementos securizante e promotores de equilíbrio para a criança ou jovem” (Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social, 2003, I 12).

Deste modo, a programação de rotinas e horários das crianças ou jovens acolhidas nas instituições de contribui para a organização, estabilidade e seguranças das menores, sendo que evidência que o acolhimento institucional tem uma dinâmica quotidiana semelhante a de um meio familiar.

Contudo, enquanto investigadora, esta questão suscita o levantamento de algumas interrogações, dado que, as participantes na investigação mencionaram que compreendem a existência de regras, uma vez, é benéfica para organização da dinâmica institucional. Mas, por outro lado, não deixaram de manifestar o seu desagrado com a rigidez relativamente aos horários de entrada e saída para ambiente exterior. Nesta sequência de ideias, considero

pertinente uma reflexão torno desta temática, dado que, teórica e legalmente fala-se na necessidade de flexibilizar os horários de acordo com as dinâmicas funcionais das instituições e as necessidades individuais da criança ou jovem.

Todavia, a realidade demonstrada pelas narrativas das participantes, revela que o rigor e a rigidez, por vezes, existente na regulação de horários e rotinas pode constituir um obstáculo nas necessidades particulares e concretas de cada uma das participantes em período da adolescência e juventude.

5.4.2- As pessoas

1) Figuras formais

Com o intuito de conhecer com detalhe a relação que a criança ou jovem possui com os vários indivíduos com quem se relaciona na instituição, foram colocadas questões com a finalidade de identificar responsáveis de direção administrativa, educativa, técnica e de apoio, que seriam significativos na vida de cada participante na investigação.

Primeiramente a respeito da equipa educativa⁹, nomeadamente, a respeito das religiosas, importa salientar que a pessoa adulta responsável por cada grupo é a que menos surge nas redes das crianças e jovens institucionalizadas. A religiosa responsável de grupo é descrita como a figura materna:

Eu gosto da Irmã Guilhermina e dou-me bem com ela, só que o meu comportamento...estraga tudo. Por acaso, não me posso queixar porque ela ajuda-me sempre. Quando estou mal com alguma coisa, ela está sempre lá. Quando estou doente, ela dá-me atenção...Ela é muito justa no tratamento das meninas. Ela só quer o meu bem, apoia-me e tudo. Diz que é para eu seguir o bom caminho e para não ir pela cabeça dos outros. (Matilde, 14 anos)

No entanto, importa salientar que esta relação é marcada pela desconfiança e insegurança relativamente à responsável encarregada do grupo. A desconfiança existe na relação entre a criança ou jovem e a sua responsável prende-se com o facto de para criança ou jovem confidenciar com a religiosa responsável pelo seu cuidado quotidiano ser um ato complexo.

⁹ 10 A equipa educativa, de acordo com o regulamento interno da instituição de acolhimento de 2010, é composta pelas três coordenadoras de grupo.

Portanto, as adolescentes confessaram a existência de sentimentos de receio, incerteza de partilhar com a sua encarregada informação “a mais” e, mais tarde, essa ser usada para o seu “prejuízo”. Assim, esta situação remete-nos para uma semelhança, muitas vezes, comum nos ambientes familiares em que a criança/jovem não partilha a sua “intimidade” junto dos responsáveis parentais.

Também, importa acrescentar que, se reportarmos esta relação para um ambiente familiar comum, a relação com as responsáveis religiosas pelos grupos equipara-se a de uma “mãe”. Todavia, na prática quotidiana, as participantes referem que não partilham laços de afetividade. Desta forma, podemos dizer que a institucionalização não se consegue preencher a ausência de vínculos com a família.

Com a Irmã Guilhermina, eu tenho altos e baixos com ela porque, as vezes, eu não percebo as atitudes dela e ela pode não perceber as minhas, claro. Mas, apesar de tudo até temos uma boa relação. Ela só me apoia instrumentalmente, emocionalmente não, porque não lhe conto essas coisas de namoro e essas coisas (Raquel, 14 anos)

Contrariamente para outras participantes a religiosa responsável pelo grupo, desempenha um papel preponderante na construção das trajetórias de vida das adolescentes:

[referindo-se à religiosa com que esteve nos primeiros anos] para mim, foi a Irmã Clemente, porque quando eu entrei para esta casa, foi ela que me acolheu até aos 8 anos. Foi ela que me fez a pessoa que sou hoje. Quando entrei aqui, não sabia falar, mal andava, não era uma criança normal. Agora, sinto que sou uma criança normal, apesar das minhas dificuldades e da minha doença, consegui superar ao longo dos anos que ela esteve aqui. (Carla, 18 anos)

Ainda, é pertinente mencionar outro aspeto, as religiosas que surgem nas redes de apoio social da criança institucionalizada, são fundamentais para a trajetória de vida da pessoa institucionalizada.

[referindo-se à Irmã Armanda] esta comigo desde que entrei cá para o colégio, foi a primeira Irmã do meu grupo. Gosto muito dela... Mas, não posso confiar muito nela, porque eu sei que ela conta às outras Irmãs. Mas para falar com ela, é capaz de me dizer o que está bem... o que tenho de ou não de melhorar. E é capaz de me dizer ‘boa fizeste aquilo bem ou isto mal’... Mas lá esta sinto que é aquela coisa, não sei se posso confiar a cem por cento, porque é um bocadinho inseguro. (Camila, 20 anos)

Relativamente à relação entre a criança ou jovem institucionalizada e a equipa de administrativa/direção¹⁰ da CIDEM, as participantes descreve a relação como sendo marcada pelo distanciamento e impessoalidade no trato:

Acho que devia ser melhor, por exemplo, temos todo o apoio, eles ajudam-nos. Mas, acho que a nossa relação deveria ser mais, não digo como família, mas uma relação mais próxima. Falo do meu caso, não acho que exista uma relação de proximidade com os senhores da direção (...) para mim, é como se eles tivessem estatuto, estão lá no estatuto deles e não se juntam ao nosso.
(Beatriz, 20 anos)

Entre as doze participantes na presente investigação, apenas cinco participantes identificaram pessoas integradas na equipa administrativa nas suas redes de apoio social. Relativamente ao tipo de apoio oferecido, trata-se de um apoio de aconselhamento no que diz respeito aos estudos e instrumental no tratamento dos processos burocráticos para as atividades extracurriculares. Assim, desta forma, é-nos possível constatar que existe uma fraca proximidade entre os membros da direção administrativa e as crianças que residem na instituição de acolhimento.

No que concerne aos relacionamentos com a equipa técnica¹¹ da instituição de acolhimento, concretamente, as técnicas gestoras de caso de cada uma das participantes na investigação e animadora sociocultural. As pessoas adultas responsáveis pelos processos institucionais das adolescentes são frequentemente consideradas como indivíduos com competências para a função que exerce, sobretudo ao nível de acompanhamento individual, oferecendo carinho, interesse pelo bem-estar da adolescente e afetividade. No que respeita ao perfil das relações das adolescentes com as técnicas gestoras de caso e a animadora sociocultural, é possível sintetizar características apontadas pelas jovens na definição do relacionamento que desenvolvem com essas pessoas, são a proteção, confiança e amizade.

Bem, para mim é a Eunice, a minha técnica gestora do meu processo. E, acho que ela ajudou-me nos momentos assim com a minha mãe, quando não ia para casa, ela ajuda-me para eu ir nem que fosse um ou dois dias a casa junto da minha mãe. (Raquel, 14 anos)

¹⁰ Composta pelos responsáveis de direção e administração da Casa da Infância Doutrô Elycio de Moura.

¹¹ A equipa técnica é constituída pela diretora técnica residencial, duas técnicas de Serviço Social e uma técnica de Psicologia.

A equipa de apoio¹² é referenciada por parte de todas as participantes na investigação. As narrativas das adolescentes, ao falarem dos funcionários que as compõem, revelam uma relação marcada por uma enorme proximidade e envolvimento emocional.

Deste modo, importa salientar que nas relações junto destas figuras formais, reside uma maior cumplicidade entre as adolescentes e estas pessoas adultas que trabalham diariamente e com quem têm um contacto direto, sendo uma figura muito referenciada positivamente as cozinheiras. Esta forte proximidade com estas funcionárias, por vezes, repercute-se na vida presente da adolescente, pelo recurso a figuras da família ('tia' e 'mãe') para a definição do tipo e a profundidade de relação estabelecida com estas funcionárias.

A dona Maria, quando estou triste ou assim, ela pergunta-me logo o que é que eu tenho. Tenta-me ajudar logo, diz para eu não pensar nisso [referindo-se aos seus problemas], porque se estiver sempre a pensar que é mais difícil. Ela compreende-me, ajuda-me. Ela é pra mim é como se fosse uma tia. (Joana, 17 anos)

A partir deste último discurso salientamos que o processo de acolhimento institucional representa uma realidade dolorosa para a criança ou jovem, uma vez que, estão afastadas das suas famílias. Esta vivência quotidiana manifesta-se na criança ou jovem de forma muito marcante, dado que, às pessoas adultas são atribuídos novos papéis, talvez pela semelhança de características com algum outro familiar.

Assim, mais uma vez, verifica-se que dentro do mundo formal da instituição existe uma parte informal que acerca das preocupações e desabafos tem mais a revelar do que a rede puramente formal da institucionalização.

Em jeito de conclusão em torno da construção de uma relação entre as adolescentes e as pessoas adultas que trabalham na instituição é complexa, por vezes, muito esporádica, frequentemente indiferente, conflituosa ou, por outro lado, marcada pela partilha e confidencialidade.

2) Figuras informais

As relações de amizade das adolescentes acolhidas na instituição de acolhimento são sobretudo com as jovens com quem partilham o mesmo espaço físico, ou seja, as

¹²A equipa de apoio é composta, de acordo com o regulamento institucional, por “uma auxiliar de ação educativa; duas técnicas de secretaria, um capelão, uma cozinheira, uma auxiliar de cozinha, uma despenseira, uma funcionária de limpeza, uma funcionária de serviços gerais com funções de atendimento e vigilância, uma funcionária de lavandaria, um funcionário de serviços gerais” (p.9)

raparigas acolhidas na mesma instituição de acolhimento, muitas vezes durante algumas entrevistas são denominadas como 'irmãs' ou 'melhor amiga'. Estas relações de amizade entre as adolescentes são assentes, fundamentalmente, no sentimento de cumplicidade. Ainda, importa salientar que, embora estejam organizadas em três grupos diferentes tal circunstância não coloca impedimento na criação de vínculos entre adolescentes pertencentes a grupos distintos.

Não, como somos amigas nada pode bloquear isso, estamos juntas no pátio, no refeitório. Elas podem ir, ou melhor, pode entre aspas [referindo-se ao facto da regra imposta de que não podem estar nos dormitórios umas das outras] ir ao nosso grupo. (Vanessa, 14 anos)

Neste sentido, relativamente, aos relacionamentos entre pares com exceção de Rita, Carla e Beatriz, as restantes participantes destacaram como colegas importantes da instituição as raparigas que integram os seus grupos, outras raparigas pertencentes a outros grupos da instituição. Em termos globais, todas as adolescentes integradas nas redes de apoio social das participantes, são fundamentais no apoio emocional e afetivo. Também, lhes é atribuída a função de aconselhamento, regulação, companhia social e apoio instrumental.

No que respeita às relações criadas com as colegas de instituição, salienta-se que se trata de um grupo relacional que pode ser alvo de sucessivas mudanças dado que, num determinado período, podem estar mais próximas ou afastadas umas das outras atendendo ao fato de terem ou não algum problema.

A Beatriz, supostamente era a minha melhor amiga. Tínhamos uma boa relação a nível de companheirismo, emocionalmente. Agora, nós temos muitas fases, muitas vezes, estamos muito bem, outras vezes, estamos juntas só por coisas, outras vezes por conselhos. Eu consigo falar com ela, mas, já tivemos muito melhor. (Camila, 20 anos)

As relações de amizade desenvolvidas a pares na instituição de acolhimento parecem ser o grande suporte das adolescentes e esta base torna-se essencial nas suas trajetórias de vida, principalmente se tivermos em conta que foram crianças que muito sofreram no seu passado, tendo relatado, na maior parte dos casos, situações de maus-tratos, a negligência, abandono, conseqüentemente, um insucesso e fracasso repetido de relações interpessoais.

5.5 FAMÍLIA, CRIANÇA E INSTITUIÇÃO

É fundamental proceder a uma análise acerca do relacionamento que os menores estabelecem com a família de origem ou adotiva enquanto decorre o processo de acolhimento institucional, por outras palavras, a manutenção de contactos com o agregado familiar.

Assim, a abordagem apresentada em seguida obedece às seguintes linhas analíticas: em primeiro lugar, uma breve apresentação da definição do conceito de família por parte das entrevistadas; em segundo lugar, surge a informação relativa à presença da família na vida da criança e jovem em ambiente institucional, com a finalidade de compreender de forma é manifesta essa participação; em terceiro lugar, apresentam-se os dados referentes à participação da família no processo de acolhimento, ou seja, perceber a iniciativa das famílias para contribuir para uma bem-estar e tranquilizar a criança e jovem acolhida no processo, muitas vezes, doloroso.

Seguidamente, será apresentada a informação relativa às formas de comunicação da família com a criança e, por fim, a informação relativa ao apoio da família à criança ou jovem em acolhimento.

5.5.1 A definição de família

A definição do conceito de família por parte de cada adolescente surge em resultado da sua construção da história de vida familiar. Portanto, trata-se de um conceito que varia de acordo com as representações sociais sobre a família, sendo que, estas são construídas através das experiências pessoais de cada participante.

Neste sentido, torna-se fundamental conhecer e compreender o conceito de família por parte de cada participante envolvida na investigação. Ainda, importa salientar que as participantes definem a família como o conjunto de pessoas com quem partilham ligações afetivas, independentemente, dos laços sanguíneos.

Os meus tios surgem como pais, basicamente. (Rita, 20 anos)

O processo de acolhimento institucional representa um importante fenómeno para observar as diferentes realidades com que as crianças e jovens institucionalizadas ainda lidam e procuram gerir e resolver com o seu interior. As mudanças nas estruturas familiares das crianças ou jovens em ambiente institucional, em resultada da falta de capacidade de

resposta por parte da família nuclear, trazem consigo o sentimento de mágoa, tristeza, rejeição que, ao longo da vida, têm molestado quem é institucionalizada.

Neste sentido, embora se sintam felizes com a base familiar que atualmente possuem, todavia, não posso deixar de salientar que, ao elaborarem um discurso explicativo das mudanças ocorridas nas suas redes de suporte familiar e afetivo, tornou-se possível verificar que trata-se de uma questão carregado por um misto de dissabores visíveis através das expressões faciais, os silêncios, os gestos e a linguagem verbal de quem “desabafa”.

Ainda, relacionado com a definição de família por parte das crianças e jovens institucionalizadas, importa salientar a importância das famílias adotivas, facto partilhado através do discurso de duas jovens.

Gosto muito de estar lá na casa do Quim (pai adotivo). (Vera, 14 anos)
Passados dois anos de ter entrado aqui no colégio, a minha mãe de criação (...) ela apresentou-me o meu pai adotivo e, partir desse momento, o poder paternal passou para ele. (Carla, 18 anos)

Posto isto, na identificação dos elementos familiares por parte das crianças e jovens, verificámos que surgem as pessoas com as participantes estabelecem e nutrem os sentimentos de confiança e ternura, estando essa relação mais vinculada pelo sentimento amoroso do que pelos laços de sanguinidade.

5.5.2 A participação da família no processo de acolhimento

O funcionamento da instituição de acolhimento para a criança e jovem em situação de risco assegura, desde logo, o direito de a criança estabelecer um contato regular com a família com a finalidade de garantir a o desenvolvimento saudável marcado pelo equilíbrio emocional. Neste sentido, importa salientar que a colocação da criança em instituição de acolhimento deverá, obrigatoriamente, constituir a elaboração de um projeto de vida individualizada com a finalidade de conseguir a criação de condições de retorno da criança ou jovem à família de origem.

Assim, quando se pretende trabalhar no retorno da criança à família de origem ou biológica, torna-se fundamental a continuidade de contactos da criança com a sua família e para tal, também, é urgente a aposta numa intervenção, por parte das entidades competentes, junta da família com o intuito de compreender as causas que desencadearam o processo de institucionalização.

Foi perguntado às entrevistadas se a família participava no seu processo educativo. Em termos gerais, as respostas das participantes mencionaram que a família não tem o costume de estabelecer contacto com a instituição. Entre as doze participantes, dez reconheceram que o contacto da família com a instituição de acolhimento, maioritariamente ocorre quando esta pretende solicitar que a criança ou jovem possa estar junto da família em períodos de férias ou nos finais de semana. Mas, por vezes, verificam-se contactos da família à instituição. A frequência deste tipo de contato é esporádica.

A minha família não se preocupa muito em ligar para cá, é mais daqui para lá (...) Quando as coisas estão no fundo do poço é que a minha tia reage... Ela não liga para cá para saber como é que as coisas vão, na Irmã que esta no meu grupo. (Camila, 20 anos)

No caso das entrevistadas envolvidas no trabalho de pesquisa, nos primeiros períodos da institucionalização, os laços com os familiares eram estimulados. No entanto, atualmente, as narrativas mostram que a ligação com os familiares é menos frequente.

Então, torna-se fundamental compreender as razões que estão por detrás deste facto, uma vez que a institucionalização representa uma medida de carácter temporário.

5.5.3 As visitas

No que concerne às visitas da família de origem ou adotiva à instituição de acolhimento, estas ocorrem esporadicamente ou sem a definição de uma estrutura temporal definida. Existe um conjunto diversificado de justificações apontadas pelas participantes na investigação: a falta de condições económicas, a distância geográfica, a falta de interesse ou fraco investimento dos membros do agregado familiar, a restrição imposta por parte do tribunal.

Importa salientar que os laços que as crianças estabelecem com os seus responsáveis familiares essenciais para a menor institucionalizada, afinal, mesmo que estes não se desenvolvam nas melhores condições, esta é a única realidade que eles conhecem.

No passado, a única pessoa que me veio cá visitar foi a minha mãe, quando eu tinha 13 anos (Camila, 20 anos)

Bom, antes era mais frequente as visitas, agora não. Ela esta desempregada. Mas, vinha cá uma vez por mês para me trazer coisas e, agora, é menos como esta sem emprego e não tem assim muito dinheiro para vir e voltar, é muito caro o comboio. (Raquel, 14 anos)

[tendo estado em duas instituições de acolhimento anteriormente, na área da residência do agregado família, relativamente às vistas familiares nessas instituições] costumava visitar e bastava, por exemplo, dizerem o dia. Aqui, só veio uma vez. (Matilde, 14 anos)

Em suma, as crianças ou jovens institucionalizadas, na resposta a esta questão, demonstraram sentimentos contraditórios em relação aos pais, inclusive sentindo-se abandonadas em criança, mas acolhidas quando vão a casa da sua família. Importa salientar que a participação da família na vida da criança ou jovem institucionalizada não constitui uma regra legalmente estabelecida por parte da instituição de acolhimento.

No entanto, torna-se fundamental a manutenção de contactos da criança com a sua família de origem ou adotiva, uma vez que, a institucionalização deverá ser desenvolvida a partir da elaboração de projeto de vida com a finalidade de promover o retorno da pessoa institucionalizada à sua família.

5.5.4 Formas de comunicação com a família

A institucionalização da criança ou jovem está associada frequentemente ao facto de o ambiente familiar ser marcado por situações de risco, isto porque a família revela negligência, maltrato das crianças e ausência de cuidados. A colocação da criança em ambiente institucional exige um esforço contínuo de participação e comunicação entre a família da criança, instituição de acolhimento e entidades responsáveis em matéria de infância, de forma assegurar um ambiente continuado de suporte afetivo às crianças.

Neste sentido, no que concerne à presença da família na vida da criança institucionalizada, os discursos apresentados pelas participantes revelam que, atualmente, a oportunidade de puderem ter telemóveis pessoais favorece e estimula na presença da família na vida quotidiana.

Assim sendo, a utilização de equipamentos telefónicos pessoais trouxe uma nova configuração da presença da família na vida da criança ou jovem institucionalizada, uma vez que, essa presença passou a ser manifestada virtualmente em vez da presença física. A Sónia e a Daniela são as únicas a receber chamadas por parte da família no telefone fixo da instituição de acolhimento.

Ela [a mãe] costuma ligar para cá todos os Domingos para saber como é que estou. (Daniela, 14 anos)

Aqui, falo com a minha mãe todos os dias, até nos intervalos da escola no meu telemóvel. (Matilde, 14 anos)

Ainda, acerca de outras alternativas de comunicação com os elementos identifica-se o contacto via correio eletrónico uma vez que, estão distanciados fisicamente de elementos familiares que consideram fundamentais nas suas trajetórias de vida.

[referindo-se ao padrinho, residente em Inglaterra] eu admiro muito o meu padrinho, apesar de tudo. Praticamente eu não convivo com ele, só convivo quando ele vem cá a Portugal, porque ele está em Inglaterra a trabalhar (...) mando-lhe *emails* e ele também. Temos aquele proximidade, mas é diferente, porque não é de cara a cara (Carla, 18 anos)

Em suma, constata-se que os meios de contato com os familiares são bastante acessíveis para a crianças e jovens institucionalizadas e as regras previstas para a sua utilização também são adequadas no cumprimento do direito legalmente reconhecido que, por sua vez prevê a necessidade das jovens estabelecerem uma relação contínua junto do agregado familiar.

5.5.5 Apoio da família à criança ou jovem em acolhimento

Foi colocada uma questão com o objetivo de conhecer de forma é que a família manifesta a sua contribuição na vida da criança ou jovem institucionalizada. Para tal, foram consideradas as seguintes formas de apoio: emocional, instrumental, regulação, companhia social e, por último, o apoio técnico. No momento da entrevista, as jovens revelaram períodos de idealização da realidade familiar.

Neste sentido, salienta-se o facto de as representações sociais de família para a criança ou jovem institucionalizada não permitem a constatação do facto de existir um fraco envolvimento emocional com a família. Assim, relativamente à construção idealizada da realidade de apoio recebido por parte da família, citando Martins (2005) “ Essa situação pode desencadear fatores de risco, no sentido de que essas crianças e adolescentes depositaram expectativas de relação com os pais que só existe na esfera do ideal. Tal facto impede que essas crianças e adolescentes enfrentem a realidade negligente e violenta de sua família” (p.77).

Contudo, outras participantes reconhecem que a relação que possuem com os elementos familiares é essencialmente instrumental.

Com a minha tia é muito boa, temos coisas boas e coisas más (...) conto com ela a cem por cento e ela conta comigo a cem por cento (...) Então, com a minha tia, tipo às vezes, é mais instrumental, porque emocional já foi mais. Mas, ela não é uma pessoa de sentar e dizer 'então, o que é que se passa' ... não muito de sentimento... Epá, é um bocado estranho é mais instrumental, às vezes, não é que seja o que ela quer. Mas é o que, às vezes, faz transparecer. (Camila, 20 anos)

Relativamente ao apoio regulação oferecido pela família, entre as doze participantes, é evidenciado através das chamadas de atenção no que respeita ao rendimento escolar e, também através da repreensão por parte da família à criança/jovem adota comportamentos menos adequados com as regras da instituição de acolhimento.

A minha família nesse aspeto é muito rígida, porque eles dizem que estou aqui é para os meus estudos e não para andar com a cabeça no ar como algumas fazem. (Carla, 18 anos)

Eles estão sempre preocupados com os estudos, porque eu era uma balda. Estão me sempre a dizer 'Ah, não tens trabalhos de casa para trazer; Não estudas cá em casa' (...) são preocupados mesmo. (Rita, 18 anos)

Em geral, as participantes mencionam que é fundamental o apoio oferecido ou a ausência do apoio dado através dos conselhos em determinados momentos das suas vidas, por parte dos elementos familiares.

(...) Mesmo que queria ter uma conversa mais séria com a minha tia, ela diz sempre 'não mais a vida é tua' mesmo que queira algum conselho. (Camila, 20 anos)

A institucionalização deve ser um processo que visa a proteção da criança ou jovem em acolhimento com o intuito de proporcionar à menor as condições necessárias para o seu desenvolvimento consonante das suas capacidades individuais, de forma a facultar as melhores condições para uma boa inserção na sociedade.

Neste sentido, é crucial a articulação entre a família e instituição, dado que, um dos princípios orientadores promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem é a prevalência da família.

5.6 A COMUNIDADE

5.6.1 Atores coletivos

No que concerne à relação entre a criança ou jovem em instituição de acolhimento com outras instituições da comunidade envolvente, duas participantes referem que se relacionam com outras instituições da comunidade envolvente, concretamente, relacionadas com o percurso escolar especial que integram.

Quando na APPCDM, em dois cursos diferentes, o curso de Serviço de Mesa e o curso de cozinha... Vou lá à segunda e quinta. (Joana, 17 anos)

Nesta instituição, Joana identifica quatro colegas importantes no seu dia-a-dia, sendo apenas uma com quem confia e partilha mais intimidade. O tipo de apoio que identificou para a referida pessoa é o emocional e, as restantes são importantes para o companheirismo. Ainda, importa salientar o destaque dado a uma pessoa adulta que, por sua vez, oferece o apoio emocional e a nível de aconselhamento.

Relativamente à Carla, esta frequenta a Associação Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC), onde identificou dois profissionais com que se relaciona que, desde sempre, ofereceram o apoio emocional e motivação necessária para dar continuidade aos tratamentos de saúde que precisa. No que respeita, à instituição Quinta da Conraria, apenas uma pessoa foi identificada por parte de Carla, ou seja, o seu psicólogo que assume o papel de “melhor amigo”. Segundo a adolescente, o tipo de apoio recebido parte deste profissional é emocional, a nível de aconselhamento e técnico.

Quando na APCC (...) onde tenho lá as minhas três consultas, terapia da fala, terapia ocupacional e fisioterapia. Eu quando entrei aqui, fui encaminhada para lá (...) Acho importante aquela casa é minha segunda casa. Estou lá a fazer a minha formação, curso de Administrativo, que esta ligada à Quinta da Conraria (...) Na Quinta da Conraria, tenho uma excelente equipa de trabalho (...) Tenho lá o doutor Samuel o meu psicólogo e melhor amigo. (Carla, 18 anos)

Através do discurso de Carla, conseguimos olhar para a institucionalização com bons olhos, uma vez que, este processo pode ser entendido como de resolução das problemáticas de abandono, negligência e ausência de cuidados de acordo com as particularidades da criança enquanto se encontra junto do seu meio familiar.

Assim, importa salientar que as relações sociais que as adolescentes criaram com estas instituições da comunidade adequadas para responder às necessidades particulares de

crescimento e formação, são essências para lhes facultar a construção de um futuro melhor consoante as suas capacidades e limitações intelectuais.

5.6.2 Atores singulares

Relativamente a presença de atores singulares na trajetória de vida da criança e jovem acolhida. Nesse sentido, foi colocada a questão com o intuito de identificar indivíduos pertencente à vizinhança da instituição e/ ou do agregado familiar significativa para a pessoa institucionalizada.

Por um lado, no que concerne aos elementos da vizinhança da instituição, as doze participantes da investigação mencionaram a inexistência de qualquer tipo de relação com as pessoas próximas à instituição de acolhimento. Por outro lado, a respeito de membros da vizinhança familiar, apenas quatro crianças e jovens acolhidas identificaram relacionamento com pessoas residentes arredores de suas famílias, concretamente, Daniela, Vera, Sónia e Vanessa.

Outro laço muito forte é a que se estabelece em ambiente escolar. As narrativas das raparigas integradas no trabalho de pesquisa revelam que as relações de amizade em ambiente escolar são desenvolvidas com outros colegas de turma. Relativamente ao tipo de apoio oferecido às colegas identificadas, são essencialmente o apoio emocional e companheirismo.

Ajuda-me todos os dias (...) eu acho que ela ajudam-me nos estudos quando estou com algumas dificuldades... Também, nos conselhos a Luana, a Mariana, Natália e Neusa. Mas, emocionalmente, são todas elas. E eu para elas, ajuda-as em tudo que posso. A amizade para mim, é a proteção e amor, eu tento dar isso as minha amigas. (Vera, 14 anos)

Também, tenho amigas que estiveram na mesma escola que eu e já mudaram, a Ângela e Jéssica, mas continuo a estar com elas. (Dainela, 14 anos)

Ainda, importa salientar que parte das relações de amizade são as estabelecidas entre colegas com quem se relacionam nas atividades de lazer em que estão envolvidas.

Eu tenho no rugby identifico-me mais com a Maria Inês e a Marieth. Com a Maria Inês, temos mesmo uma boa relação, temos uma personalidade um pouco parecidas (...) estamos sempre a brincar, na galhofa, dá para conversar e confio nela a cem por cento, eu acho que a nossa de relação é de companheirismo e emocionalmente. Com a Marieth também me dou bem, mas não temos assim uma relação muito próxima. (Camila, 20 anos)

Por último, relativamente às redes de apoio formal e informal das crianças e jovens institucionalizadas, importa salientar a presença de outras raparigas que já estiveram na mesma instituição de acolhimento. Este aspeto foi apontado por parte de nove participantes envolvidas no trabalho de pesquisa, sendo que o apoio recebido é de carácter emocional, aconselhamento e instrumental.

A Madalena, é uma menina que já andou aqui no colégio, há muito tempo. Ainda mantém contato com o colégio. É uma menina que quando vem cá dá-me conselhos, diz o que devo fazer ou que as coisas não vão certas e, então, que devo mudar. E, também como demasiado e aconselha-me a fazer uma dietas. (Vanessa, 14 anos)

A Madalena que considero como minha irmã e a Vânia, são muito importantes porque já andaram cá no colégio. (Daniela, 15 anos)

Em suma, as redes de apoio social formal e informal das crianças e jovens institucionalizadas caracterizam-se por serem compostas, maioritariamente, por familiares, seguidamente surgem as relações de amizade na instituição de acolhimento com outras colegas, os 87 amigos de escola, os profissionais da instituição de acolhimento e em média escala as relações de amizade com a comunidade envolvente.

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos a partir deste trabalho de pesquisa pretendem ser um contributo para a compreensão da realidade das crianças e jovens institucionalizadas, a partir da perceção das mesmas sobre as relações que consideram significativas nas suas trajetórias de vida. Esta investigação tomou como principal questão a articulação existente entre as redes de apoio formal e informal na provisão de bem-estar das crianças e jovens acolhidas.

O trabalho efetuado permitiu desvendar o quotidiano das crianças e jovens institucionalizadas, as suas práticas e representações, revelando, por um lado, a escassez da frequência de apoio por parte das famílias e, por outro lado, a capacidade de proteção da instituição de acolhimento.

A análise das entrevistas revela, de um modo geral, a inexistência de uma articulação entre a família e a instituição. Esta reduzida convivência e articulação entre o universo formal e informal das crianças e jovens em acolhimento, prende-se com um conjunto diversificado de factores: as trajetórias individuais e familiares, as problemáticas familiares anteriores ao processo de institucionalização, as condições socioeconómicas dos agregados, a intervenção estatal e os procedimentos jurídicos, a desresponsabilização das famílias, o distanciamento geográfico.

Por outro lado, um factor parece hoje contribuir para a aproximação entre as crianças e família, apesar do distanciamento da família da instituição de acolhimento: as novas tecnologias de comunicação. A permissão de cada jovem para fazer uso de telefones pessoais e a comunicação através da internet permite às crianças e jovens uma relação com o exterior que ultrapassa a mediação do mundo institucional e permite a manutenção ou o estabelecimento de laços, que de outra forma estariam perdidos. Neste seguimento, podemos afirmar que embora para as participantes seja considerado relevante o apoio prestado pelos familiares, na verdade, a maioria das narrativas são marcadas pela reduzida articulação entre a família e a instituição de acolhimento.

As entrevistas revelam a descoincidência entre as redes efetivas e as redes afetivas das crianças e jovens. A maioria das jovens idealiza a sua rede familiar e os laços prestadores de apoio efetivo não correspondem exatamente aos laços identificados como significantes e significativos pelas entrevistadas. Logo, podemos dizer que os discursos das entrevistadas revela uma forte idealização das relações familiares, visto que a família é identificada em

todas as narrativas como sendo um pilar para a superação das dificuldades que o processo de institucionalização envolve.

Dito isto, esta idealização dos vínculos familiares vem a revelar uma contradição entre a rede de fato e a rede idealizada. A rede de fato relaciona-se com a forma de agir das famílias das crianças e jovens em acolhimento, no dia-a-dia, para evidenciar a sua presença, participação e contribuição no processo de crescimento das menores. A rede idealizada, por sua vez, surge em resultado de uma construção imaginária da realidade que cada jovem gostaria que fosse a sua relação com o seu núcleo familiar de referência.

Por conseguinte, concluímos que embora sejam oriundas de ambientes familiares disruptivos e marcados pela fragilidade e estando na origem da manutenção das crianças e jovens em contexto institucional, os familiares continuam a ser as pessoas mais significativas no universo pessoal das menores em acolhimento. Ainda, achamos importante mencionar que a importância atribuída aos vínculos familiares é levada em consideração por parte da instituição de acolhimento, pois esta procura adotar estratégias de intervenção junto das famílias das menores, no sentido de envolver as famílias na vida das jovens.

O discurso de quem é institucionalizado não esquece o cuidado formal assegurado pela instituição. Na análise ao apoio formal, a recolha de informação obtida revela a capacidade de responder de forma ativa e regular às necessidades das adolescentes, quer de forma instrumental, quer em relação ao apoio emocional, embora este último seja marcado pela desconfiança e reduzida confidencialidade por parte das participantes. Desta forma, podemos considerar que a institucionalização está preparada para dar resposta às necessidades particulares de cada uma das institucionalizadas. Ainda, importa reforçar que a respeito das figuras adultas que exercem a profissão na instituição, as participantes na investigação asseguraram que estas são fundamentais para a superação de situações adversas e da privação material a que são sujeitas, sendo reconhecida a capacidade destas prestarem apoio, essencialmente, instrumental e emocional.

Também no que respeita aos laços formais, o nosso estudo exploratório salienta que, atualmente assiste-se a uma maior exigência por parte do Estado aos profissionais na capacidade de responder às necessidades de cada criança ou jovem, sendo este fato evidenciado por parte das adolescentes. Contudo, as jovens não deixaram de apontar que o processo de institucionalização marcado pela enorme regulamentação e rigidez não é capaz de acompanhar as necessidades que marcam o período da adolescência. Neste

sentido, torna-se fundamental consciencializar os adultos, com quem as adolescentes acolhidas convivem, quer sejam as responsáveis religiosas, os funcionários, as técnicas e os elementos familiares, relativamente ao papel que cada um desempenha na prestação de apoio e como participantes na construção das trajetórias e identidades das participantes.

No interior da instituição de acolhimento, as relações entre pares são o grande suporte das participantes. Este tipo de vínculo relacional é fundamental no percurso de vida de cada criança em acolhimento, pois colegas foram sujeitas a situações de muito sofrimento no passado, tendo relatado, na maior parte dos casos situações de negligência, maus-tratos e abandono que culminaram com a colocação em ambiente institucional. Estas relações diferenciam-se das que são estabelecidas com os profissionais da instituição, pois existe uma grande proximidade, intimidade e confiança entre as adolescentes.

Referentemente às relações estabelecidas em ambiente exterior à instituição de acolhimento, estas constituem uma importante fonte de apoio emocional, marcada pela intimidade e confidencialidade, para suprir os momentos de frustração e de incompreensão com que lidam quotidianamente.

Os percursos de vida institucional das doze participantes, quer tenham tido apenas um processo institucional, quer tenham tido mais, são marcados por rutura de laços com elementos familiares e nas restantes relações de afetividade estabelecidas junto de vizinhança e redes de amizade que, no passado, desempenham uma contribuição fundamental nas trajetórias de vida das adolescentes em acolhimento. Neste sentido, após essa rutura de contato com as suas famílias e as restantes pessoas que até à institucionalização são significativas, as crianças e jovens em acolhimento procuram encontrar junto de outras figuras o apego. Dito isto, é fundamental reconhecermos a relevância para a continuidade da relação com elementos familiares e outras pessoas de referência.

No campo teórico espera-se que, a partir do momento em que a menor é colocada em ambiente institucional seja criada uma relação assente na triangulação: instituição, família e criança. A partir desta triangulação pretende-se que a família tenha o conhecimento e o acompanhamento de cada criança. A família de cada menor conseguirá, perto dos profissionais da instituição, ter o conhecimento permanente da situação de cada jovem, uma vez que, são os profissionais que têm o conhecimento das necessidades específicas de cada

menor. No entanto, existe algo a ser trabalhado - a articulação entre a rede formal e rede informal.

Por último, defendemos que se torna urgente a existência de uma relação articulada entre a família e a instituição de acolhimento, dado que são duas esferas sociais fundamentais no processo de crescimento e formação de cada jovem. Nesta linha, consideramos que esta articulação deverá ser assegurada também pelo fato de a medida de acolhimento pretender garantir junto do ambiente familiar a existência de condições que possam garantir a reintegração da criança no contexto familiar. Assim, a institucionalização representa um processo que exige o trabalho permanente com as famílias das crianças e jovens acolhidas.

Bibliografia

- Albarelo, L. (1997). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Alberto, i. (2003). Como pássaros em gaiolas ? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. Em R. Gonçalves, & C. Machado, *Violência e vítimas de Crimes*. Coimbra: Quarteto.
- Almeida, A. N. (2000). A sociologia e a descoberta da infância: contextos e saberes. *Fórum sociológico*, pp. 11-32.
- Almeida, A. N., André, I. M., & Almeida, H. N. (1999). Sombras e marcas: os maus tratos às crianças nas famílias. *Análise Social, XXXIV (150)*, pp. 91-121.
- Almeida, A. N., André, I., & Almeida, H. N. (1999). *Famílias e maus tratos às crianças em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Almeida, A. N., Guerreiro, M. d., Lobo, C., Torres, A., & Wall, K. (1998). *Relações Familiares: mudança e diversidade*. Lisboa: Celta.
- Almeida, J. F. (1994). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Alves, S. (2007). *Filhos da Madrugada- Percursos de Adolescentes em Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Amado, J. (2013). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade .
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições.
- Bell, J. (2010). *Como realizar um projeto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*. Lisboa: Gradiva.
- Canha, J. (2003). *Criança maltrada*. Coimbra: Quarteto.
- Cansado, T. (2009). Institucionalização de crianças e jovens em Portugal continental: o caso das instituições particulares de solidariedade social. *e-cadernos CES, n°2*.
- Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas : teoria e prática* . Coimbra: Almedina.
- Cunha, V. (2006). Famílias, fecundidades e funções dos filhos. O impacto do tempo e dos contextos sociais. Lisboa.
- (25 de Março de 2006). Entrevista ao Diário de Notícias. (L.Villas-Boas, Entrevistador)
- Flick, U. (2013). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.
- Goffman, E. (2001). *Manicômios, Prisões e Conventos*. S. Paulo: Perspectiva.

- Gomes, I. (2010). *Acreditar no futuro*. Alfragide: Textos Editores.
- Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social. (2006). *Manual de boas práticas : um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens : para dirigentes, profissionais, crianças, jovens e familiares*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.
- Guadalupe, S. (2003). Programa Rede Social: questões de Intervenção em Rede Secundária. *Interações*, pp. 67-90.
- Guerra, I. (2010). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo : sentidos e formas de uso*. Parede: Príncípa.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2013). *CASA 2013 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa.
- Oliveira, C. (2013). Viver em suspenso. Decisões e indecisões acerca de crianças e jovens em acolhimento temporário. *VIII Congresso Português da Sociologia. 40 anos de democracia: progressos, contradições e prospetivas*.
- Portugal, S. (Março de 2007). Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. *Oficina do CES*.
- Portugal, S., & Martins, P. (2011). *Cidadania, políticas públicas e redes sociais*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Quintãns, C. R. (2009). *Era uma vez a Instituição onde eu cresci: narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização*.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ruivo, F. (2011). A face oculta da Lua: reflexões sobre as relações entre o formal e o informal. Em S. Portugal, & P. Martins, *Cidadania, políticas públicas e redes sociais* (pp. 55-63). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Sarmiento, M. J. (2003). As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. Em M. J. Sarmiento, *Crianças e Miúdos. Perspetivas sociopedagógicas da infância e educação*. Porto: Asa.
- Sarmiento, M. J., Fernandes, N., & Tomás, C. (2007). Políticas públicas e participação infantil. *Educação, Sociedade & Cultura*, pp. 183-206.
- Sirota, R. (2001). Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. *Cadernos de Pesquisa*, pp. 7-31.

- Tomás, C., & Fonseca, D. (2004). Criança em perigo: o papel das Comissões de Proteção de Menores em Portugal. *Revista de Ciências Sociais Dados*, pp. 383-408.
- Tomás, C., & Soares, N. F. (2004). Infância, protagonismo e cidadania: contributos para uma análise sociológica da cidadania da infância. *Fórum Sociológico*, pp. 349-361.
- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. Em A. S. Silva, & J. M. Pinto, *Metodologia das ciências sociais*.

Legislação:

Decreto-lei n.º 11/2008 -- Diário da República, 1.ª série, N.º 12 — 17 de Janeiro de 2008.

Lei n.º 147/99 -- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Diário da República — I série-A, N.º 204 — 1-9-1999.

Lei n.º 166/99 -- Lei Tutelar Educativa. Diário da República, I Série-A, N.º 215 — 14-9-1999.

Despacho n.º 9015/2012--Diário da República, 2.ª Série, N.º 128-- 4 de Julho de 2012

ANEXOS

ANEXO I MAPA DAS REDES DE APOIO DAS CRIANÇAS E JOVENS INSTITUCIONALIZADAS

Figura 2. Mapa de rede Beatriz

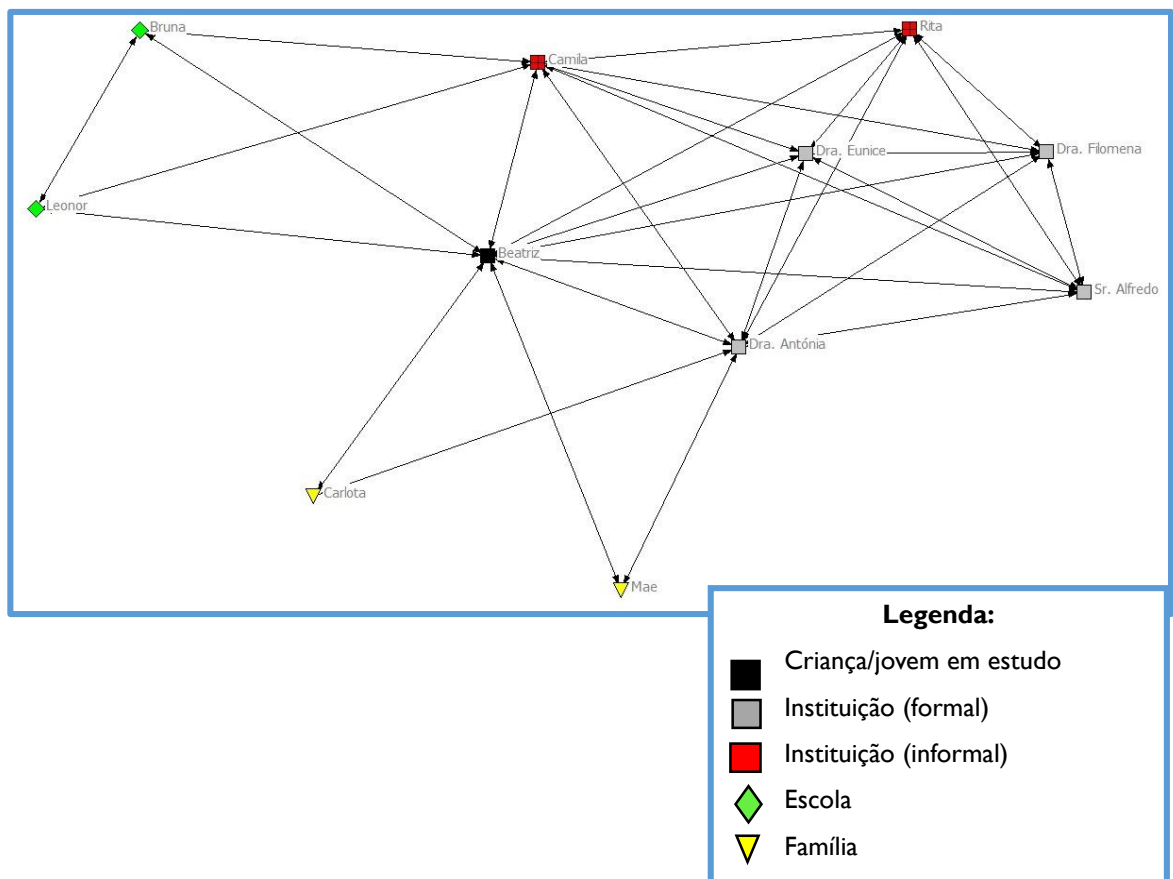
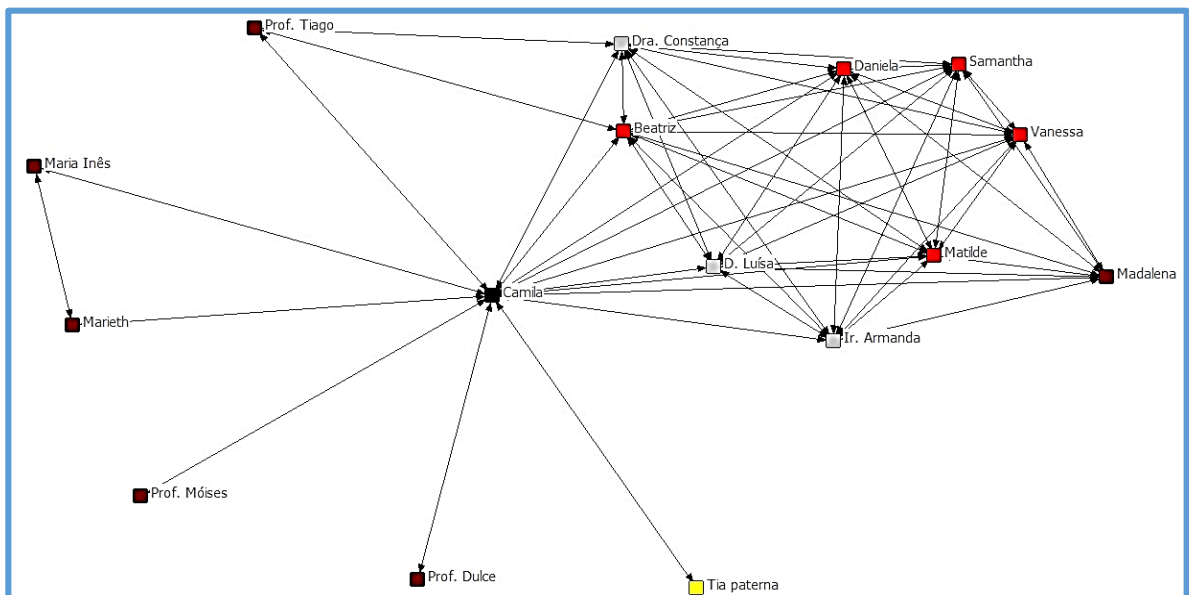


Figura 3-Mapa de rede Camila



Legenda:

- Criança/jovem em estudo
- Instituição (formal)
- Instituição (informal)
- ▼ Família
- + Pessoas singulares

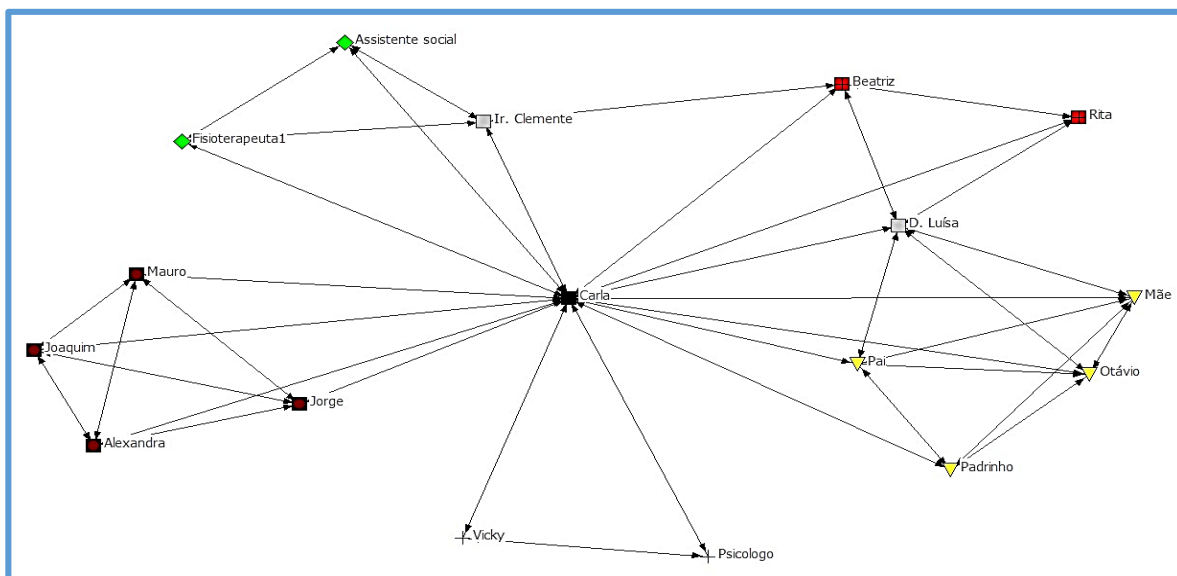


Figura 4-Mapa de rede Carla

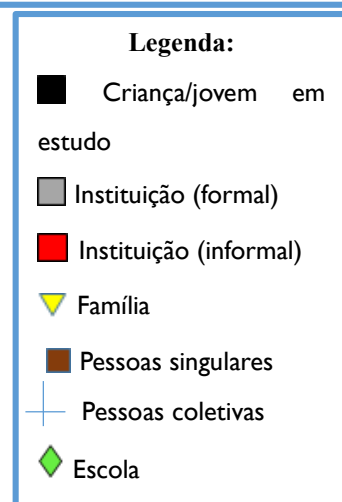
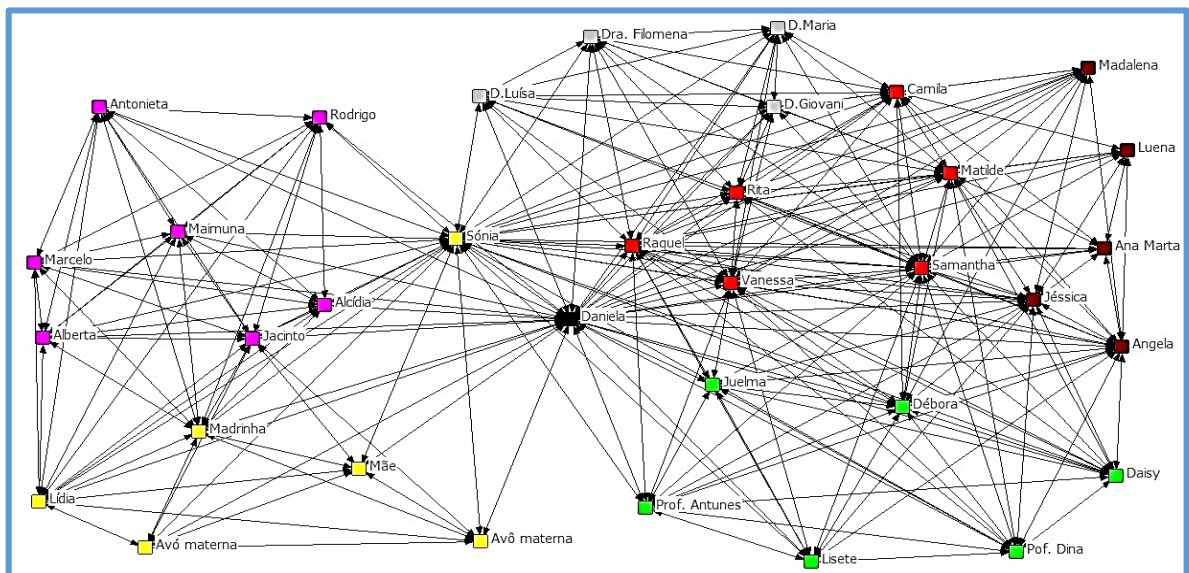


Figura 5- Mapa de rede Daniela



Legenda:

- Criança/jovem em estudo
- Instituição (formal)
- Instituição (informal)
- ▼ Família
- Pessoas singulares
- Vizinhança familiar
- ◆ Escola

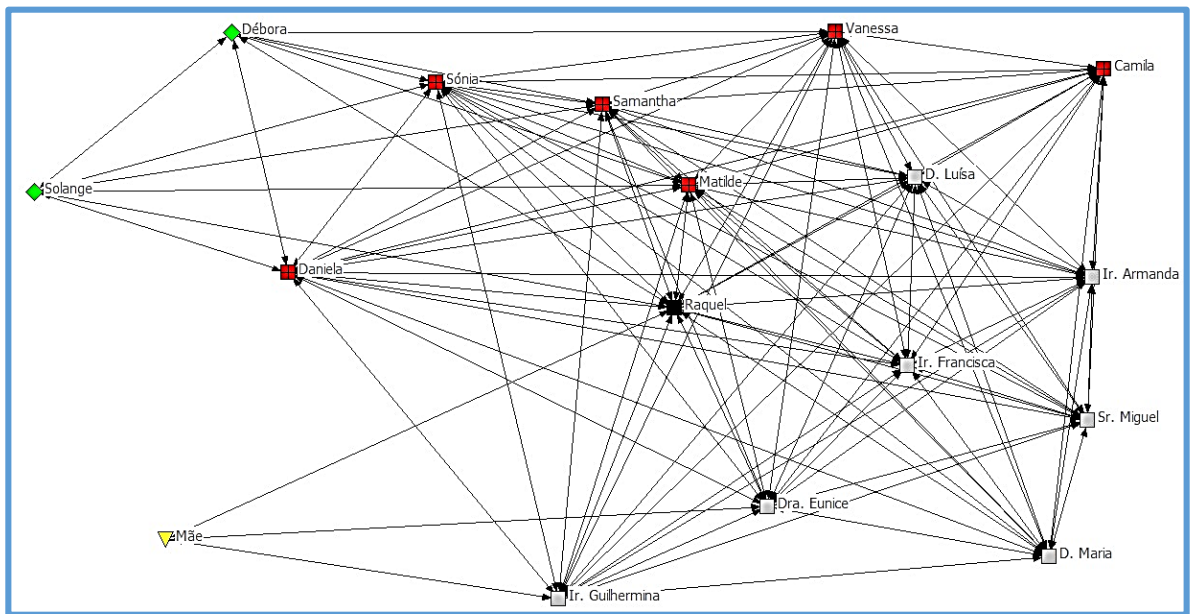
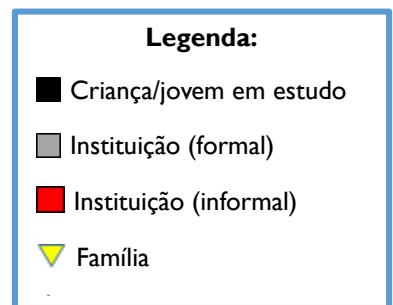


Figura 6- Mapa de rede Raquel



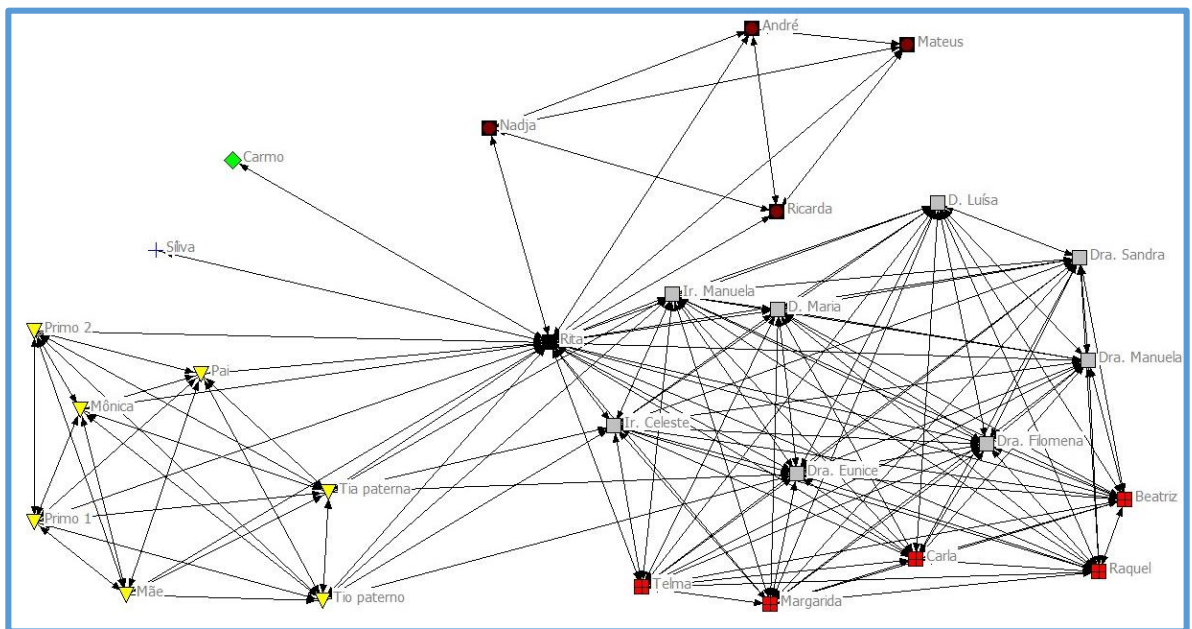
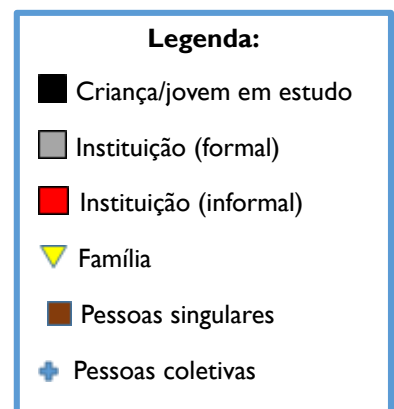


Figura 7- Mapa de rede Rita



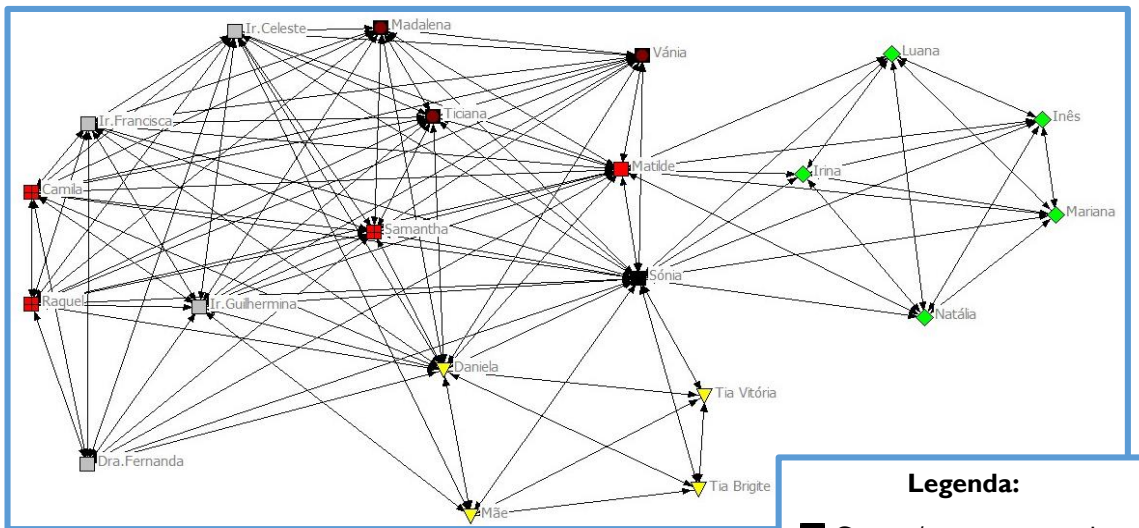


Figura 8- Mapa de rede Sónia

Legenda:

- Criança/jovem em estudo
- Instituição (formal)
- Instituição (informal)
- ▼ Família
- ◆ Escola

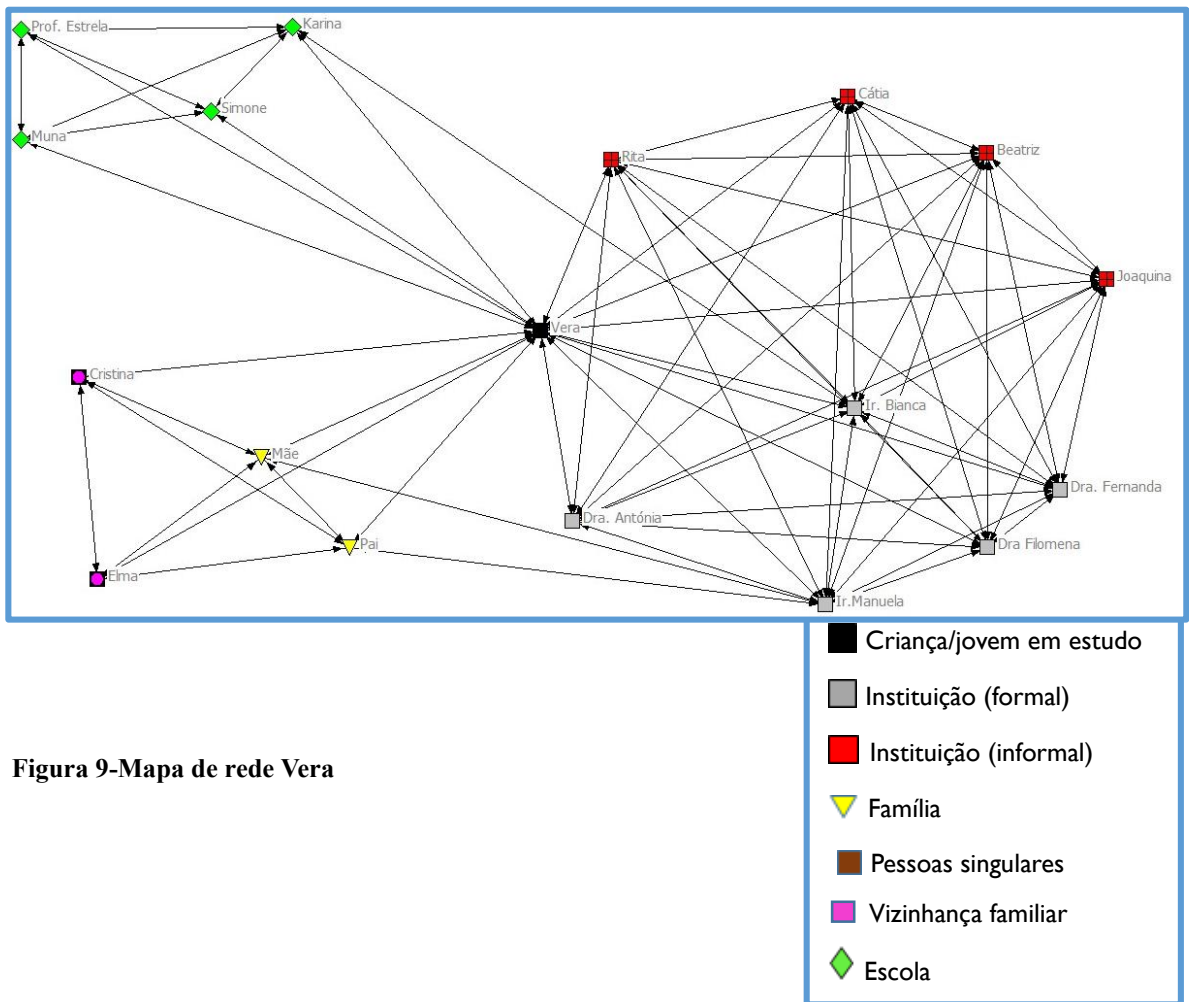


Figura 9-Mapa de rede Vera

Figura 10-Mapa de rede Joana (segunda institucionalização)

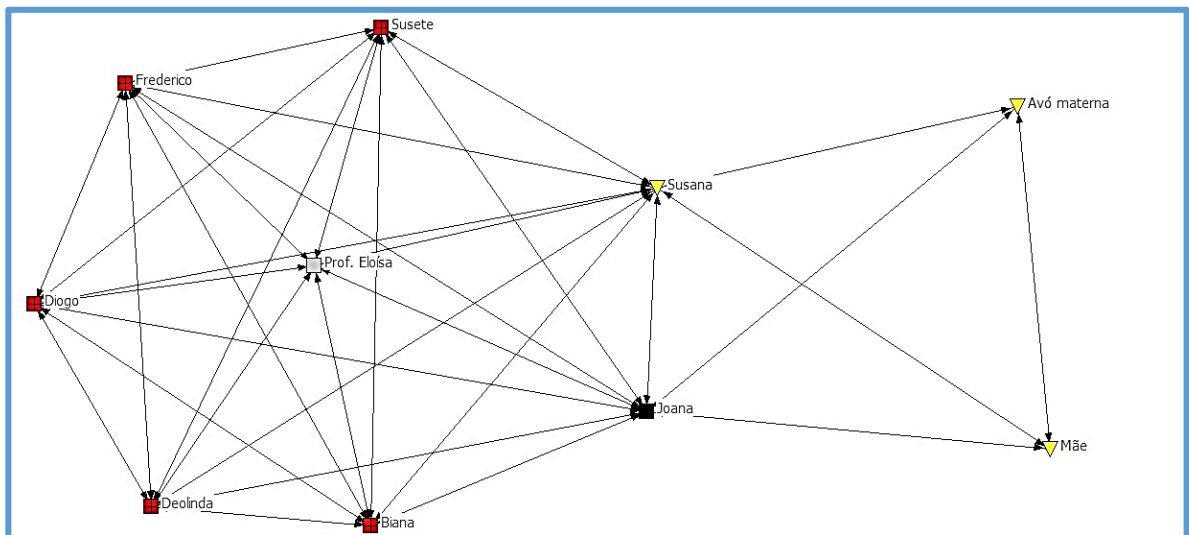
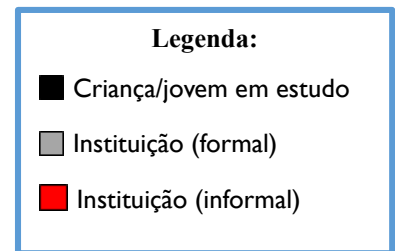
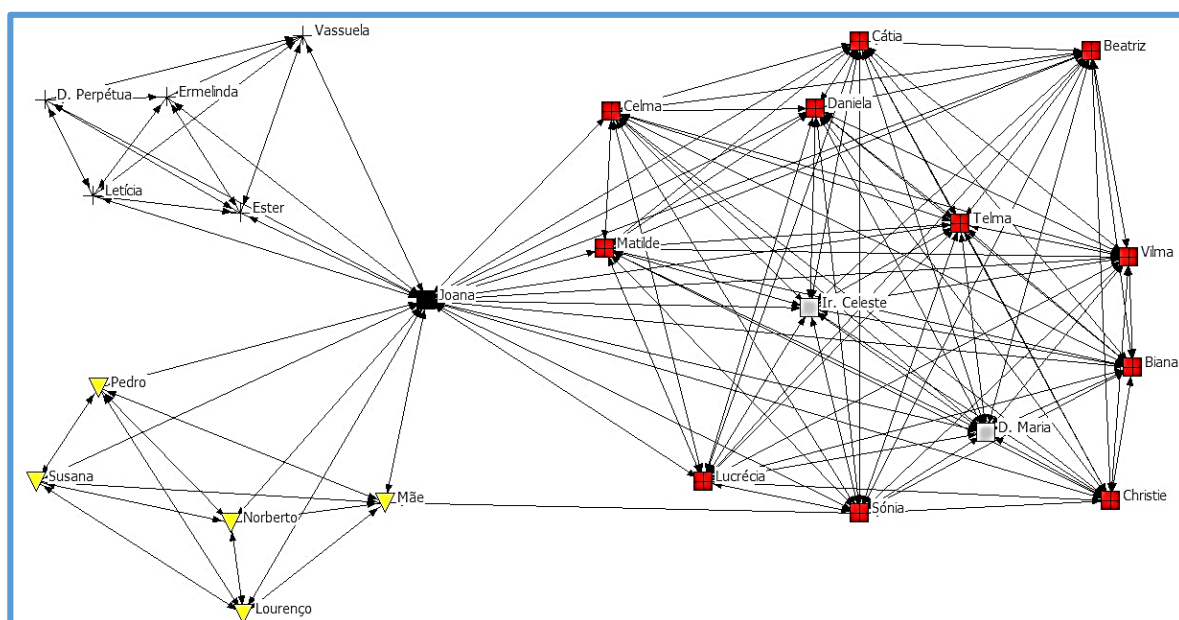


Figura 11-Mapa de rede Joana (terceira institucionalização)



Legenda:

- Criança/jovem em estudo
- Instituição (formal)
- Instituição (informal)
- ▼ Família
- ⊕ Pessoas coletivas

Figura 12- Mapa de rede Margarida (segunda institucionalização)

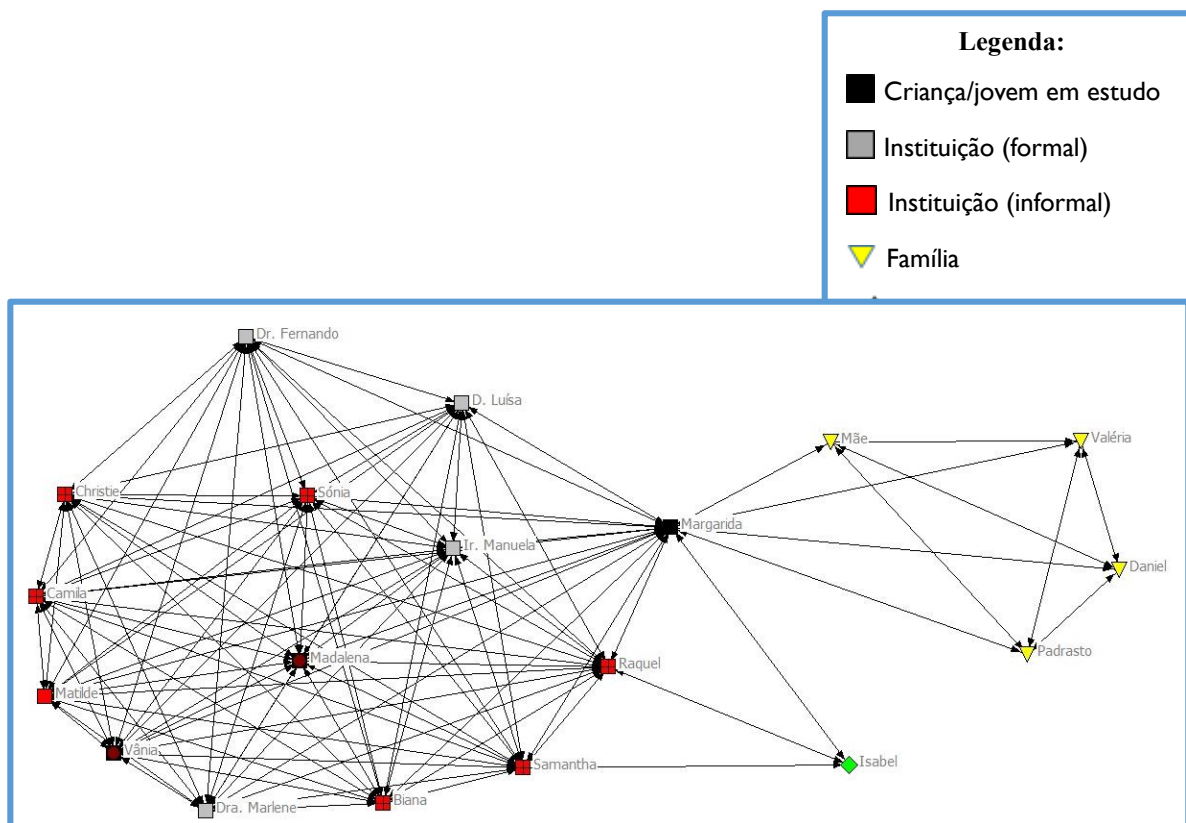


Figura 13- Mapa de rede de Matilde (primeira institucionalização)

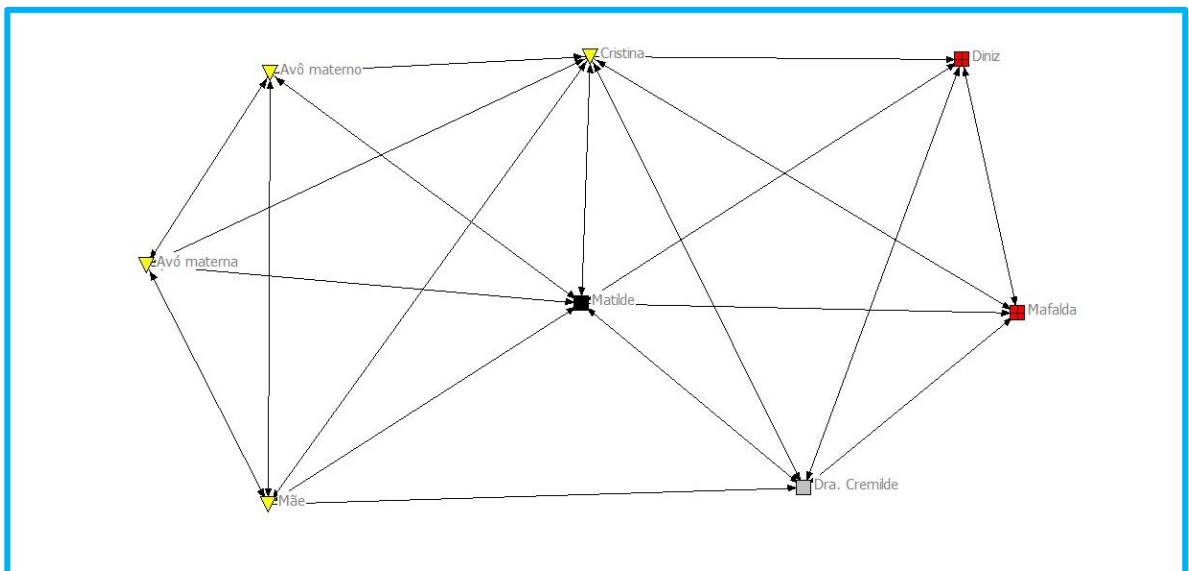


Figura 14-Mapa de rede Matilde (segunda institucionalização)

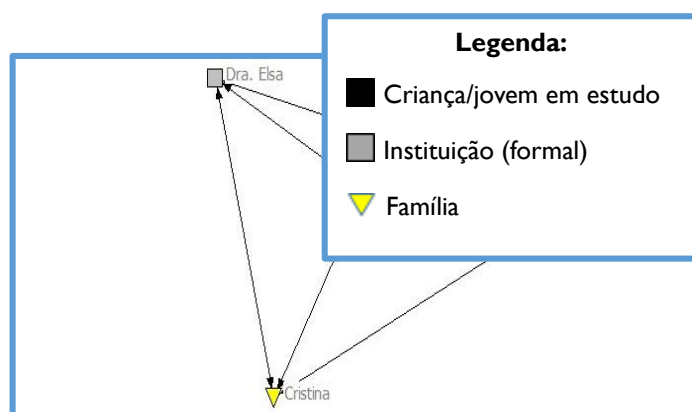
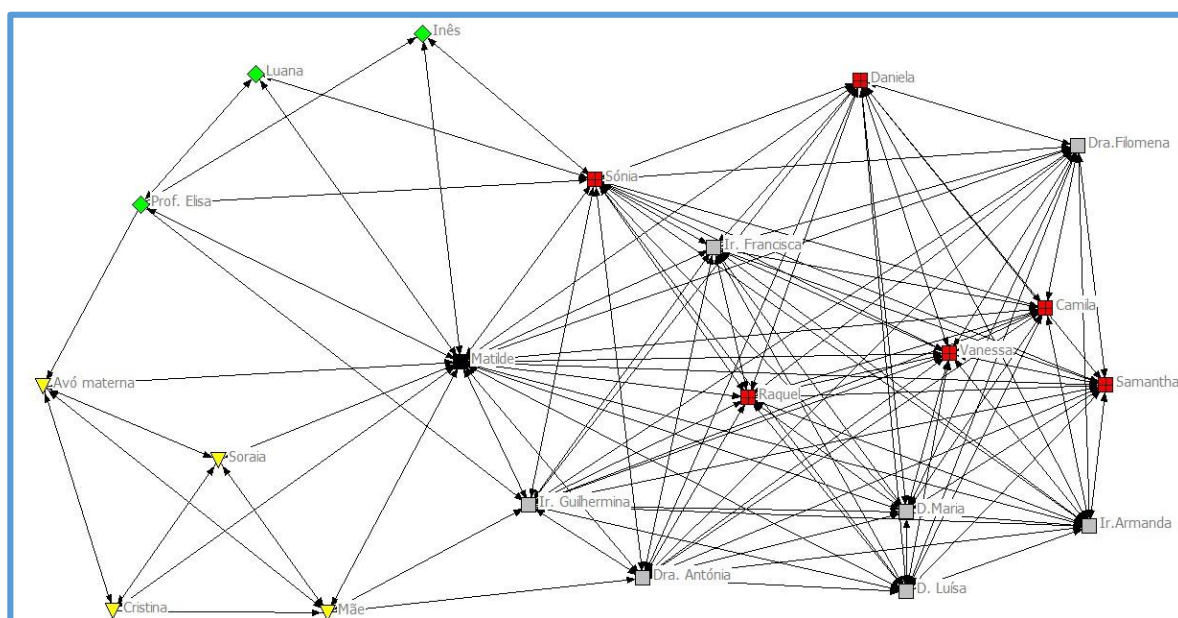


Figura 15-Mapa de rede de Matilde (terceira institucionalização)



Legenda:

- Criança/jovem em estudo
- Instituição (formal)
- Instituição (informal)
- ▼ Família
- ◆ Escola

Figura 16-Mapa de rede Vanessa (primeira institucionalização)

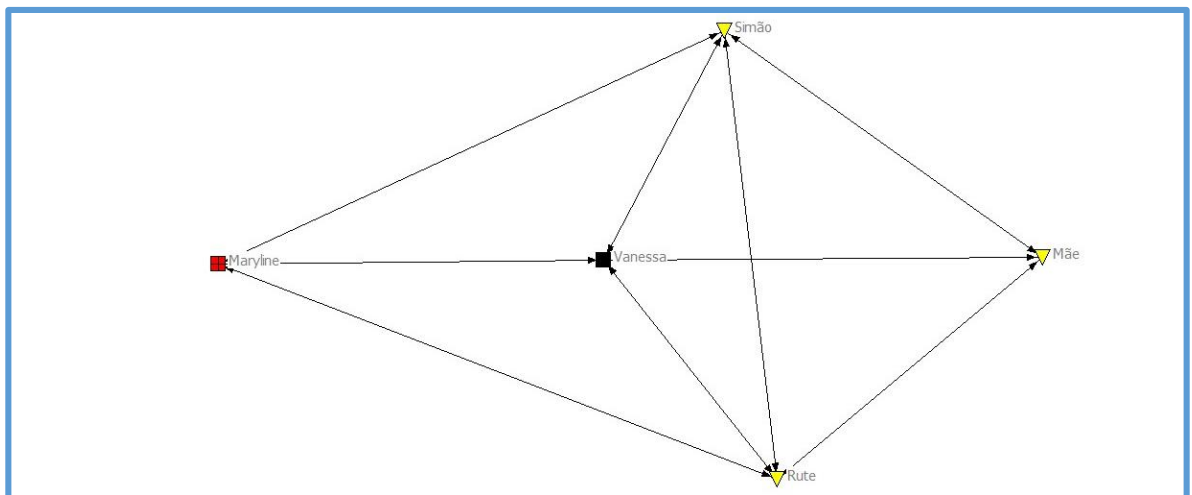
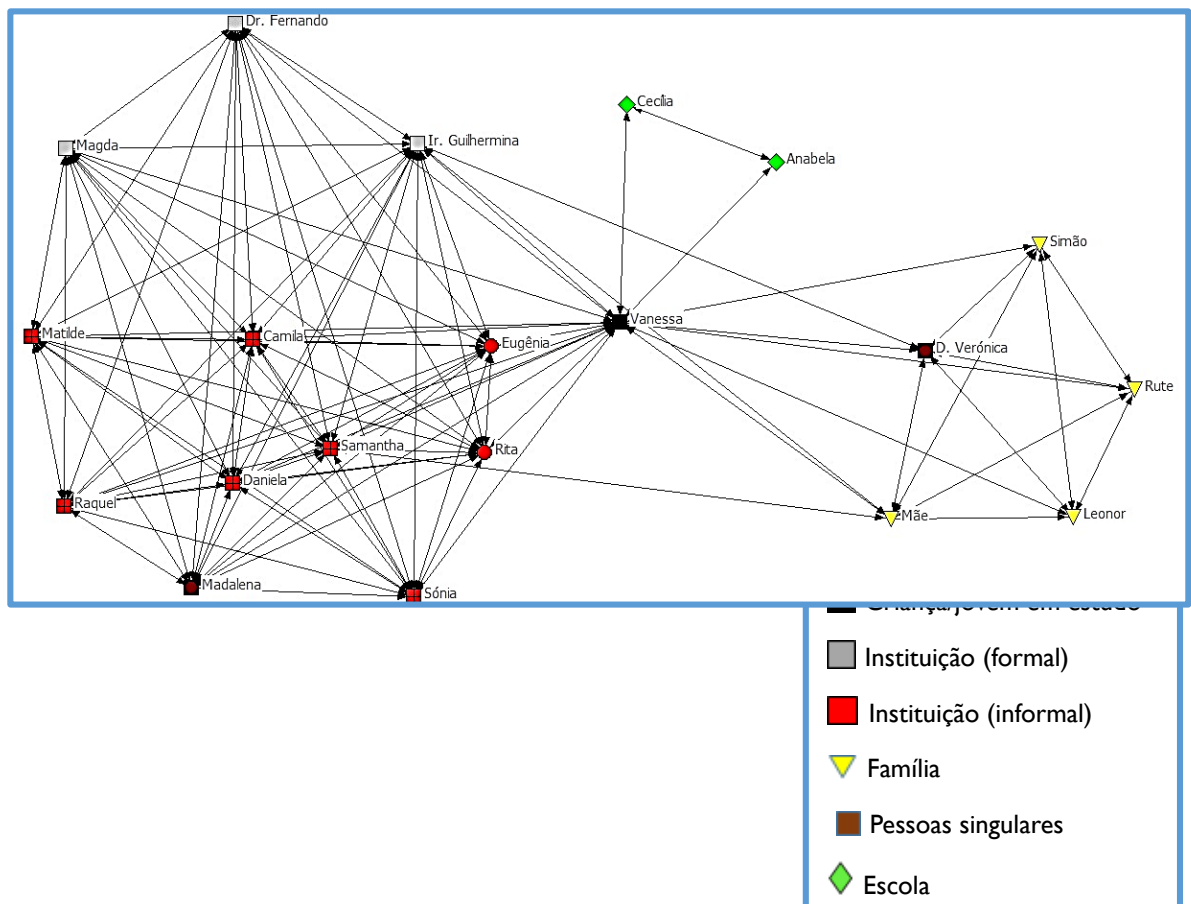


Figura 17-Mapa de rede Vanessa (segunda institucionalização)



ANEXO II GUIÃO DA ENTREVISTA

GUIÃO DA ENTREVISTA

Caraterização da sociofamiliar

	Sexo	Idade	Escolaridade	Ocupação	Profissão	Local residência	Concelho residência
Entrevistada							
Pai							
Mãe							
Irmã/irmão							
Irmã/irmão							
Avó materna							
Avô materna							
Avó paterno							
Avô paterno							
Outro							

I. Para começar, gostava que me falasses um pouco da tua história de vida.

(Objetivo: momentos marcantes na sua história de vida)

PRÉ- INSTITUIÇÃO ACOLHIMENTO

Gostava que me falasses um pouco mais da tua vida antes de estares aqui na Casa da Infância Doutor Elycio de Moura.

INSTITUIÇÃO

2. Antes de mais, gostaria de saber se estiveste em outra (s) instituição/instituições e em qual é que estiveste. Fala-me um pouco acerca dela/as.
- 2.1 Onde? Durante quanto tempo? Do que te recorda dessa instituição/instituições?
- 2.2 Quem eram as pessoas com quem mais interagias?
- 2.3 Qual a tua rotina diária?
- 2.4 Quais eram as tuas ocupações? Quem é que te acompanhava?

RELACIONAMENTOS

Agora, gostaria que me falasses com mais pormenor da relação que tinhas com a tua família e colegas, durante o período de permanência, nessa instituição de acolhimento.

- 2.5 A família costumava-lhe visitar? Qual a frequência?
- 2.6 Como caracterizava a sua relação com a família nessa instituição de acolhimento?
- 2.7 Qual era a frequência de contatos que tinhas com a tua família?
- 2.8 Como era a tua relação com as pessoas (colegas, funcionários e equipa de direção) nessa instituição?
- 2.9 Quais eram os apoios que recebias por parte da tua família?
- 2.10 Nessa instituição, quais eram as pessoas com que mais tinhas contacto?
- 2.11 Entre as pessoas identificadas, anteriormente, qual o tipo de apoio que recebia de cada uma delas?

2.12 Qual o tipo de apoio que considera que oferecia a cada uma das pessoas identificadas?

INSTITUIÇÃO ACOLHIMENTO

3 Gostava agora que me falasses com mais pormenor da tua vida desde que entraste nesta instituição de acolhimento.

3.1 Como foi a vinda para esta instituição de acolhimento? Qual o impacto que sentiste no primeiro momento?

3.2 Quais as mudanças que, vinda para a Casa da Infância Doutor Elísio de Moura, trouxe na tua relação com a família?

3.3 E, quais as mudanças é que a vinda para esta instituição de acolhimento trouxe nas relações de amizade que, anteriormente, tinhas construído?

3.4 Descreve a como é, atualmente, a tua relação com a tua família de origem.

3.5 Quais são as pessoas na tua família que são importantes na tua vida?

3.6 A família costuma visita-la? Qual a frequência de contactos?

3.7 Qual o apoio que recebe por parte da família?

VIDA NA INSTITUIÇÃO

3.8 Qual é a tua rotina diária?

3.9 De forma é que as crianças e jovens da instituição estão organizadas? Estão divididas por grupos? E por quartos?

3.10 Descreve com o maior pormenor possível a vida na instituição durante a semana e fim-de-semana.

3.11 Quais são as tuas ocupações?

3.12 Participas em alguma atividade nos tempos livres? Onde se realiza? Quem é que te acompanha nessa atividade?

RELACIONAMENTOS

a) Pares

- 4 Como é que a tua relação com as crianças e jovens desta instituição?
- 4.1 Quais são as quem mantem mais contacto?
- 4.2 Qual o tipo de apoio que recebe por parte das pessoas identificadas?
- 4.3 E, qual o tipo de apoio é que pensas que dás às pessoa/as?

b) Direção

- 5 Como caracteriza a relação entre a equipa de direção e crianças e jovens institucionalizadas?
- 5.1 Existe algum membro da equipa de direção que destaca?
- 5.2 Qual o tipo de apoio é que pensa que essa (as) pessoa (as) lhe oferecem?
- 5.3 Qual o tipo de apoio é que oferece /às pessoas identificada/as?
- 5.4 E, qual a frequência de contactos que tens com essas pessoas?
- 5.5 Durante a permanência nesta instituição tiveste algum comportamento de menos adequado (roubos, fugas, ausência das aulas sem consentimento da instituição de acolhimento)?

b) Funcionários

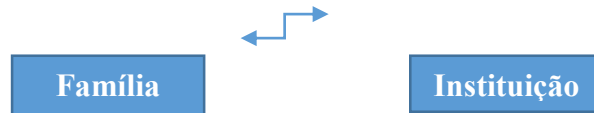
- 5 Entre os funcionários que aqui trabalham, destaque alguns. Qual a importância que desempenham?

Outras instituições

- 6 Com que outras instituições te relacionas, no teu dia-a-dia?
 - 6.1 Como é que a tua vida na escola?
 - 6.2 Como é a tua relação com os teus colegas?
 - 6.3 Quais os/as colegas de escola com que tens mais contacto?
 - 6.4 Entre os/as colegas identificadas, qual a frequência de contactos?
 - 6.5 Qual o tipo de apoio é que te oferecem?
 - 6.6 Qual o tipo de apoio é que consideras que ofereces aos/às colegas?

6.7 Como é a tua relação com os teus professores?

6.8 E, existem outras pessoas que sejam importantes na vida que se encontrem situadas em outros contextos (vizinhança da família de origem, vizinhança da instituição de acolhimento, atividades dos tempos livres)?



7. Como é que a tua família vê a sua intervenção e contribuição no teu processo de acolhimento institucional?

7.1 A tua família concorda sempre com o que se passa na instituição?

7.2 Faz uma comparação da relação entre a tua família e esta instituição com as outras em que já estiveste acolhida.

ANEXO III CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS ENTREVISTADAS E DAS SITUAÇÕES DE ENTREVISTA

Matilde

Data: 22 de Abril de 2015

Local: Instituição de acolhimento, Coimbra

Dados pessoais da entrevistada: 15 anos, estudante do ensino básico

Duração da Entrevista: 48 minutos

Situação da entrevista: A entrevista decorreu à hora e no local sugerido pela jovem institucionalizada. Ao longo da entrevista, Matilde procurou sempre destacar a importância do apoio e presença da família nos diferentes processos de acolhimento institucional a que foi sujeita. Mostrou-se sempre, desde logo, preocupada em explicar os diferentes momentos que traçam a sua história de vida. A vida da jovem foi marcada por grandes episódios de violência, de perturbações e falta de estabilidade familiar. Em vários momentos da entrevista apontou e descreveu os conflitos que teve com a sua família, as situações de fuga do lar familiar e instituições de acolhimento. Ao longo da entrevista, referentemente ao processo de institucionalização, a jovem confessou que esta representa uma instabilidade visto que tanto se identifica com a família como com a instituição de acolhimento.

Relação entre entrevistadora e entrevistada: Foi muito fácil conversar com a Matilde, durante a entrevista, procurou explicar e manifestar a sua opinião e os seus sentimentos de forma aberta. No entanto, quando falava da sua família, concretamente, a sua mãe a postura da menor revelou-se defensiva.

Beatriz

Data: 22 de Abril de 2015

Local: Instituição de acolhimento, Coimbra

Dados pessoais da entrevistada: 19 anos, trabalhadora

Duração da Entrevista: 40 minutos

Situação de entrevista: A entrevista ocorreu na hora marcada e no local escolhido pela entrevistada. Ao longo da entrevista Beatriz, embora seja uma pessoa ponderada explicar-

se e manifestar a sua opinião e sentimentos. Esta entrevista alertou a minha atenção para a dificuldade que existe em tentar resolver os problemas familiares com o seu agregado familiar. Não teve qualquer receio em falar acerca dos vários dilemas que, no passado, esteve envolvida. No final da entrevista, reconheceu o acolhimento institucional como “a melhor oportunidade da sua vida”.

Relação entre entrevistadora e entrevistada: Foi muito fácil falar com a jovem, Beatriz revelou-se sincera durante todo o seu discurso.

Raquel

Data: 24 de Abril de 2015

Local: Instituição de acolhimento, Coimbra

Dados pessoais da entrevistada: 14 anos, estudante ensino básico

Duração da Entrevista: 45 minutos

Situação de entrevista: A entrevista decorreu à hora sugerida e no local escolhido por Raquel. Esta entrevista, especialmente, chamou-me atenção para a capacidade de resiliência que a jovem possui em lidar com os diferentes problemas que marcara, a história de vida. A entrevista de Raquel foi bastante enriquecedora e gratificante. Ao início foi difícil falar com a jovem, porque estava reticente devido ao receio de as questões puderem invadir a sua privacidade. Confesso que na instituição, o seu quarto é o refúgio para os seus problemas e preocupações do dia-a-dia. No final, mencionou que foi difícil realizar a entrevista, por não gostar de falar de si.

Relação entre entrevistadora e entrevistada: Foi muito apazível falar com a Raquel, embora tenha adotado uma postura reservada procurou fazer-se explicar. Durante a entrevista, houve dois momentos que atendendo à história de vida da menor e à sua capacidade de lidar com as circunstâncias da sua vida acabei por me emocionar.

Margarida

Data: 24 de Abril de 2015

Local: Instituição de acolhimento, Coimbra

Dados pessoais da entrevistada: 14 anos, estudante do ensino básico

Duração da Entrevista: 43 minutos

Situação de entrevista: A entrevista decorreu no local escolhido pela jovem e na hora marcada previamente. A Margarida falou com total abertura durante toda a entrevista, mesmo quando relatou os momentos mais difíceis da sua história familiar. No entanto, ao longo da entrevista, revelou uma forte idealização do contexto familiar. Neste sentido, no momento da entrevista, confessou que o ambiente do lar familiar era marcado pela conflitualidade entre si e os seus irmãos, todavia, a institucionalização não é a melhor resposta para a sua vida.

Relação entre entrevistadora e entrevistada: Foi muito fácil falar com a Margarida, porque trata-se de uma rapariga simpática. No entanto, senti muita dificuldade em compreendê-la, em vários momentos da entrevista, atentando aos períodos de fantasia e idealização da sua trajetória de vida.

Carla

Data: 26 de Abril de 2015

Local: Instituição de acolhimento, Coimbra

Dados pessoais da entrevistada: 14 anos, estudante do ensino secundário

Duração da Entrevista: 43 minutos

Situação de entrevista: O local da entrevista foi escolhido pela entrevistada e na hora marcada. Atendendo que grande parte do tempo em que esta na instituição passa-o no seu dormitório, Carla escolheu esse espaço para a realização da entrevista. Ao longo da entrevista, a Carla demonstrou grande abertura e sinceridade em conversar e partilhar a sua história de vida. Assim, as várias perguntas do guião foram sendo colocadas aleatoriamente, ou seja, não houve o respeito rigoroso do guião da entrevista. A jovem falou sempre muito calmamente, mesmo em relação aos momentos mais dramáticos do seu percurso de vida. Durante a entrevista, revelou profundo sentimento de tristeza pela perda de contacto com a primeira família de criação em resultado da sua adoção. Para Carla, esta situação agrava, uma vez que, vive na mesma cidade com a sua família de criação, descrevendo que atualmente quando se encontram “só dizemos «Ola! Tudo bem?»”.

Relação entre entrevistadora e entrevistada: Foi bastante fácil conversar com a entrevistada. No final da entrevista, após ter desligado a gravação, continuamos uma agradável conversa através da empatia criada entre ambas.

Vanessa

Data: 26 de Abril de 2015

Local: Instituição de acolhimento, Coimbra

Dados pessoais da entrevistada: 14 anos, estudante do ensino básico

Duração da Entrevista: 1 hora e 15 minutos

Situação de entrevista: A entrevista foi realizada no local escolhido pela entrevistada e no horário acordado com a mesma. A entrevistada relatou a sua história de vida de forma espontânea chegando, por vezes, a expressar-se livremente ao recordar alguns momentos da sua vida. Durante o decorrer do diálogo, Vanessa confessou que a atual instituição de acolhimento é positivamente diferentes das anteriores em que estivera. Por várias vezes, a jovem confessou ter tido sempre uma relação conflituosa com colegas e funcionários das instituições que esteve, incluído nesta em que se encontra.

Relação entre entrevistadora e entrevistada: Foi muito fácil conversa com a Vanessa, em todas as suas intervenções, mostrou ser uma pessoa sincera. Também, importa referir que procurou sempre dar as explicações para as diferentes situações que compõem o seu percurso de vida pessoal e institucional com o maior detalhe possível.

Camila

Data: 28 de Abril de 2015

Local: Instituição de acolhimento, Coimbra

Dados pessoais da entrevistada: 19 anos, estudante do ensino secundário

Duração da Entrevista: 40 minutos

Situação de entrevista: A entrevista decorreu à hora marcada e no local sugerido pela entrevista. Camila confessou enquanto caminhávamos pelos corredores da instituição que a opção cairia pelo seu espaço preferido de toda a instituição, o seu quarto. Ao longo da entrevista, no seu discurso, a jovem procurou sempre sinceridade e clareza identificar e

explicar os momentos marcantes da sua história familiar e pessoal. Não teve qualquer rodeio em partilhar as problemáticas que marcaram a sua adolescência de forma direta.

Relação entre entrevistadora e entrevistada: Foi muita fácil conversar com a Camila, mostrou ser uma pessoa extremamente sincera em todas as suas intervenções.

Joana

Data: 28 de Abril de 2015

Local: Instituição de acolhimento, Coimbra

Dados pessoais da entrevistada: 17 anos, estudante do ensino secundário

Duração da Entrevista: 46 minutos

Situação de entrevista: Joana escolheu o local e hora da entrevista. Ao início foi extremamente difícil conversar com a Joana, porque ao fazer a construção da sua história de vida emocionou-se ao falar da mãe. Com o desenrolar da entrevista, procurei sempre não me forçar diretamente nos momentos negativos da infância de Joana e, conseqüentemente, a postura da jovem alterou. No momento da entrevista a jovem referiu inúmeras vezes que, no passado, sentiu muita dificuldade em lidar com as atitudes de comportamento da sua mãe nos diferentes processos de acolhimento institucional de que foi alvo. No final da entrevista, Joana confessa que a vinda para atual instituição de acolhimento veio foi uma mais-valia.

Relação entre entrevistadora e entrevistada: Ao início, não foi fácil conversar com a jovem. Em vários momentos, a menor emocionou-se. Mas, com uma gestão da situação consegui dar continuidade à entrevista, após Joana dado a permissão para tal.

Daniela

Data: 1 de Maio de 2015

Local: Instituição de acolhimento, Coimbra

Dados pessoais da entrevistada: 14 anos, estudante do ensino básico

Duração da Entrevista: 25 minutos

Situação de entrevista: A entrevista decorreu à hora e no local sugerido pela jovem institucionalizada. Embora o local escolhido tenha sido um dos espaços comuns da

instituição de acolhimento, a sala de televisão, no momento da entrevista estivemos apenas as duas sem que tenha existido nenhuma interrupção. Ao longo da entrevista, Daniela mostrou-se sempre com pouca abertura para responder às questões colocadas. Procurei sempre interpelar por mais pormenores acerca da sua vida, com o intuito de obter o maior detalhe possível, sem sucesso. Em vários momentos, Daniela mostrou-se confusa nas respostas às questões colocadas, tendo revelado uma idealização em torno da realidade do seu agregado familiar no período antecedente à institucionalização. Ainda, importa salientar que o discurso de Daniela revelou diferente de sua irmã, Sónia. Na realização desta entrevista, senti dificuldade em obter informações acrescidas ao que o guião da entrevista solicitava. Assim, as respostas de Daniela foram, de forma geral, curtas e de reduzida informação de conteúdo. No final da entrevista, a jovem referiu que a entrevista deixou-a a refletir acerca da forma como as pessoas podem intervir na sua vida.

Relação entre entrevistadora e entrevistada: Foi muito difícil estabelecer uma relação de empatia com a jovem. A Daniela mostrou ser uma rapariga reservada e, por isso, teve pouca abertura para falar acerca das problemáticas que marcaram a sua trajetória de vida no passado e que tenham estado na origem da sua colocação em acolhimento institucional.

Rita

Data: 1 de Maio de 2015

Local: Instituição de acolhimento, Coimbra

Dados pessoais da entrevistada: 17 anos, estudante do ensino secundário

Duração da Entrevista: 35 minutos

Situação de entrevistada: A entrevista ocorreu num espaço comum da instituição de acolhimento e na hora marcada. Rita, durante o momento da entrevista, falou de forma aberta acerca da sua história de vida, tendo sempre o cuidado de descrever de forma detalhada. Neste sentido, a jovem falou sobre a relação que tinha com o seu agregado familiar, salientando as problemáticas que vivenciou junto da sua mãe, irmã e seu pai. Esta entrevista chamou a minha atenção pelo facto de Rita ter reconhecido que a institucionalização foi algo positivo, uma vez que, estava em situação de abandono. Também, salientou outro aspeto relevante relacionado com o facto de os seus tios terem surgido como a sua base de suporte familiar. No final da entrevista, partilhou que a entrevista fê-la

sentir bem, porque foi especial uma vez que não é costume falar acerca de si a qualquer pessoa.

Relação entre entrevistadora e entrevistada: Foi muito fácil e agradável falar com a Íris, é uma rapariga muito simpática e deixou-me à vontade.

Vera

Data: 3 de Maio de 2015

Local: Instituição de acolhimento, Coimbra

Dados pessoais da entrevistada: 14 anos, estudante do ensino básico

Duração da Entrevista: 35 minutos

Situação de entrevista: A entrevista decorreu na hora marcada e no local escolhido pela entrevistada. Vera, ao longo do diálogo, procurou afirmar e reafirmar a falta que sente das pessoas da sua família adotiva antes de ter sido colocada na instituição. Ainda, relacionado com a sua família, concretamente, a relação com os seus irmãos dizendo que sente “saudades” e emociona-se. Uma vez que a jovem ficou muito sensibilizada, adotei uma postura diferente de forma a poder dar continuidade com a entrevista. Tendo recuperado a sua concertação, após uma pequena pausa, os restantes assuntos do guião da entrevista foram respondidos de forma tranquila. Durante toda a entrevista, a Vera emocionou-se por várias vezes. No final da entrevista, a jovem disse que a entrevista foi bom porque “desabafei um pouco”.

Relação entre entrevistadora e entrevistada: O dialogo com a Vera foi o mais difícil que tive ao longo das varias entrevistas que realizei. Em vários momentos, a jovem emocionou-se quando constrói cronologicamente a sua trajetória de vida e fala acerca da sua família biológica e também a de adoção, o que dificultou a condução da entrevista. Foram efetuadas duas paragens, atendendo ao estado emocional em que a jovem se encontrava. Relativamente a esta situação, senti a frustração por não ter conseguido gerir e contornar a situação em a Vera se encontrava. Assim, para respeitar a sensibilidade da jovem, procurei não aprofundar as problemáticas que marcaram a trajetória de vida da menor. Neste sentido, não consegui retirar “um pouco mais” de informação para além das que estavam no guião de entrevista.

Sónia

Data: 3 de Maio de 2015

Local: Instituição de acolhimento, Coimbra

Dados pessoais da entrevistada: 14 anos, estudante do ensino básico

Duração da Entrevista: 32 minutos

Situação de entrevista: A entrevista decorreu na hora marcada e no local sugerido pela entrevistada. Sónia, ao longo da entrevista, procurou contar a sua trajetória de vida com o maior detalhe possível, contrariando a postura adota pela sua irmã. Inicialmente, mostrou-se um pouco desconfia. Mas, com o decorrer da conversa Sónia revelou-se com mais à vontade. Assim, tornou-se possível recolher mais informação acerca das problemáticas que marcaram a sua família e que estiveram na origem da sua institucionalização. No final da entrevista, a jovem sentiu que a entrevista foi um “desabafo”.

Relação entre entrevistadora e entrevistada: Foi muito fácil conversa com Sónia, porque é uma pessoa simpática. Durante toda a entrevista, a jovem teve todo o cuidado em se fazer explicar e manifestar a sua opinião e sentimentos.